



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA



Compromisso para o
CRESCIMENTO VERDE

Título

Compromisso para o Crescimento Verde

Edição

MAOTE – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Equipa de Projeto

António Alvarenga

Paula Virgínia Meireles

Grupo de Trabalho para a operacionalização da fase de consulta pública da proposta de Compromisso para o Crescimento Verde

- > GMAOTE - Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia: Paula Virgínia Meireles (coordenação e articulação com MAOTE);
- > APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.: António Alvarenga (relator para o Crescimento Verde);
- > ADENE - Agência para a Energia: Nelson Lage (comunicação, relações públicas e coordenação logística);
- > GSEA - Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente: Fernando Teigão dos Santos (apoio, articulação temática, designadamente colaborando na análise de conteúdos e na elaboração de versão final nas matérias temáticas);
- > GSEOTCN - Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza: Lurdes Carvalho (apoio, articulação temática, designadamente colaborando na análise de conteúdos e na elaboração de versão final nas matérias temáticas);
- > GSEE - Gabinete do Secretário de Estado da Energia: Francisco Gregório (apoio, articulação temática, designadamente colaborando na análise de conteúdos e na elaboração de versão final nas matérias temáticas);
- > Secretaria Geral do MAOTE: Susana Escária (apoio e articulação com as matérias internacionais).



A Proposta de Compromisso submetida a consulta pública a 15 de setembro de 2014 foi elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Crescimento Verde: Paula Virgínia Meireles (GMAOTE - coordenação), Fernando Teigão dos Santos (GSEA), Lurdes Carvalho (GSEOTCN), Francisco Gregório (GSEE), António Alvarenga (APA), Susana Escária (APA), Ana Paula Araújo (ICNF), Manuel Bóia (ADENE), Miguel Guarino e Bruno Esgalhado (consultores da McKinsey & Company).

Com o apoio:

- > Carla Grou (supervisão da comunicação e logística) - GMAOTE;
- > Helena Freixinho (tema: Financiamento), João Silva Lopes (tema: Fiscalidade), Pedro Costa (temas: Energia e Mobilidade e transportes) e Rosália Russo (tema: Cidades e território) - GMAOTE;
- > Ana Cristina Fernandes, Miguel Déjean Guerra, Rita Ribeiro e Sofia Rodrigues (conteúdos e investigação) - Departamento de Estratégias e Análise Económica (DEAE), APA;
- > João Curinha, João Rogério, Paulo Santos, Diogo Gomes, Teresa Mota e Rodrigo Gatinho (tecnologias de informação e comunicações) - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) e equipa do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional (MADR).

ISBN: 978-989-8097-22-4

Projeto gráfico: CHAMA, Publicidade Lda.

Fotografias: Maurício Abreu / Dreamstime

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal: 391808/15

Todos os direitos reservados

Publicação gratuita.

Data de edição: Abril 2015

ÍNDICE



Sumário Executivo	8
1. O Crescimento Verde no Centro de um Novo Paradigma Global	24
2. Portugal: uma Economia mais Verde – Visão e Objetivos	32
3. Portugal na Transição Verde – Áreas de Intervenção	40
3.1 Água	42
3.2 Resíduos	49
3.3 Agricultura e Floresta	54
3.4 Energia e Clima	62
3.5 Mobilidade e Transportes	73
3.6. Indústria Transformadora e Extrativa	78
3.7 Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas	85
3.8 Cidades e Território	91
3.9 Mar	103
3.10 Turismo	110
4. Catalisadores do Crescimento Verde	114
4.1. Financiamento	115
4.2 Promoção Internacional	121
4.3 Fiscalidade	123
4.4 Investigação, Desenvolvimento e Inovação	129
4.5 Informação e Participação	133
4.6 Contratação Pública	137
5. Modelo de Gestão	142
Discussão Pública e Agradecimentos	148
Anexo Metodológico dos Objetivos	155
Lista de Acrónimos	171
Referências	178

Lista de figuras

Figura 1: O Compromisso para o Crescimento Verde: uma visão de 360º	22
Figura 2: Definição de Economia Verde	25
Figura 3: Economia Verde e Crescimento Verde	27
Figura 4: Economia de Baixo Carbono, Economia Circular e Produção e Consumo Sustentáveis	30
Figura 5: Visão e Objetivos	34
Figura 6: Pilares e Catalisadores do Crescimento Verde	38

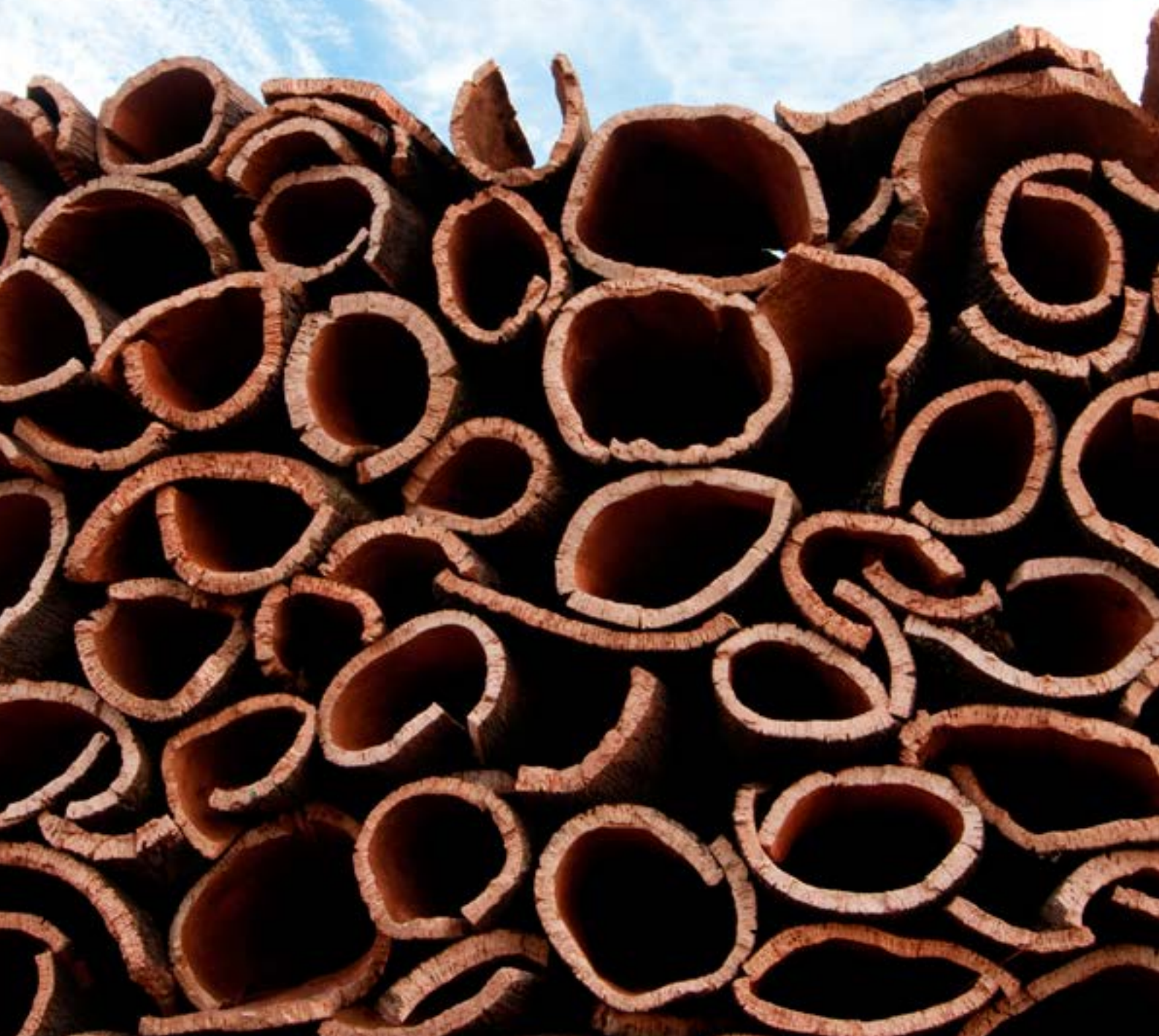


Lista de quadros

Quadro 1: Objetivos Quantificados para 2020 e 2030	15
Quadro 2: Objetivos traçados em cada uma das três dimensões que compõem a visão	36
Quadro 3: Iniciativas sectoriais e temáticas	41
Quadro 4: Iniciativas Água	47
Quadro 5: Iniciativas Resíduos	52
Quadro 6: Iniciativas Agricultura e Florestas	59
Quadro 7: Iniciativas Energia e Clima	69
Quadro 8: Iniciativas Mobilidade e Transportes	75
Quadro 9: Iniciativas Indústria Transformadora e Extrativa	82
Quadro 10: Iniciativas Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas	88
Quadro 11: Iniciativas Cidades e Território	101
Quadro 12: Iniciativas Mar	108
Quadro 13: Iniciativas Turismo	112
Quadro 14: Catalisadores do Crescimento Verde	138

SUMÁRIO

EXECUTIVO





Depois da conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), monitorizado pela troika, é fundamental estabelecer e concretizar uma visão pós-troika de desenvolvimento de longo prazo que beneficie do lançamento de um novo ciclo de reformas estruturais e de investimentos seletivos e produtivos em áreas estratégicas, como o conhecimento, a política industrial e a economia verde, capazes de promover, de uma forma sustentável, o crescimento e o emprego.

Nesse sentido, é fundamental, nomeadamente na área da economia verde, **gerar soluções políticas que transcendam o horizonte do curto-prazo e que confirmam ambição, estabilidade e previsibilidade às exigentes reformas estruturais.**

Em primeiro lugar, porque é necessário agir perante o agravamento dos sinais de crise climática, degradação e escassez de recursos hídricos e perda de biodiversidade, tendo em atenção a crescente pressão sobre os recursos. Prevê-se que o efeito demográfico conduza, até 2030, ao aumento do consumo de energia em 45%, do consumo de água em 30% e do consumo de alimentos em 50%. De acordo com o 5.º Relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)ⁱ, Portugal será substancialmente mais afetado do que a média europeia pelas consequências das alterações climáticas, nomeadamente, nos recursos hídricos e no litoral.

Em segundo lugar, porque urge superar a situação paradoxal em que nos encontramos há décadas, combinando, na área dos recursos naturais, elevado potencial de talentos, recursos e infraestruturas, mas também significativos problemas estruturais. Essa situação paradoxal está bem patente na circunstância de:

- > Portugal dispor de diversidade e abundância de recursos energéticos renováveis, colocando-nos em boa posição para atingir, até 2020, uma meta de 31% de renováveis no consumo final bruto de energiaⁱⁱ (25,7% em 2013, correspondendo a 57,4% da produção de eletricidade com origem em fontes de energia renováveisⁱⁱⁱ) mas ainda ter uma elevada dependência energética (73,9% em 2013^{iv}; valor mais baixo dos últimos 20 anos) e uma elevada intensidade energética no PIB (129 tep/M€'2011 PIB, em 2013);
- > Portugal ser, na atualidade, o 4.º país com melhor desempenho em matéria de ação climática, de acordo com o *Climate Change Performance Index* (CCPI)^v, num ranking de 58 países

que, no total, são responsáveis por mais de 90% das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). Por outro lado, Portugal também é dos países mais vulneráveis, em particular no contexto europeu, aos efeitos da mudança climática;

- > Portugal ser um dos países europeus mais ricos em biodiversidade, mas persistirem espécies e habitats ameaçados, para os quais é necessário reforçar a adoção de medidas ativas de conservação;
- > A Rede Natura e as áreas protegidas incidirem sobre um quinto do território^{vi}, um quarto dos municípios e um terço da população. No entanto, muitas vezes, as populações que vivem num Parque Natural ainda não beneficiam suficientemente do valor económico da biodiversidade;
- > Se ter assistido a uma enorme evolução na infraestruturação no sector das águas. Cerca de 95% da população tem acesso a água da rede pública e 80% ao tratamento de águas residuais. No entanto, os sistemas de distribuição exibem perdas médias de 35% no abastecimento de água e, no plano económico e financeiro, as operações são insustentáveis, com elevados défices tarifários e dívidas dos municípios, sendo ainda notórias as desigualdades no preço dos serviços entre as regiões do interior e do litoral;
- > O litoral português, onde se concentra 80% da população, apresentar um elevado valor ambiental e económico. No entanto, 14% da costa está artificializada, 25% da costa padece de erosão e 67% das zonas costeiras encontram-se em risco de perda de território;



- > O País ter um elevado potencial no sector dos recursos mineiros metálicos (podendo vir a atingir 1% do PIB), mas, com exceção da recente concessão da Semblana, há mais de 30 anos não ser concessionada uma nova área mineira;
- > Ter-se acabado com as lixeiras há muitos anos, mas 43% dos resíduos urbanos ainda serem depositados em aterro^{vii} e a utilização de sacos plásticos ser muito elevada^{viii};
- > Portugal ser um dos principais destinos turísticos, mas 1/3 do nosso parque edificado necessitar de recuperação e os centros das cidades ainda sofrerem de problemas de degradação e despovoamento;
- > O País deter elevadas competências na construção civil, mas apenas 10% da sua atividade estar alocada à reabilitação urbana, sendo que a média europeia é de 37%;
- > Terem sido resolvidos problemas estruturais ao nível do acesso à habitação, mas, com frequência, à custa do alargamento das áreas urbanas com novas construções, com aumento dos movimentos pendulares e prejuízo para o ambiente e qualidade de vida dos cidadãos;
- > As políticas e os instrumentos de ordenamento do território terem desempenhado um papel fundamental, nas últimas décadas, na regulação da ocupação do solo. Mas, o facto de termos muitos planos que incidem e se sobrepõem no mesmo território, que comunicam de forma ineficiente entre si e que se alteram demorada e assincronamente, gerou ineficácias e desigualdades, prejudicou a transparência e a competitividade e contribuiu para a desconfiança e o afastamento dos cidadãos dos processos de decisão.

Em terceiro lugar, porque devemos tirar partido das oportunidades económicas e de geração de emprego associadas ao crescimento verde. Desde logo porque, nesta área, dispomos de talentos, recursos e infraestruturas que nos permitem competir e vencer à escala global no curto-prazo. Mas também porque está em curso um fortíssimo aumento da procura de bens e serviços verdes à escala global. Vale a pena sublinhar que:

- > A economia verde já representa, globalmente, 4 biliões de euros, crescendo 4% ao ano. Na UE, os sectores verdes já representavam, em 2010, 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global da UE, e estima-se^{ix} um crescimento anual de cerca de 30% até 2025, constituindo desta forma os sectores mais dinâmicos da região;
- > O investimento em energias limpas atingiu 300 mil milhões de dólares, sendo a UE responsável por 25% e a China, também, por 25%;
- > Estima-se que, até 2035, o investimento na área das infraestruturas de produção e de redes de energia atinja 48 biliões de dólares, dois terços dos quais em países emergentes e não-OCDE. Deste investimento, estima-se que 7 biliões de dólares se destinem a redes de energia elétrica, 6 biliões de dólares a energias renováveis e 1 bilião de dólares para energia nuclear^x;
- > Na UE, haverá necessidade de investimento de 1 bilião de euros de infraestruturas até 2020 e 2,5 biliões de euros até 2025;
- > O emprego verde demonstrou uma relevante resiliência à recessão. Entre 2002 e 2011, na UE, aumentou de 3 para 4,2 milhões e, durante a recente recessão europeia, aumentou 20%.^{xi} Em Portugal, de 2012 para 2013, o emprego verde aumentou 5,0%;
- > Se a UE assumir o objetivo, como está neste momento em discussão no contexto da revisão intercalar da Estratégia 2020, de aumentar a produtividade dos recursos em 30%, até 2030,



tal contribuirá para um acréscimo de 1% do PIB e de 2 milhões de empregos na UE.^{xii}

Assim, os objetivos do crescimento verde são totalmente consistentes com os grandes desafios colocados à sociedade portuguesa sociedade portuguesa: crescimento, emprego, redução da dependência do exterior, fiscalidade mais inteligente (tributando mais o que se degrada e polui e menos o que se produz e aufere) e qualidade de vida.

O Governo tem vindo a desenvolver – no âmbito do MoU mas também de uma agenda pós-troika - um conjunto ambicioso de reformas estruturais nas áreas do ambiente, energia, ordenamento do território, mar, transportes, reabilitação urbana, habitação, ciência, inovação, agricultura e turismo que devem, agora, ser perspetivadas num **quadro temporal mais alargado do que uma legislatura**.

Foi esse o espírito inconformista no diagnóstico, reformista nas soluções e otimista nos resultados que norteou a constituição, em fevereiro de 2014, da **Coligação para o Crescimento Verde que congrega os esforços de quase uma centena de associações e representantes da área empresarial, científica, financeira, assim como dos organismos públicos, fundações e Organizações não Governamentais (ONG)**. O Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) é um resultado direto do espírito e da discussão desenvolvida na Coligação para o Crescimento Verde.

Assim, **o CCV procura estabelecer as bases para um compromisso em torno de políticas, objetivos e metas** que impulsionem um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações.

Assumida a indispensabilidade de um exercício duradouro e inteligente de responsabilidade orçamental, o foco das políticas de desenvolvimento nacionais é agora direcionado para a resolução de outros constrangimentos estruturais que têm impedido, nas últimas décadas, um padrão de crescimento - financeira, social, económica e ambientalmente - sustentável, da economia portuguesa. Um novo ciclo de programação comunitária, cujos fundos poderão ser os catalisadores da mudança e da recuperação nacional, abre novas oportunidades para agentes públicos e privados, reforçando as condições de competitividade e sustentabilidade da economia portuguesa.

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma crescente consciencialização, por parte dos agentes económicos e políticos, relativamente ao potencial das relações de sinergia entre crescimento económico e sustentabilidade, e à afirmação de opções estratégicas onde a componente verde é uma realidade material das prioridades de crescimento económico.

Neste contexto, **Portugal está numa posição privilegiada e tem de apostar nas suas vantagens competitivas, ambicionando posicionar-se como líder desta nova tendência global, tirando partido dos recursos naturais, das infraestruturas e dos talentos para competir e vencer à escala global.** Neste enquadramento, surge a oportunidade de promover uma visão integrada e transversal das áreas e sectores com potencial de crescimento verde, que fomente a capacidade de ligar a investigação, o desenvolvimento e a inovação ao tecido produtivo, aos produtos, aos serviços e aos processos, e ainda aos mecanismos de financiamento existentes, de modo a dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos, a promover a eficiência energética e material, e a identificar novas oportunidades económicas.

Dado o carácter transversal desta temática, é fundamental compreender que este documento está em sintonia com outros instrumentos-chave globais de política pública como a ENEI - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020^{xiii} e a EFICE - Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020^{xiv}, e enquadra um conjunto significativo de planos sectoriais ou temáticos que já existem ou que venham a existir, com o objetivo de gerar processos de coresponsabilização dos atores públicos e privados.

Por outro lado, tendo este documento a ambição de estabelecer as bases para um ambicioso e duradouro compromisso, beneficiando do diálogo com os partidos políticos e com os parceiros sociais, económicos e ambientais, **as iniciativas, traduzindo uma firmeza conceptual e quantitativa, procuram, contudo, assegurar a flexibilidade suficiente, ao nível da concretização, para acomodar opções de gestão diversificadas.**

O CCV fixa 14 objetivos quantificados para 2020 e 2030.



Quadro 1: Objetivos Quantificados para 2020 e 2030

OBJ 1	Aumentar o VAB “verde” De 1500 milhões de euros em 2013, para 2100 milhões de euros em 2020 e 3400 milhões de euros em 2030.
OBJ 2	Incrementar as exportações “verdes” De 560 milhões de euros em 2013, para 790 milhões de euros em 2020 e 1280 milhões de euros em 2030.
OBJ 3	Criar postos de trabalho “verdes” De 75 500 pessoas ao serviço em 2013, para 100 400 pessoas ao serviço em 2020 e 151 000 pessoas ao serviço em 2030.
OBJ 4	Aumentar a produtividade dos materiais De 1,14 €/PIB/kg material consumido em 2013, para 1,17 em 2020 e 1,72 em 2030 (assegurando o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030).
OBJ 5	Aumentar a incorporação de resíduos na economia De 56% em 2012, para 68% em 2020 e 86% em 2030.
OBJ 6	Privilegiar a reabilitação urbana De 10,3% de peso da reabilitação no conjunto do sector da construção em 2013, para 17% em 2020 e 23% em 2030.
OBJ 7	Aumentar a eficiência energética Intensidade energética: de 129 tep/M€ 2011 PIB em 2013, para 122 tep/M€ PIB em 2020 e 101 tep/M€ PIB em 2030.
OBJ 8	Aumentar a eficiência hídrica De 35% de água não faturada no total da água colocada na rede em 2012, para um máximo de 25% em 2020 e 20% em 2030.
OBJ 9	Aumentar a utilização de transportes públicos De 10 894 milhões de pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros em 2013, para 12 528 milhões em 2020 e 15 296 milhões em 2030.
OBJ 10	Reduzir as emissões de CO₂ De 87,8 Mt CO ₂ em 2005, para 68,0-72,0 Mt CO ₂ em 2020 e 52,7-61,5 Mt CO ₂ em 2030 (contingente aos resultados das negociações europeias)
OBJ 11	Reforçar o peso das energias renováveis De um peso de 25,7% no consumo final bruto de energia em 2013, para 31% em 2020 e 40% em 2030.
OBJ 12	Melhorar o estado das massas de água De 52% das massas de água nacionais com qualidade “Boa ou Superior” em 2010, para 79,8% em 2021 e 100% em 2027.
OBJ 13	Melhorar a qualidade do ar De 14 dias em média com IQAr - Índice de Qualidade do Ar “fraco” ou “mau” em 2013, até um máximo de 9 dias em média em 2020 e 2 dias em média em 2030.
OBJ 14	Valorizar a biodiversidade De 81 espécies e 46 habitats com estado de conservação “favorável”, estabelecido por região biogeográfica, em 2012, para 96 espécies e 53 habitats em 2030 com estado de conservação “favorável”, garantindo que, em 2020, todas as espécies e habitats mantêm ou melhoram o seu estado de conservação.

Para além destes 14 objetivos quantificados para 2020 e 2030, o CCV **formula 111 iniciativas repartidas por 10 sectores e 6 catalisadores**, pormenorizadas nos capítulos 3 e 4. Sobre estas, destaca-se o seguinte:

1. Assegurar uma ampla reestruturação do sector das águas, através:

- > Do reforço da independência e das competências da entidade reguladora, traduzido nos novos Estatutos da ER-SAR, na legislação da fatura detalhada e no novo regulamento tarifário dos sistemas em alta;
- > Da reorganização territorial do grupo Águas de Portugal (AdP) e dos sistemas multimunicipais, procurando, através da agregação de 19 em 5 sistemas gerar economias de escala e de gama, promover o equilíbrio tarifário em regiões alargadas e enquadrando soluções para o problema dos défices tarifários crónicos;
- > Da promoção de estratégias de gestão mais integradas dos serviços de abastecimento de água e de saneamento em alta e baixa, como forma de maximizar as sinergias operacionais de processo com benefícios significativos para os consumidores e reduzindo a pressão sobre os recursos;
- > Da reorganização corporativa do grupo AdP, proporcionando reduções de custos operacionais (25% face aos atuais contratos).

2. Atingir, até 2020, níveis ambiciosos de reciclagem e reutilização de resíduos, promovendo uma economia mais circular: reduzir de 63% para 35% a deposição, em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, relativamente ao ano de referência 1995; aumentar de 24% para 50% a taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem; assegurar níveis de recolha seletiva de 47kg/habitante/ano.



3. Promover a **certificação da gestão florestal sustentável**, apoiando a adaptação das explorações e das empresas às exigências ambientais, de segurança e de prevenção de riscos: até 2020, atingir níveis de 500 000ha e, até 2030, atingir 1000 000ha de área florestal certificada.
4. Aumentar a **produção de energia renovável** (passando de 31%, em 2020, para 40%, em 2030, o peso de fontes renováveis no consumo final bruto de energia).
5. **Fomentar o autoconsumo de energia**, atingindo pelo menos 300MW, em 2020.
6. Estabelecer, no contexto europeu, o **reforço das interligações energéticas**, promover projetos de **exportação de energias renováveis** para cumprimento de metas europeias de países terceiros e posicionar Portugal como **porta de entrada de Gás Natural Liquefeito (GNL) na UE** (a Península Ibérica, com os atuais terminais de GNL, poderá abastecer a UE com 50 mil milhões de m³ de gás natural por ano, substituindo assim 40% das importações europeias de gás da Rússia).
7. **Integrar a adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial**, em particular nos PDM.
8. Promover a **mobilidade elétrica**, alargando e introduzindo maior concorrência na rede pública, privilegiando os modos de **carregamento em locais privados** (habitações e locais de trabalho) e **em locais privados de acesso público** (ex.: centros comerciais) e concretizando programas de **mobilidade sustentável na administração pública** (até 2020, introduzir 1200 viaturas elétricas na renovação da frota em contexto de gestão partilhada de frota).
9. Incentivar a **utilização dos transportes coletivos** nas deslocações urbanas e interurbanas, melhorando o transporte coletivo e implementando **medidas dissuasoras de utilização do automóvel individual**.

10. Dinamizar a transferência do transporte de mercadorias para a ferrovia, aumentando a percentagem de mercadorias transportadas em ferrovia e reduzindo a intensidade energética no sector.

11. Promover a bicicleta como meio particularmente eficiente para a mobilidade urbana, aumentando o peso da bicicleta nas deslocações urbanas.

12. Implementar o regime para o Licenciamento Único de Ambiente (LUA), visando a redução do número de dossiês por pedido de licenciamento candidatura, do número de pedidos de elementos complementares e dos prazos médios de decisão do procedimento.

13. Promover a valorização sustentável dos recursos minerais metálicos – que podem atingir 1% do PIB e 25 000 postos de trabalho – através:

- > Do aprofundamento das atividades de mapeamento, conhecimento e investigação sobre os recursos minerais;
- > Da promoção, internacionalização e atração de investimento privado e internacional para o sector, devendo, para o efeito, ser constituído o **Balcão Único Mineiro**;
- > **Da revisão do modelo de licenciamento mineiro** no sentido de tornar mais rápida e transparente a tramitação do pedido e de dotar o investidor de toda a informação disponível sobre a área requerida na fase inicial dos procedimentos, tornando obrigatória a consulta, desde a fase de prospeção e pesquisa, aos municípios e às entidades competentes na área da preservação ambiental e patrimonial, da gestão territorial e da conservação da natureza.



14. Implementar a **iniciativa TEEB (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity*) em Portugal**, suportada no mapeamento e avaliação do estado dos ecossistemas e dos serviços dos ecossistemas e na sua valoração económica e social.
15. Expandir a **marca *natural.pt***, de produtos e serviços desenvolvidos com base nos recursos das áreas protegidas, atingindo, em 2016, 200 aderentes (produtos e serviços) e aumentando a uma taxa média anual de 10% desde 2017 até 2030.
16. Alargar significativamente o peso da reabilitação urbana no volume de construção civil, através: do **Regime Excecional de Reabilitação Urbana (RERU)** que dispensa, durante 7 anos, para as intervenções em edifícios com mais de 30 anos, o cumprimento de algumas normas que inviabilizavam, técnica e financeiramente, aquelas operações; implementar, no âmbito dos **novos fundos europeus enquadrados no Portugal 2020**, um novo instrumento financeiro de apoio às intervenções de reabilitação e regeneração urbanas nas áreas carenciadas, nas áreas industriais abandonadas, na habitação social, nos edifícios públicos e na eficiência energética na habitação, **atingindo quase 1000 milhões de euros** (que poderão ser maximizados por interação com outras fontes de financiamento).
17. No quadro da reforma do ordenamento do território, **assegurar o uso racional e eficiente do solo**, limitando a expansão urbana, concentrando no PDM todas as regras de ordenamento, erradicando o solo urbanizável, simplificando procedimentos, introduzindo o novo regime económico-financeiro e promovendo soluções de planeamento intermunicipais. **Manter, até 2030, o atual grau de 5% de artificialização do solo.**
18. Criar **o Sistema Nacional de Informação Cadastral**, por forma a assegurar a harmonização do sistema de registo da propriedade e promover um levantamento cadastral do território nacional mais eficaz.

19. Estabelecer **novas áreas marinhas protegidas** (10% da área total até 2020), garantindo a exploração sustentável dos recursos marinhos.
20. Reforçar **a capacidade competitiva dos portos** para captar o tráfego que circula na ZEE e colocar Portugal na rota de ligação da Europa com o mundo.
21. Replicar processos que, através do **reconhecimento da mais-valia de recursos naturais**, procuram validação e quadro de referência internacional independente, promovendo a atratividade turística do País, tais como, por exemplo, iniciativas de geoturismo, turismo ecológico e científico com potencial de integração na **Rede Europeia de Geoparques da UNESCO**.
22. **Reorientar para o crescimento verde os fundos nacionais ambientais e promover a sua gestão integrada**, concentrando, sob um mesmo enquadramento estratégico e operacional, um volume de financiamento muito significativo e com forte impacte catalisador na área da eficiência energética, gestão de recursos hídricos, gestão de recursos biológicos, tratamento de resíduos, resiliência, baixo carbono e eco-inovação.
23. **Desenhar e implementar um plano estratégico de ação externa do Compromisso para o Crescimento Verde**, focado na interligação com as principais instituições internacionais e movimentos semelhantes, assegurando a presença nos fóruns económicos e políticos, visando tornar o CCV uma referência global de política pública.
24. Implementar, num quadro de neutralidade do sistema fiscal, a **reforma fiscal verde** de forma a: diversificar as fontes de receita; promover a ecoinovação e eficiência na utilização de recursos; reduzir a dependência energética do exterior; induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis; fomentar o empreendedorismo, a economia e o emprego.



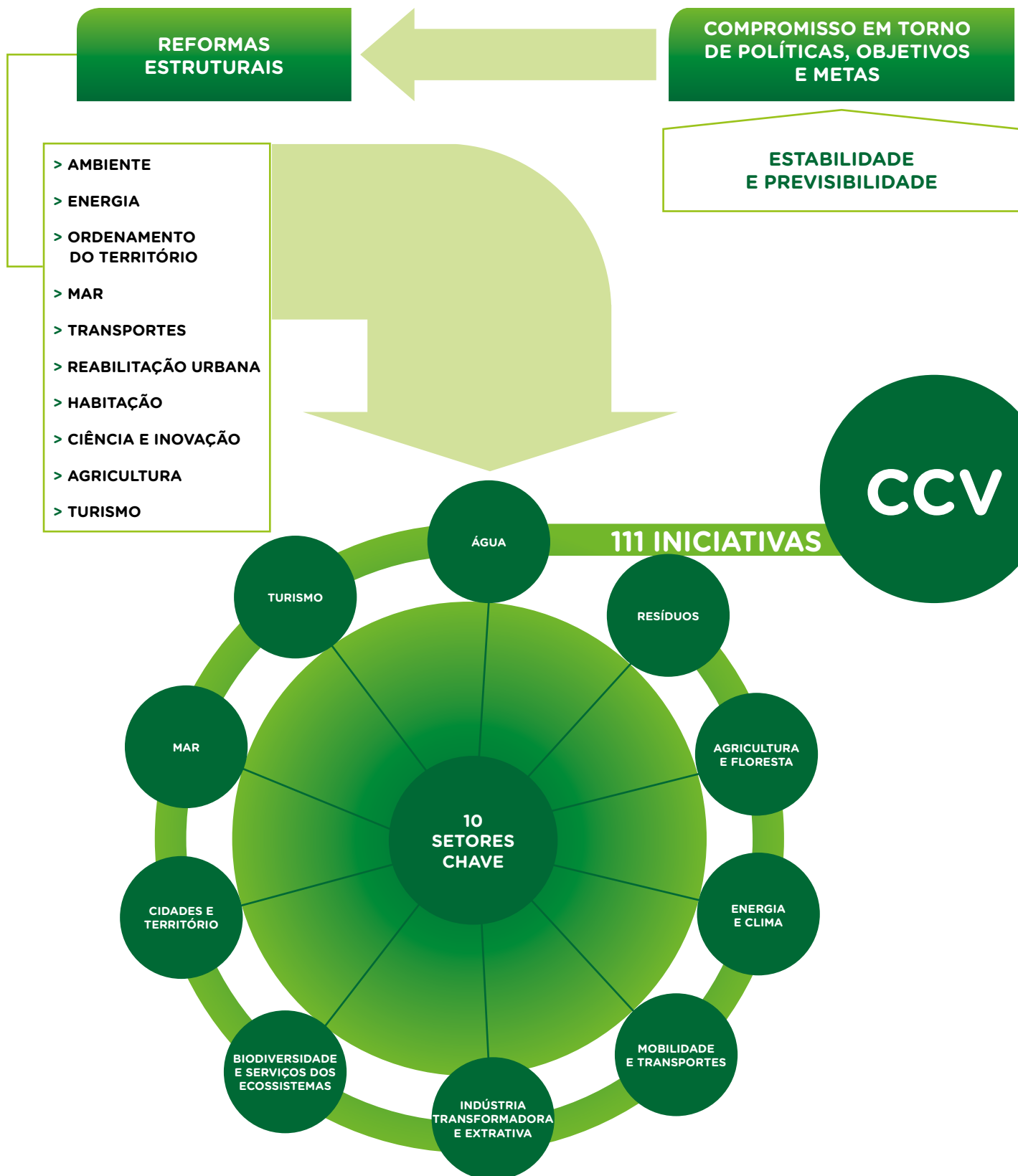
- 25. Promover o desenvolvimento de projetos-piloto de I&D&I em tecnologias disruptivas** com potencial impacte em termos de sustentabilidade e de eficiência no uso dos recursos.
- 26. Estabelecer um programa de compras públicas ecológicas,** e assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.
- 27. Assegurar, através do recentemente lançado portal iGeo, a disponibilização pública** – e consequente utilização ou integração noutros sistemas de informação - **da informação de natureza cartográfica e georreferenciada,** nomeadamente, património arquitetónico, património natural, geologia, áreas de proteção e conservação, planos diretores municipais e carta de ocupação de solos.

Este é um plano estratégico suficientemente definido para assegurar a ambição, a estabilidade e a previsibilidade de políticas, mas também suficientemente aberto para acomodar diversos modelos de implementação.

Este **Compromisso para o Crescimento Verde assume a ambição de posicionar Portugal como uma das principais referências mundiais do crescimento verde** e, nesse sentido, estabelece metas de curto, médio e longo-prazo que, sendo exigentes e ambiciosas, são igualmente atingíveis com o indispensável sentido reformista e com a mobilização de todos.

A figura seguinte apresenta, numa visão de 360º, o essencial sobre o CCV e as relações entre os seus componentes fundamentais.

Figura 1: O Compromisso para o Crescimento Verde: uma visão de 360°





LONGO
PRAZO

14
OBJETIVOS
QUANTIFICADOS

FINANCIAMENTO

PROMOÇÃO
INTERNACIONAL

FISCALIDADE

INVESTIGAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO
E INOVAÇÃO

INFORMAÇÃO
E PARTICIPAÇÃO

CONTRATAÇÃO
PÚBLICA

6 CATALISADORES

UMA VISÃO PÓS-PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ECONÓMICA E FINANCEIRA

UM NOVO PARADIGMA GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. AUMENTAR O VAB VERDE

De 1500 milhões de euros em 2013, para 2100 milhões de euros em 2020 e 3400 milhões de euros em 2030

2. INCREMENTAR AS EXPORTAÇÕES VERDES

De 560 milhões de euros em 2013, para 790 milhões de euros em 2020 e 1280 milhões de euros em 2030

3. CRIAR POSTOS DE TRABALHO VERDES

De 75 500 pessoas ao serviço em 2013, para 100 400 pessoas ao serviço em 2020 e 151 000 pessoas ao serviço em 2030

4. AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DOS MATERIAIS

De 1,14 €/PIB/Kg material consumido em 2013, para 1,17 em 2020 e 1,72 em 2030 (assegurando o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030)

5. AUMENTAR A INCORPORAÇÃO DE RESÍDUOS NA ECONOMIA

De 56% em 2012, para 68% em 2020 e 86% em 2030

6. PRIVILEGIAR A REABILITAÇÃO URBANA

De 10,3% de peso da reabilitação no conjunto do sector da construção em 2013, para 17% em 2020 e 23% em 2030

7. AUMENTAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Intensidade energética: de 129 tep/M€ PIB em 2013, para 122 tep/M€ PIB em 2020 e 101 tep/M€ PIB em 2030

8. AUMENTAR A EFICIÊNCIA HÍDRICA

De 35% de água não faturada no total da água colocada na rede em 2012, para um máximo de 25% em 2020 e 20% em 2030

9. AUMENTAR A UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS

De 10 894 milhões de pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros em 2013, para 12 528 em 2020 e 15 296 em 2030

10. REDUZIR AS EMISSÕES DE CO₂

De 87,8 Mt CO₂ em 2005, para 68,0-72,0 Mt CO₂ em 2020 e 52,7-61,5 Mt CO₂ em 2030 (contingente aos resultados das negociações europeias)

11. REFORÇAR O PESO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

De um peso de 25,7% no consumo final de energia em 2013, para 31% em 2020 e 40% em 2030

12. MELHORAR O ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA

De 52% das massas de água nacionais com qualidade “Boa ou Superior” em 2010, para 79,8% em 2021 e 100% em 2027

13. MELHORAR A QUALIDADE DO AR

De 14 dias em média com IQAr - Índice de Qualidade do Ar “fraco” ou “mau” para 2013, até um máximo de 9 dias em média para 2020 e 2 dias em média para 2030

14. VALORIZAR A BIODIVERSIDADE

Melhorar o estado de conservação das espécies e habitats protegidos pela Diretiva Habitat: de 81 espécies e 46 habitats com estado de conservação “favorável” estabelecido por região biogeográfica em 2012, para 96 espécies e 53 habitats, em 2030, com estado de conservação “favorável”, garantindo que em 2020 todas as espécies ou habitats mantêm ou melhoram o seu estado de conservação

O CRESCIMENTO VERDE

NO CENTRO
DE UM NOVO
PARADIGMA
GLOBAL





A crescente consciencialização do impacto da ação humana sobre o ambiente tem impulsionado a “economia verde”, conceito em crescente afirmação no debate público dos últimos anos. Em grande parte, isso reflete o reconhecimento de que o modelo vigente de crescimento económico baseado no consumo cada vez maior de recursos, com crescente produção de resíduos e emissão de poluentes, não pode ser mantido num mundo de recursos e de capacidade de resiliência dos ecossistemas limitados.^{xv}

Figura 2: Definição de Economia Verde

Economia Verde

“...aquela que resulta numa melhoria do bem-estar e da equidade social e, simultaneamente, reduz os riscos para o ambiente e a escassez ecológica. Neste contexto, o investimento e a inovação deverão ser incentivados, sustentando, deste modo, o crescimento e favorecendo o aparecimento de novas oportunidades de negócio e de criação de emprego, com uma crescente utilização eficiente dos recursos”

Diversas organizações multilaterais têm vindo a desenvolver trabalho sobre este tema, com destaque para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), as Nações Unidas e o Banco Mundial. O Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), por exemplo, lançou, em 2008, a *Green Economy Initiative*^{xvi}; já em 2009, os ministros dos 34 países da OCDE assinaram uma Declaração sobre Crescimento Verde e aprovaram um mandato para esta organização desenvolver uma estratégia comum que promova o crescimento económico, o desenvolvimento, o investimento e a inovação, sem deixar de assegurar a racionalidade na utilização dos recursos naturais e a proteção do ambiente como condições essenciais ao bem-estar das populações.^{xvii}

Os esforços desenvolvidos por várias entidades culminaram na Conferência do Rio +20, promovida pela ONU, em 2012. Nesse fórum, os países signatários comprometeram-se a renovar “(...) o compromisso com o desenvolvimento sustentável (...) para o nosso planeta e para as gerações presentes e futuras (...) integrando aspetos económicos, sociais e ambientais e reconhecendo as interligações entre estas três dimensões”.^{xviii}

Nesta conferência, o sector financeiro assumiu a liderança para criar um sistema financeiro que considere o capital natural na tomada de decisão do sector privado e apelou aos Governos para agirem com vista a incentivar o uso sustentável do capital natural. Através de uma Declaração, o referido fórum definiu capital natural como aquele que “incorpora todos os ativos naturais da Terra (solo, ar, água, flora e fauna) e todos os serviços dos ecossistemas que tornam possível a existência de vida humana.”^{xix}

Neste contexto, a UE acordou em **incentivar a transição para uma economia verde** e em lutar pela dissociação absoluta entre crescimento económico e degradação ambiental (Conclusões do Conselho Ambiente de junho de 2012). No contexto do *Green Growth Group*, treze Ministros da UE apelaram ao baixo carbono e concordaram com um quadro político pós-2020 baseado em metas ambiciosas.^{xx}

O “Roteiro de Transição para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050” da UE identifica os desafios, as etapas e as inovações que deverão ocorrer em sectores chave para reduzir globalmente as emissões de GEE até 2050.^{xxi}

O 7.º Programa de Ação em matéria de Ambiente da UE, a vigorar a partir de 2014, apoia a aplicação dos compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20), que têm por objetivo tornar a economia mundial numa economia inclusiva e verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza.^{xxii}

A Economia Verde pode ser entendida como um sistema económico totalmente alinhado com os objetivos de proteção ambiental e de justiça social. O PNUA define Economia Verde não apenas como umnexo economia/ambiente, mas como uma economia que resulta em níveis mais elevados de bem-estar humano e equidade social, enquanto reduz significativamente os riscos ambientais. Uma economia na



qual políticas e inovações permitem que a sociedade crie mais valor, ao mesmo tempo que mantem os sistemas naturais que nos sustentam^{xxiii}. Esta economia de baixo carbono, eficiente no uso dos recursos e socialmente inclusiva, pode ser conseguida através de estímulo ao investimento dirigido à redução das emissões de GEE e da poluição, ao incremento da energia proveniente de fontes renováveis, ao uso eficiente dos recursos e à proteção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

De acordo com a OCDE, o crescimento verde está relacionado com a promoção do crescimento económico e do desenvolvimento, assegurando que os recursos naturais continuam a fornecer os serviços ambientais essenciais ao bem-estar humano. Para tal, o investimento e a inovação em políticas, processos e tecnologias que promovam a preservação e a valorização dos recursos, deverão ser incentivados, sustentando, deste modo, o crescimento e criando novas oportunidades económicas.

Neste contexto, os conceitos de Crescimento Verde e de Economia Verde ganharam força enquanto instrumentos de otimização sustentável dos recursos e de criação de emprego. São conceitos frequentemente utilizados de forma intermutável, mas Crescimento Verde acentua a componente dinâmica deste processo e as oportunidades de criação de valor associadas à exploração das relações de sinergia entre Economia e Ambiente, sendo uma abordagem para se atingir o Desenvolvimento Sustentável.

Figura 3: Economia Verde e Crescimento Verde

ECONOMIA VERDE	CRESCIMENTO VERDE
<i>Um sistema económico compatível com o ambiente natural, socialmente justo, resultando numa melhoria do bem-estar e da equidade social e reduzindo, simultaneamente, os riscos para o ambiente e a escassez ecológica</i>	<i>Um tipo de crescimento que acentua a componente dinâmica (investimento e inovação) do processo de transição para uma Economia Verde, aproveitando as oportunidades de criação de valor associadas à exploração do binómio Economia/Ambiente</i>

Este modelo de desenvolvimento, além de incluir a prevenção e a punição de comportamentos ambientais negativos, procura implementar processos ambientalmente sustentáveis, capazes de gerar novas oportunidades económicas e sociais, e expandir a oferta de bens e serviços amigos do ambiente e que assegurem o bem-estar. É uma perspetiva integrada, assente no binómio economia-ambiente, que reconhece que, através do investimento público e privado, da inovação e da tecnologia, das infraestruturas e das instituições, é possível alterar o paradigma contemporâneo de desenvolvimento de uma forma estrutural.^{xxiv} A título de exemplo, o “*Green Economy Report*” das Nações Unidas, publicado em novembro de 2011, estima que um investimento de apenas dois por cento do PIB mundial nos sectores chave teria um duplo efeito positivo, proporcionando um crescimento de longo prazo pelo menos tão elevado quanto o das previsões mais otimistas dos modelos com base nas práticas atuais, ao mesmo tempo em que evita riscos consideráveis, tais como os efeitos da mudança climática, maior escassez de água e perda de serviços dos ecossistemas^{xxv}.

No caso particular da criação de emprego, um dos grandes desafios globais de longo prazo, saliente-se o potencial de afirmação e desenvolvimento de novas oportunidades e funções no âmbito da economia verde. Com a adoção rápida e intensiva de tecnologias verdes, será exigida uma mão-de-obra altamente qualificada como, por exemplo, no caso das energias renováveis, da mobilidade elétrica e das redes inteligentes. A integração das tecnologias energéticas com as tecnologias de informação e comunicação é uma outra área com grande potencial e que exige a aposta em capacidades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) em tecnologias verdes atrativas do ponto de vista comercial.^{xxvi} Adicionalmente, e a título de exemplo, no sector agrícola e florestal, os valores ambientais e ecológicos adquiridos exigem a prestação de serviços associados à agricultura e à silvicultura, fomentando o crescimento verde desses sectores. Ainda com forte ligação ao sector agrícola, saliente-se as oportunidades de criação de emprego na agricultura biológica, na gestão da paisagem, no ecoturismo e nos serviços e/ou infraestruturas verdes em áreas rurais, entre outros.^{xxvii} Outro exemplo é o sector das energias renováveis, para o qual se prevê um aumento de emprego que se estende a atividades como a auditoria e a certificação energética, a instalação e manutenção de tecnologia e a segurança energética.^{xxviii}



O potencial de afirmação do crescimento verde resulta desta dupla necessidade de conciliar a resposta à crise económica global com a perceção de que o atual modelo de desenvolvimento poderá estar a colocar em risco os recursos do planeta. Consubstancia, portanto, um processo de transformação estrutural do paradigma vigente e tem como objetivo último a promoção de um desenvolvimento sustentável assente em:

Dinamização da economia circular: concretização da política em matéria de resíduos, tendo em conta o princípio da hierarquia dos mesmos (prevenção e redução; preparação para a reutilização; reciclagem; outros tipos de valorização e eliminação) ao longo de toda a cadeia de valor;

Desenvolvimento da produção e consumo sustentáveis: alteração no comportamento dos consumidores e da organização do sistema produtivo à luz do princípio da equidade intergeracional;

Desenvolvimento da economia de baixo carbono: foco na redução da intensidade carbónica favorecendo as atividades económicas e os investimentos que contribuam para a diminuição das emissões de GEE.

Figura 4: Economia de Baixo Carbono, Economia Circular e Produção e Consumo Sustentáveis

ECONOMIA DE BAIXO CARBONO	ECONOMIA CIRCULAR	PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS
<p><i>Uma economia que emite um nível mínimo, consensual na sociedade, de dióxido de carbono e de outros GEE. O essencial, neste conceito, é a redução, ao longo do tempo, da intensidade carbônica da economia, tanto em termos unitários (medido em CO₂ por unidade de PIB) como em termos absolutos.^{xxix}</i></p>	<p><i>Uma economia que diminui o consumo de recursos e concretiza a política dos três R's: Reduz, Recicla e Reutiliza, ao longo de toda a cadeia de valor. Pode ser analisada como um resultado parcial da operacionalização de uma das dimensões do conceito de economia verde. Admite-se que o investimento em tecnologias de eficiência energética, hídrica e de gestão de resíduos / reciclagem e valorização não só gerará novas fontes de rendimento e emprego, como também contribuirá para a redução da pressão sobre os recursos e para a minimização dos resíduos.</i></p>	<p><i>Foco particular na equidade intergeracional no que toca à satisfação das necessidades básicas e à melhoria da qualidade de vida, simultaneamente minimizando os recursos utilizados e os resíduos gerados ao longo de todo o ciclo de vida. A política dos três R's está igualmente presente, quer no processo de produção, quer no consumo. Este conceito implica uma alteração comportamental dos consumidores e na organização do sistema produtivo. Está também imbuído do conceito de circularidade e admite que há um processo contínuo de ajustamento tecnológico, dos padrões de utilização dos recursos e da procura. Intrinsecamente relacionado com o conceito de Economia Verde, coloca a tónica no ciclo de vida dos produtos e nas políticas pelo lado da procura.</i></p>

Nos países emergentes (por exemplo, China e Índia), bem como nos países da Europa Central e de Leste, a economia verde tem adquirido cada vez mais importância como resposta aos desafios ambientais, nomeadamente os relacionados com a qualidade do ar e da água, deteriorados em resultado do processo acelerado de



industrialização e urbanização. Independentemente do contexto, um conjunto de fatores comuns promovem o crescimento dos bens e serviços ambientais:

Enquadramento regulatório internacional que destaca o impacto ambiental como elemento integrante da avaliação das opções de desenvolvimento económico e introduz a preocupação com os serviços dos ecossistemas;

Aumento dos custos energéticos que tem encorajado as empresas a adotar políticas de eficiência energética;

Alargamento dos programas de investimento públicos e privados ao domínio ambiental, particularmente nas atividades associadas aos sectores da energia, dos resíduos e da água.

Surgem então por todo o mundo planos de desenvolvimento nacionais que procuram conciliar o crescimento económico com a proteção ambiental. A tendência estende-se desde os países desenvolvidos, tais como França^{xxx}, Irlanda^{xxxi}, Canadá^{xxxii}, Austrália^{xxxiii} e Singapura^{xxxiv}, a países em desenvolvimento, como a República Dominicana^{xxxv}.

Estes planos apresentam objetivos com características idênticas, apesar de cada país procurar endereçar os seus desafios específicos. Não obstante, e ainda que a respetiva formulação varie de texto para texto, as várias aspirações são declinadas em três grandes pilares:

Desenvolvimento das atividades verdes, na qual se encontram objetivos associados à criação de postos de trabalho em atividades verdes ou nos incentivos às atividades económicas verdes de forma a aumentar a respetiva contribuição para o PIB nacional;

Eficiência dos recursos, que reúne aspirações relacionadas com a utilização de água, de consumo de energia ou de reciclagem de materiais;

Proteção ambiental, com objetivos tipicamente associados à redução de emissões de GEE.

PORTUGAL: UMA ECONOMIA MAIS VERDE

*VISÃO E
OBJETIVOS*



As iniciativas previstas no Compromisso deverão contribuir para o desenvolvimento sustentável de Portugal, numa lógica de criação de valor assente na conciliação do crescimento económico com a sustentabilidade, promovendo a competitividade do País e a sua afirmação internacional como referência do crescimento verde.

Esta ambição enforma as três ideias-chave que sustentam o Compromisso para o Crescimento Verde:

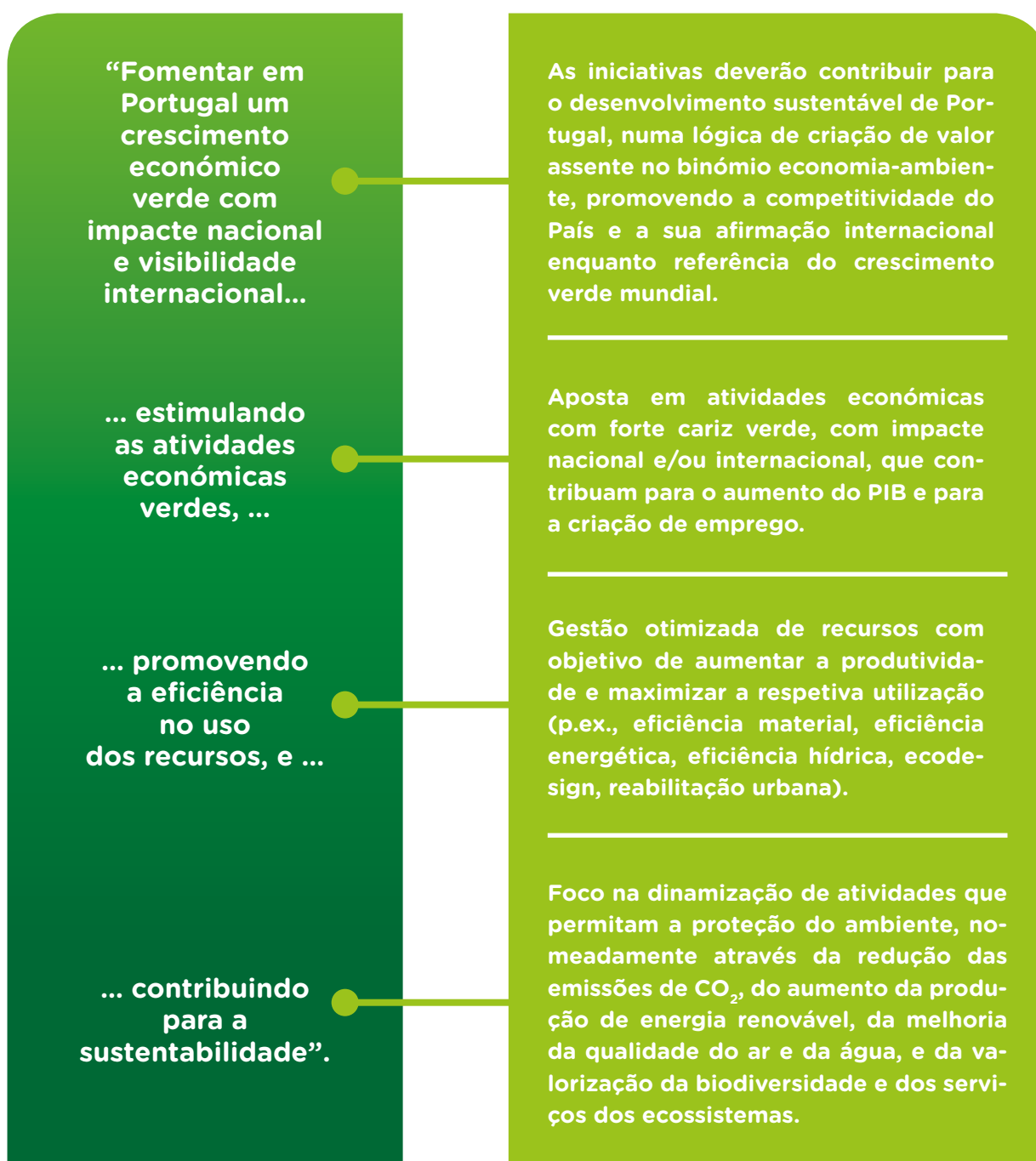
Aposta em atividades económicas com forte cariz verde, com impacte nacional e/ou internacional, que contribuam para o aumento do PIB e para a criação de emprego;

Gestão otimizada de recursos com o objetivo de aumentar a produtividade e maximizar a respetiva utilização (por exemplo, reutilização, reciclagem, eficiência energética, eficiência hídrica), reduzindo a intensidade carbónica;

Foco na dinamização de atividades que permitam a proteção do ambiente, nomeadamente através do aumento da produção de energia renovável, da melhoria da qualidade do ar e da água e da valorização da biodiversidade.

São estas as ideias-chave que estiveram na base da visão definida para o Compromisso para o Crescimento Verde:

“Fomentar em Portugal um crescimento económico verde com impacte nacional e visibilidade internacional, estimulando as atividades económicas verdes, promovendo a eficiência no uso dos recursos e contribuindo para a sustentabilidade”.

Figura 5: Visão e Objetivos



O sucesso na concretização desta visão passa pela obtenção de um impacto tangível na realidade económica, social e ambiental portuguesa. Contudo, os indicadores referidos neste texto não pretendem esgotar a ambição assumida, desempenhando antes o papel de referenciais do sucesso das iniciativas propostas. Resultam, em grande medida, do compromisso entre as limitações da informação disponível e da necessidade de estabelecer metas concretas, mensuráveis e monitorizáveis para cada aspiração.

O Compromisso aqui assumido propõe catorze objetivos ao longo de dois horizontes temporais (2020 e 2030). Cada um destes objetivos é enquadrado numa das três dimensões da visão acima descrita:

Estimular sectores de atividade verdes:

- > aumentar o VAB “verde” (OBJ 1);
- > incrementar as exportações “verdes” (OBJ 2);
- > criar postos de trabalho “verdes” (OBJ 3).

Promover eficiência no uso dos recursos:

- > aumentar a produtividade dos materiais (OBJ 4);
- > aumentar a incorporação de resíduos na economia (OBJ 5);
- > privilegiar a reabilitação urbana (OBJ 6);
- > aumentar a eficiência energética (OBJ 7);
- > aumentar a eficiência hídrica (OBJ 8);
- > aumentar a utilização de transportes públicos (OBJ 9).

Contribuir para a sustentabilidade:

- > reduzir as emissões de CO₂ (OBJ 10);
- > reforçar o peso das energias renováveis (OBJ 11);
- > melhorar o estado das massas de água (OBJ 12);
- > melhorar a qualidade do ar (OBJ 13);
- > valorizar a biodiversidade (OBJ 14).

Quadro 2:**Objetivos traçados em cada uma das três dimensões que compõem a visão:**

		Objetivo e indicador	Média 2009/13	2013
CRESCIMENTO	Estimular setores de atividade verdes	> Aumentar o VAB “verde” (milhares de milhões de euros)	1,7	1,5
		> Incrementar as exportações “verdes” (milhares de milhões de euros)	0,57	0,56
		> Criar postos de trabalho “verdes” (milhares de pessoas ao serviço)	77,1	75,5
EFICIÊNCIA	Promover eficiência no uso dos recursos	> Aumentar a produtividade dos materiais (€ PIB _[2] /Kg de materiais consumidos)	0,96	1,14
		> Aumentar a incorporação de resíduos na economia (taxa de incorporação de resíduos na economia) _[3]	50% _[4]	56% _[5]
		> Privilegiar a reabilitação urbana (peso da reabilitação no conjunto do sector da construção)	8,4%	10,3%
		> Aumentar a eficiência energética (Intensidade Energética - tep/M€ PIB _[6])	129	129
		> Aumentar a eficiência hídrica (água não faturada/água colocada na rede de abastecimento urbano)	n.d.	35% _[7]
		> Aumentar a utilização de transportes públicos (milhões de pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros)	n.d.	10 894
SUSTENTABILIDADE	Contribuir para a sustentabilidade	> Reduzir as emissões de CO ₂ (Mt CO ₂ eq.)	72,4 _[8]	68,9 _[9]
		> Reforçar o peso das energias renováveis (% no consumo final bruto de energia)	24,8%	25,7%
		> Melhorar o estado das massas de água (% das massas de água com qualidade “Boa ou Superior”)	n.d.	52% _[10]
		> Melhorar a qualidade do ar (Média do n.º de dias com IQAr “fraco” ou “mau”, em zonas urbanas)	18	14
		> Valorizar a biodiversidade (Melhorar o estado de conservação das espécies e habitats protegidos pela Diretiva Habitat - n.º de avaliações de espécies e n.º de avaliações de habitats com estado de conservação “favorável” estabelecido por região biogeográfica)	n.d.	81 e 46 _[13]

n.d. não disponível / [1] A TCCA, Taxa Composta de Crescimento Anual (do inglês CAGR, Compound Annual Growth Rate), é uma média geométrica das taxas de crescimento anuais. A TCCA, também designada como taxa “suavizada”, mede o crescimento como se tivesse ocorrido a um ritmo estável numa base composta anual. O valor de referência é 2013, salvo as exceções assinaladas. / [2] Evolução do PIB de acordo com o valor médio dos cenários macroeconómicos para Portugal apresentados no REA 2014. Constituem uma atualização dos cenários considerados no RNBC 2050 (APA, 2012). / [3] resíduos valorizados (exceto valorização energética)/resíduos produzidos. / [4] Média 2008-2012. / [5] 2012. / [6] Evolução do PIB de acordo com o valor médio dos cenários macroeconómicos para Portugal apresentados no REA 2014. Constituem uma atualização dos cenários considerados no RNBC 2050 (APA, 2012). / [7] 2012. / [8] Média 2008-2012. / [9] 2012. / [10] 2010. / [11] 2021. / [12] 2027. / [13] Dados do relatório referente ao período 2007-2012.



Metas para 2020 e 2030			Racional
2020	2030	TCCA _[1] 2030	
2,1	3,4	(+5,0%)	> Desenvolver a economia verde de forma a obter ganhos de competitividade superiores à média nacional
0,79	1,28	(+5,0%)	> Ritmo de crescimento das exportações verdes equiparado ao aumento do VAB verde
100,4	151,0	(+4,2%)	> Duplicar o número de postos de trabalho até 2030
1,17	1,72	(+3,5%)	> Alinhar com os objetivos do PNGR, princípio da economia circular, eficiência no uso de recursos e redução de impactos ambientais (assegurando o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030)
68%	86%	(+2,3%)	> Perspetivar o resíduo enquanto recurso material ou energético promovendo o fecho do ciclo (economia circular) e o desvio de aterro; cumprimento do PNGR
17%	23%	(+4,9%)	> Aumento de cerca de 7,5% de 2013 a 2020, e de 3,1% de 2020 a 2030 no peso da reabilitação no conjunto do sector da construção. Assume-se um crescimento mais acelerado entre 2013 e 2020 do que na década 2020-2030
122	101	(-1,4%)	> Cumprimento do PNAEE até 2020 > Redução de 30% sobre baseline energética em 2030
25%	20%	(-3,1%)	> Cumprir meta PNUA 2020 - perdas físicas < 20% em 2020) [água não faturada = perdas físicas + perdas aparentes + consumos autorizados mas não faturados]
12 528	15 296	(+2,0%)	> Cumprimento do PETI3+ até 2020 > Transferência do transporte individual para o transporte coletivo
68,0-72,0	52,7-61,5	(-0,6/-1,5%)	> Alinhar com objetivos da UE para 2030 e com redução de emissões reportada nos trabalhos de base do PNAC e do Roteiro 2050 da UE > Redução entre 18% (72,0 Mt CO ₂ eq.) e 23% (68,0 Mt CO ₂ eq.) em 2020 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO ₂ eq.) > Redução entre 30% (61,5 Mt CO ₂ eq.) e 40% (52,7 Mt CO ₂ eq.) em 2030 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO ₂ eq.), contingente aos resultados das negociações europeias
31%	40%	(+2,6%)	> Cumprimento do PNAER até 2020 > Alinhamento com o objetivo definido na proposta de PT constante do Pacote Energia-Clima 2030, contingente aos resultados das negociações europeias
79,8% _[11]	100% _[12]	(+3,3%)	> Cumprir a Diretiva Quadro da Água (condicionado aos desenvolvimentos de negociação na UE no que respeita à implementação da DQA)
9	2	(-10,9%)	> Alinhamento com os objetivos definidos na Diretiva CAFE e com o Programa Ar Limpo para a Europa
81 e 46	96 e 53	(+0,9% e +0,8%)	> Cumprimento da Diretiva Habitats > Alinhamento com a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2020 > Alinhamento com a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade 2020 (em revisão)

A atividade económica atualmente desenvolvida engloba um incontável número de sectores económicos que concorrem, de forma distinta, para os vários objetivos aqui propostos. Neste sentido, é necessário definir prioridades por forma a tornar a intervenção mais eficiente, eficaz e duradoura. Por outro lado, a concentração de esforços num número acionável de iniciativas possibilita um adequado controlo da sua execução e monitorização, pressupostos fundamentais para, posteriormente, identificar novas linhas de ação e novas áreas de intervenção.

As iniciativas propostas enquadram-se em dez pilares – sectores ou temas por ora considerados prioritários – potenciadas por um conjunto de catalisadores de impacto transversal.

Figura 6: Pilares e Catalisadores do Crescimento Verde





PORTUGAL: NA TRANSIÇÃO VERDE

ÁREAS DE
INTERVENÇÃO



No total dos dez sectores ou temas e dos seis catalisadores, sobre os quais importa atuar de modo a cumprir os objetivos acima enunciados, o CCV compreende 111 iniciativas.

Quadro 3: Iniciativas sectoriais e temáticas

ÁGUA	9
RESÍDUOS	7
AGRICULTURA E FLORESTA	14
ENERGIA E CLIMA	16
MOBILIDADE E TRANSPORTES	10
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E EXTRATIVA	10
BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	9
CIDADES E TERRITÓRIO	9
MAR	7
TURISMO	7
FINANCIAMENTO	2
PROMOÇÃO INTERNACIONAL	2
FISCALIDADE	1
INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	2
INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	5
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	1
TOTAL	111

Para além de um texto introdutório, inclui-se, para cada um dos sectores e catalisadores, um quadro com as iniciativas, os respetivos indicadores de sucesso, o enquadramento e a identificação dos Pontos Focais para o Acompanhamento (PFA) do desenvolvimento/implementação das iniciativas, bem como a indicação da transversalidade da iniciativa através de referência aos sectores e catalisadores para os quais cada uma das iniciativas será particularmente relevante.



3.1 Água

A água é essencial para a vida humana, para o ambiente e para a economia. É um recurso em constante renovação, de acordo com o seu ciclo natural. Porém, não é um recurso ilimitado, não podendo ser produzida nem substituída por outros recursos. A tensão sobre os recursos hídricos mundiais tem sido crescente, principalmente no século XX com o aumento da população mundial, com o desenvolvimento tecnológico e com o aumento do grau de exigência das sociedades. No século XXI, a ameaça das alterações climáticas gera novas preocupações, e o grau de consciencialização da sociedade para esta problemática tem sido alcançado à custa da vivência dos impactes dos cada vez mais frequentes fenómenos meteorológicos extremos. Antecipa-se, contudo, um aumento da tensão sobre os recursos hídricos, já que os cenários apontam para uma escassez da disponibilidade média de água.

A água doce constitui apenas cerca de 2% da água do planeta, pelo que a concorrência na procura deste recurso hídrico poderá conduzir a uma escassez mundial no abastecimento de água, que se estima poder atingir os 40%, em 2030^{xxxvi}. É essencial abordar estes desafios de modo a preservar a base de recursos para a vida, a natureza e a economia, e para proteger a saúde humana, sabendo-se, contudo, que os ambientes aquáticos variam significativamente e, por conseguinte, não há uma “receita” única.

Os principais fatores na base de impactes negativos sobre o estado das águas estão interligados e incluem: (1) as alterações climáticas; (2) o uso dos solos; (3) as atividades económicas, como a produção de energia, a indústria, a agricultura e o turismo; (4) o desenvolvimento urbano; (5) a evolução demográfica; (6) a deflorestação; (7) e os incêndios e a degradação dos ecossistemas.



O estado ecológico e químico das águas da UE está ameaçado pelas emissões poluentes, pela utilização excessiva da água (stress hídrico) e pelas alterações hidromorfológicas das massas de água. O risco de escassez de água alargou-se a mais regiões da UE e os ecossistemas aquáticos — de cujos «serviços» as sociedades dependem — podem tornar-se mais vulneráveis a fenómenos climáticos extremos, como inundações e secas.

A água só será um recurso acessível para todos mediante uma gestão adequada em que o funcionamento (eco)sistémico dos recursos naturais deve ser considerado. O nível de eficiência de uma sociedade na gestão dos seus recursos hídricos é encarado por muitos como um bom indicador do grau de desenvolvimento dessa sociedade.

A Diretiva Quadro da Água (DQA) estabelece os princípios básicos de uma política sustentável da água na UE, tendo por objetivo conservar e melhorar o ambiente aquático na União. A gestão integrada dos recursos hídricos assenta em três princípios fundamentais: a equidade social, para assegurar oportunidade de acesso igual de todos os utilizadores a uma quantidade e qualidade de água suficientes para sustentar o bem-estar humano; a eficiência económica, que permite potenciar um benefício máximo ao maior número de utilizadores, com os recursos hídricos e financeiros disponíveis; e a sustentabilidade ecológica, que vem exigir que os sistemas aquáticos sejam também reconhecidos como utilizadores e que os recursos sejam alocados de forma a sustentar a sua funcionalidade.

Em Portugal, a Lei da Água transpõe para a ordem jurídica nacional a DQA, estabelecendo um quadro de ação nacional no domínio da política da água. Inclui princípios fundamentais como o do poluidor-pagador e uma abordagem financeira de recuperação de custos, que pretende contribuir para a sustentabilidade do recurso água e para a eficiência económica da sua utilização.

Portugal, beneficiando dos fundos estruturais da UE, apostou na infraestruturação do abastecimento de água e no tratamento de águas residuais. Nos últimos 20 anos, Portugal realizou investimentos superiores a 10 mil milhões de euros, com impactes positivos nas áreas da saúde, do ambiente, do desenvolvimento económico e da qualidade de vida, destacando-se a revitalização e o desenvolvimento das atividades económicas locais, a melhoria da qualidade da água para consumo público, da qualidade das águas balneares, da valorização dos resíduos, bem como da salvaguarda dos ecossistemas.

A melhoria da qualidade de vida da população em Portugal está patente nos resultados alcançados ao nível da cobertura dos serviços: 95% da população servida por sistemas de abastecimento de água e cerca de 80% da população servida por sistemas de tratamento de águas residuais, sendo que a qualidade da água para consumo humano tem vindo a registar, ano após ano, melhorias constantes e sustentadas, alcançando em 2012 o valor de 98,2% de água segura na torneira do consumidor (indicador de água controlada e de boa qualidade), o que corresponde a uma evolução de enorme significado, tendo em conta que, em 1993, este indicador se cifrava apenas nos 50%.^{xxxvii} Destaca-se também a qualidade das águas balneares em Portugal, que é hoje superior à média europeia e melhora continuamente. Em 2014, foi atribuído o galardão Bandeira Azul a cerca de 300 praias.^{xxxviii}

Vivemos hoje novos desafios, tanto no âmbito dos recursos hídricos como no modelo de gestão das águas. No que diz respeito à política de recursos hídricos, estamos hoje concentrados na elaboração da 2ª geração de Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), com a particularidade de, no caso das bacias internacionais, este exercício envolver uma forte articulação e coordenação com Espanha, no quadro da Comissão Bilateral das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC).

Por outro lado, a reformulação do Plano Nacional da Água (PNA), em curso, estabelece uma visão estratégica para a gestão dos recursos hídricos para a próxima década e meia, destacando-se, em particular, a maior importância a ser dada aos aspetos quantitativos das massas de água e sua influência no estado ecossistémico das massas de água superficiais; à adaptação às alterações climáticas; à melhoria da Governação intersectorial; à aplicação de medidas ambientais de proteção natural das massas de água; e à recuperação dos passivos ambientais.

Num quadro de planeamento e crescimento alargado é ainda necessário garantir o conhecimento real do estado das massas de água nacionais que suportam os diferentes usos e utilizações. Este conhecimento só poderá ser assegurado pela sua monitorização com base nos requisitos estabelecidos no âmbito dos PGRH e da DQA, garantindo o bom estado das massas de água.

Para além da necessidade de melhorar a monitorização quantitativa e qualitativa das massas de água, e de assegurar uma adequada disseminação da informação, é necessário dar também especial atenção à ocorrência de situações extremas,



designadamente cheias, secas e poluição accidental, estabelecendo estratégias preventivas e definindo medidas de mitigação e resposta que permitam fazer face à ocorrência de desastres naturais ou causados pelo homem.

No domínio da governança dos recursos hídricos é importante continuar a dar seguimento a formas inovadoras de participação dos utilizadores, nomeadamente através de modelos institucionais previstos na Lei da Água, e em legislação subsequente, que apontam nesse sentido, como é o caso das Associações de Utilizadores e das entidades responsáveis pela gestão de Empreendimentos de Fins Múltiplos. Os valores cobrados pela Taxa de Recursos Hídricos devem servir, entre outros objetivos, para incentivar estas formas inovadoras e participativas de gestão da água.

Num outro plano, **vingte anos depois do ciclo de infraestruturação, urge impulsionar uma mudança de paradigma no modelo de gestão do abastecimento de água e tratamento de águas residuais.** É tempo de mudar o enfoque da infraestruturação para a gestão eficiente dos ativos, impulsionando reformas que contribuam para a coesão social e territorial, para a qualidade ambiental e para a sustentabilidade económico-financeira das operações.

De facto, apesar do esforço notável de alargamento do serviço a cada vez mais portugueses, existe ainda um conjunto de desafios de natureza estrutural e, sobretudo, operacional, ambiental e económico-financeira por ultrapassar, cuja superação é essencial para garantir que estes serviços públicos essenciais continuam a ser prestados, em qualidade e com fiabilidade, e de forma universal a todas as pessoas, hoje e no futuro.

O diagnóstico não deixa grande margem para dúvidas: crescimento cumulativo dos défices tarifários dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento; dívida das autarquias aos sistemas multimunicipais; elevadas assimetrias litoral/interior com reflexos nos tarifários que são praticados; insuficiente recuperação de custos via tarifário, que coloca em causa os investimentos necessários; fragmentação e falta de escala das entidades gestoras; perdas (em média de 40%) de água na distribuição e volume significativo de água não faturada.

Este diagnóstico requer um quadro alargado de reformas, aliás em curso, capazes de promover a sustentabilidade económico-financeira e a melhoria da eficiência das operações nestes domínios para garantir a continuidade, a universalidade e a qualidade

na prestação destes serviços públicos essenciais, assim como o cumprimento de metas nacionais e europeias de índole ambiental. Neste sentido, as linhas estratégicas para a reestruturação compreendem os seguintes vetores:

- > **Garantir a sustentabilidade do sector** através de tarifas que recuperem os custos;
- > **Reduzir os custos dos serviços de água e de saneamento** através de ganhos com economias de escala com base na agregação de sistemas multimunicipais e de gama através da fusão entre sistemas de abastecimento de águas e saneamento;
- > **Garantir a sustentabilidade do recurso água** através da redução de perdas e da reabilitação das infraestruturas, com enfoque na distribuição em baixa.

Assim, a reestruturação do sector das águas materializa-se em torno de 6 pilares essenciais:

- > A definição de um **novo quadro estratégico e de ação**, formulado através do PENSAAR2020^{xxxix};
- > O **reforço da independência e das competências da entidade reguladora**, traduzido nos novos Estatutos da ERSAR, na legislação da fatura detalhada e no novo regulamento tarifário dos sistemas em alta;
- > Um **novo modelo de financiamento**, a partir dos novos fundos europeus previstos no Portugal 2020, orientado para a sustentabilidade ambiental e económico-financeira das operações e para a coesão territorial;
- > A reorganização territorial do grupo Águas de Portugal (AdP) e dos sistemas multimunicipais, procurando, **através da agregação de sistemas, gerar economias de escala e de gama** e promover o equilíbrio tarifário em regiões alargadas, enquadrando soluções para o problema dos défices tarifários crónicos;



- > A promoção de **estratégias de gestão mais integradas dos serviços de abastecimento de água e de saneamento em alta e baixa**, como forma de maximizar as sinergias operacionais de processo, com benefícios significativos para os consumidores;
- > A **reorganização corporativa do grupo AdP**, designadamente através da definição de serviços partilhados (ex. contabilidade e tesouraria, recursos humanos, serviços jurídicos, sistemas de informação, compras, engenharia e inovação, sustentabilidade e responsabilidade empresarial, comunicação), proporcionando reduções de custos operacionais.

Neste sector foram identificadas nove iniciativas.

Quadro 4: Iniciativas Água

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
ÁGUA 1	Reduzir pressões sobre as massas de água, identificando as pressões que condicionam o seu bom estado e dando prioridade à implementação de medidas economicamente sustentáveis que as diminuem	<ul style="list-style-type: none"> » Aumentar para 72% as massas de água com estado igual ou superior a bom em 2020 » Atingir 100% de massas de água com estado igual ou superior a bom em 2030 	E: Meta do PO SEUR 2022/2023; PDR 2020 em conjugação com os PGRH 2015-2020; DQA e Lei da Água; PGRH 2015-2020/DQA e PNA PFA: APA	Agricultura e florestas; Resíduos; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; I&D&I
ÁGUA 2	Aumentar a taxa de reutilização de água, respeitando critérios económicos, técnicos e ambientais	<ul style="list-style-type: none"> » Aumentar a taxa de água reutilizada 	E: PGRH 2015-2020/DQA; PNUEA; PENSAAR 2020; Horizonte 2020; European Innovation Partnership on Water (EIP) PFA: ERSAR	Resíduos; Agricultura e florestas; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
ÁGUA 3	Promover a redução das perdas de água nos sistemas de adução e distribuição (prever o risco associado às fugas e intervir em termos de gestão patrimonial)	<p>» Redução das perdas físicas e comerciais de água</p> <p>» Até 2020 reduzir as perdas físicas para valores inferiores a 20% no sector urbano, 35% no sector agrícola e 15% no sector industrial</p> <p>» Até 2030 reduzir as perdas físicas para valores inferiores a 16% no sector urbano, 32% no sector agrícola e 10% no sector industrial</p>	<p>E: Medidas PENSAAR 2020; PGRH 2015-2020/DQA; PDR 2020; Medidas e metas do PNUEA</p> <p>PFA: ERSAR</p>	Agricultura e floresta; Cidades e território; I&D&I
ÁGUA 4	Aumentar a eficiência operacional dos sistemas de abastecimento de água e saneamento	<p>» Redução de custos operacionais face aos Estudos de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) atuais dos sistemas multimunicipais de águas: 23% de redução até 2020 e 32% de redução até 2030</p> <p>» Aumento da taxa de utilização das infraestruturas</p>	<p>E: PENSAAR 2020; PNUEA; PDR 2020</p> <p>PFA: ERSAR</p>	Resíduos; Agricultura e floresta; Energia e clima; Cidades e território; I&D&I
ÁGUA 5	Desenvolver instrumentos de promoção da eficiência hídrica como a “certificação hídrica” e a rotulagem hídrica	<p>» Aumentar o número de certificados emitidos e o número de produtos rotulados</p>	<p>E: PNUEA; EU Ecolabel; PGRH 2015-2020/DQA; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: APA</p>	Agricultura e floresta; Indústria transformadora e extrativa; Turismo; Informação e participação
ÁGUA 6	Promover a internacionalização de consórcios com empresas sedeadas em Portugal	<p>» Taxa de crescimento do montante do investimento atribuído aos consórcios (face a 2012)</p>	<p>E: PENSAAR 2020</p> <p>PFA: SG MAOTE</p>	Agricultura e floresta; Indústria transformadora e extrativa; Promoção internacional; I&D&I
ÁGUA 7	Melhorar e consolidar a rede de monitorização dos recursos hídricos nas suas várias vertentes quantitativas e qualitativas e assegurar uma adequada disseminação da informação	<p>» Aumentar os recursos nacionais especializados em monitorização dos recursos hídricos</p> <p>» Corresponder às exigências comunitárias</p>	<p>E: PNA - Plano Nacional da Água; PGRH 2015-2020; DQA</p> <p>PFA: APA</p>	Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
ÁGUA 8	Estabelecer estratégias para fazer face a riscos naturais e causados pelo homem, designadamente cheias, secas e poluição accidental	» Identificar e cartografar, até 2020, riscos potenciais em todo o território, nomeadamente no que se refere a cheias, secas e poluição accidental » Definir, até 2020, estratégias de prevenção, mitigação e resposta	E: PGRH 2015-2020; Planos Específicos de Gestão das Águas; DQA; PDR 2020; Diretiva das Cheias; Recomendações da CE sobre Secas e Escassez; PFA: APA	Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas
ÁGUA 9	Continuar a promover formas inovadoras e participativas de gestão dos recursos hídricos, nomeadamente com base em Associações de Utilizadores e na gestão de Empreendimentos de Fins Múltiplos	» Implementar, até 2020, casos de demonstração cobrindo uma diversidade de situações e de tipos de utilizadores e empreendimentos	E: Lei da Água; Associações de Utilizadores (Decreto-lei 348/2007); Empreendimentos de Fins Múltiplos (Decreto-lei 311/2007) PFA: APA	Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa



3.2 Resíduos

O sector dos resíduos é estratégico para o crescimento verde tendo em conta o seu elevado potencial de contribuir para o objetivo global de estabelecimento de uma economia circular. Os objetivos centrais da economia circular passam pela minimização da utilização de matérias-primas virgens, pela diminuição da produção de resíduos, pelo reprocessamento, no mesmo ou noutro processo produtivo, dos resíduos produzidos para minimizar os desperdícios e, ainda, pela valorização de qualquer resíduo cuja produção não seja evitável, promovendo-se o fecho do ciclo de vida dos materiais e o aumento da produtividade dos recursos.

O aumento da procura de serviços relacionados com resíduos e de produtos reciclados, acompanhado da escassez dos recursos naturais e o consequente aumento do preço das matérias-primas virgens, tem resultado num crescimento constante do sector do mercado de resíduos.

No mercado global, a reciclagem tem-se revelado uma área importante em termos de criação de emprego – a recolha, triagem e processamento de materiais recicláveis sustentam dez vezes mais empregos do que os aterros ou a incineração. Apesar das elevadas taxas de reciclagem poderem contribuir para a redução de oportunidades de emprego na extração de materiais virgens e atividades relacionadas, o balanço global líquido parece ser positivo, existindo estudos que demonstram que um investimento na recolha de resíduos levará a um aumento significativo do emprego.

A economia circular não deve ser associada apenas à redução e valorização de resíduos, constituindo-se também como alavanca económica associada à inovação e à reindustrialização, promovendo o repensar do ciclo de vida dos produtos e gerando novas oportunidades de emprego e de criação de riqueza.

O ecodesign, a reutilização de produtos e materiais e a prevenção da produção de resíduos contribuem também significativamente para o aumento da produtividade dos recursos. Sempre que a valorização material não seja possível, o resíduo deve ser tratado, de acordo com uma hierarquia de prioridades, da maneira menos prejudicial para o ambiente e para a saúde humana, de forma a gerar valor. A criação e promoção de bancos de informação sobre os resíduos produzidos que suportem programas de simbiose industrial são fundamentais para a implementação dos princípios da economia circular.

O aumento das taxas de reciclagem e reintrodução dos produtos resultantes na economia fará diminuir a pressão sobre a procura de matérias-primas virgens, contribuirá para a valorização de materiais que de outro modo seriam desperdiçados, e diminuirá o consumo de energia e as emissões de poluentes resultantes das operações de extração e de transformação. Este processo implica o desenvolvimento e expansão de novas oportunidades de mercado, contribuindo para o aumento da taxa de reciclagem e de valorização dos resíduos industriais e urbanos, assim como dos fluxos específicos de resíduos, nomeadamente os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, de embalagens, de pilhas e acumuladores, de veículos em fim de vida, de óleos minerais usados e de pneus usados, entre outros.

Em Portugal Continental, de acordo com o Relatório do Estado do Ambiente (REA) de 2014, a produção de resíduos urbanos (RU) diminuiu entre 2010 e 2013, passando



de 5,184 para 4,362 milhões de toneladas. Verificou-se também, em termos de opções de gestão de RU, que se manteve a predominância da deposição direta em aterro (43% dos resíduos produzidos), seguida de incineração com recuperação de energia (22%), Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) (17%), valorização orgânica (2%), tendo a restante fração sido encaminhada para valorização material (9%) e Tratamento Mecânico (TM) (7%). Importa salientar que se acentuou a tendência de redução da fração depositada diretamente em aterro, resultado da entrada em pleno funcionamento das unidades de TMB previstas.

Um cenário de crescimento verde pressupõe uma permanente evolução na gestão de resíduos, quer prevenindo a sua produção, quer reduzindo o consumo da energia aplicada na cadeia de gestão (desde a recolha até à valorização/eliminação), quer garantindo que o tratamento é efetuado segundo as melhores técnicas disponíveis, de acordo com a hierarquia de resíduos, garantindo que a quantidade de resíduos encaminhada para aterro seja tendencialmente decrescente.

Tornar a gestão do sector dos resíduos mais verde requer medidas de política e regulamentação ajustadas ao desenvolvimento sustentável deste sector, e poderá beneficiar de acordos institucionais, financiamento e/ou incentivos económicos. A nível nacional, apesar do quadro legislativo ter progredido consideravelmente nos últimos anos em termos de abrangência e de soluções de gestão, o impacte global associado à sua aplicação ainda não é integralmente conhecido, visto ser bastante díspar a experiência adquirida na gestão de determinados fluxos de resíduos.

O sector dos resíduos urbanos conheceu, recentemente, uma ampla reestruturação que incidiu sobre:

- > A **independência e autonomia da entidade reguladora**;
- > A **fixação de novas metas ambientais**, nomeadamente, as fixadas no PERSU 2020^{xl} (redução dos resíduos urbanos biodegradáveis destinados a aterro de 63% para 35% da quantidade total, em peso, relativamente ao ano de referência 1995; taxa de preparação para reutilização e reciclagem de 50%; retomas de recolha seletiva de 47kg/habitante/ano);

- > A **revisão do regulamento tarifário**, evoluindo de um regime *cost-plus* para um regime *revenue-cap* (remuneração dos ativos regulados), que traduz um fortíssimo sinal de aposta na eficiência e na limitação de custos elegíveis para efeitos de tarifa. Desta forma, as tarifas serão, em média, até 2020, 25% inferiores ao valor que estava previsto no anterior modelo tarifário;
- > O **reforço dos objetivos de serviço público**, fixados nas bases de concessão dos sistemas multimunicipais, ao nível da qualidade, da acessibilidade e da universalidade;
- > A **privatização da Empresa Geral de Fomento** (EGF).

Neste sector foram identificadas sete iniciativas.

Quadro 5: Iniciativas Resíduos

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
RES 1	Aplicar a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de forma a incentivar a redução/prevenção na produção de resíduos, reforçar o desincentivo às operações de eliminação de resíduos e favorecer as operações de valorização de resíduos, incluindo o coprocessamento, a valorização energética e a recuperação de materiais para reciclagem	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da percentagem de receitas consignadas para projetos de aproveitamento de resíduos » Alargamento do universo de beneficiários » Diminuição da percentagem de resíduos encaminhados para aterro ou incineração 	E: PERSU 2020; Reforma da Fiscalidade Verde; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: APA	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Financiamento; Fiscalidade



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
RES 2	Incentivar a utilização de resíduos na produção de novos produtos	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da percentagem de resíduos passíveis de valorização que cumprem normas ou especificações técnicas » Aumento da percentagem de utilização dos resíduos como matérias-primas 	<p>E: PNGR; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: APA, DGAE</p>	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; I&D&I
RES 3	Promover as parcerias industriais que envolvem a transação de resíduos e de subprodutos (inclui mercado de resíduos)	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da percentagem de resíduos introduzidos em processos produtivos » Aumento da percentagem de subprodutos transacionados entre indústrias 	<p>E: PNGR; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal; ENEI</p> <p>PFA: APA</p>	Indústria transformadora e extrativa
RES 4	Dinamizar a reciclagem de Resíduos Urbanos (RU) e a recolha seletiva	<ul style="list-style-type: none"> » Atingir 47 kg/hab/ano para a retoma de recolha seletiva » Aumento da taxa de reciclagem de RU » Eliminar progressivamente a deposição direta de RU em aterro 	<p>E: PNGR; PERSU 2020; Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho</p> <p>PFA: APA</p>	Energia e clima; Cidades e território
RES 5	Aumentar a eficiência operacional dos sistemas de tratamento de RU	<ul style="list-style-type: none"> » Redução de custos operacionais dos sistemas, salvaguardando a hierarquia dos resíduos » Aumento da taxa de utilização das infraestruturas » Aumento da quantidade de resíduos/materiais vendida » Aumento das receitas geradas pela venda de resíduos/materiais » Diminuição das quantidades de rejeitados 	<p>E: PNGR; PERSU 2020</p> <p>PFA: APA; ERSAR</p>	Energia e clima; Cidades e território; I&D&I

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
RES 6	Promover o aumento da valorização das lamas de ETA e ETAR através da promoção e potenciação da diversificação dos seus destinos finais	» Aumento da percentagem de lamas valorizadas relativamente a volumes produzidos	E: PENSAAR 2020 PFA: APA; ERSAR	Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; I&D&I
RES 7	Projeto de divulgação “Pôr a economia a circular”	» Número de empresas subscritoras da campanha	E: PNGR; PERSU 2020 PFA: APA	Água; Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; I&D&I; Informação e participação



3.3 Agricultura e Floresta

A visão estratégica nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural está consubstanciada, nomeadamente, no Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 (PDR 2020) que, promovendo o crescimento sustentável do sector agroflorestal, tem três objetivos estratégicos:

- Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura;
- Promover uma gestão eficiente dos fatores e proteção dos recursos naturais: solo, água, ar e biodiversidade;
- Criação de condições para a manutenção de um espaço rural económica e socialmente viável.



Foi definido como objetivo ambiental do PDR 2020, a alocação de 30% do FEADER para medidas relacionadas com objetivos ligados ao ambiente e clima. No entanto, estima-se hoje, a partir do exercício de programação em curso, que a alocação referida se possa aproximar de cerca de 50% do PDR 2020, tendo em conta:

- > As medidas ligadas à proteção e reabilitação de povoamentos florestais;
- > O apoio ao desenvolvimento sustentável da agricultura e das florestas com preservação dos recursos naturais através das medidas e ações ligadas aos apoios à preservação dos recursos naturais e ao clima, à agricultura biológica e à rede Natura 2000;
- > As medidas de apoio ao desenvolvimento da atividade agrícola em zonas com condicionantes naturais ou específicas.

A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro, e atualizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015 de 4 de fevereiro, constitui o elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal. Na atualização da ENF são refletidas as alterações de contexto entretanto verificadas, nomeadamente as respeitantes à evolução da situação económico-financeira do País e da organização dos diferentes agentes do setor florestal, a par de novos dados sobre a situação dos espaços florestais, obtidos pelos quinto e sexto Inventários Florestais Nacionais. A ENF assume como nova visão a sustentabilidade da gestão florestal, no respeito pelos critérios estabelecidos a nível internacional, assumidos por Portugal no âmbito do processo pan-europeu para a gestão sustentável das florestas continentais, da Conferência Ministerial para a Proteção das Florestas na Europa (FOREST EUROPE) e do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (FNUF).

Cerca de 70% do território nacional corresponde a área agrícola e florestal. A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de Portugal é de cerca de 3,5 milhões de hectares, dos quais 32,7% são ocupados por terras aráveis, 19,4% por culturas permanentes e quase metade por prados e pastagens permanentes (47,4%). Existem em Portugal

Continental, segundo o Recenseamento Agrícola 2009, 278 114 explorações agrícolas. A SAU média por exploração é de 12,74 hectares, mas de 61,5 hectares no Alentejo. Ao nível das NUTS III, a SAU média varia de 1,95 hectares no Pinhal Interior a 65,7 hectares no Baixo Alentejo. Cerca de 15% da SAU é irrigável. Em termos de estrutura, as explorações com menos de 5 hectares representam 75% das explorações do Continente, mas apenas 11% da SAU. Em contrapartida, as explorações com mais de 20 hectares são 7,3% do total de explorações e reúnem 76,2% da SAU.^{xlii}

Em média, cada exploração utiliza 1,2 Unidades de Trabalho Anuais (UTA), sendo 80% mão-de-obra familiar. O volume de mão-de-obra das explorações era, em 2011, de 357 mil UTA. O peso do trabalho não assalariado é cerca de 80%. O emprego do complexo agroflorestal representa cerca de 13% do emprego total português, sendo a agricultura a grande empregadora, com 10,2% (média 2007-2011).

As atividades do complexo agroflorestal têm um peso importante no comércio internacional, representando, atualmente, 15% dos valores das exportações e 17% das importações da Economia. É de notar o aumento do peso nas exportações ao longo da década, que reflete taxas de crescimento muito elevadas (média anual 2000-2012: 6,3%), com destaque para a agricultura e as Indústrias Alimentares, Bebidas e Tabaco (IABT), embora com alguma perda de peso no PIB e no emprego.

Globalmente, embora o saldo da balança comercial agroflorestal continue negativo (apesar de ser positiva a componente florestal), tem apresentado melhorias significativas. Apesar disso, representa um dos défices estruturais da economia portuguesa.

Nos produtos com nome protegido destacam-se os frutos. A área das culturas efetuadas em Modo de Produção Biológico representava, em 2011, 6% da SAU. Quanto à estrutura da produção agrícola, 52% do seu valor é relativo à produção vegetal, com destaque para as frutas (17,3%), e 43% à produção animal, realçando-se neste grupo o sector leiteiro (11,4%). O Valor Acrescentado Bruto do Complexo Agroflorestal a preços correntes (base 2006) era de 8549 milhões de euros em 2010, representando 5,6% do PIB.^{xliii}

Portugal é autossuficiente em vinho, hortícolas, arroz, ovos e leite, apresenta um bom nível de abastecimento próprio em azeite, carne de ave de capoeira, de ovinos



e de caprinos, sendo muito deficitário em cereais. A autossuficiência do sector agroalimentar aproxima-se de 85% (peso da produção no consumo aparente), enquanto nos produtos da silvicultura e respetivas indústrias existe um balanço positivo muito relevante.

Os objetivos nacionais para o sector florestal assentam na criação de condições que atraiam capital para este sector de modo a aumentar a capacidade produtiva florestal do território português, garantindo a gestão sustentável dos recursos e o uso múltiplo dos espaços florestais.

Os espaços florestais, que incluem além das áreas com povoamentos florestais, as áreas de matos e pastagens espontâneas, abrangem perto de 6 milhões de hectares. Destes, cerca de 3 milhões de hectares correspondem a povoamentos florestais (35% do território nacional). A floresta portuguesa é maioritariamente detida por proprietários privados (cerca de 92%). O Estado detém apenas cerca de 2% da floresta e as autarquias e comunidades locais os remanescentes 6%.^{xliii}

Os incêndios e a afeção crescente por pragas e doenças constituem-se hoje como um dos principais obstáculos ao crescimento e sustentabilidade do sector florestal.

Com consequências graves no estado e vitalidade dos povoamentos, provocam o desequilíbrio da estrutura produtiva em que assenta o tecido económico e também o prover sustentado de bens e serviços não tangíveis. Entre 2003 e 2012, a área ardida de povoamentos florestais foi, em média, de 74 614 hectares por ano (2,5% da área total de povoamentos). Não considerando, por atípicos, os valores extremos dos anos de 2003 e 2005, esse indicador foi de 30 771 hectares por ano. Ainda para esse período, a área total ardida foi, em média, de 142 582 hectares por ano.^{xliv}

Para se atingirem as metas do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) é fundamental executar as Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) que infraestruturam o território rural, com realce para a gestão de combustíveis em faixas ou em mosaico e o desenvolvimento de ações de silvicultura preventiva ao nível da gestão das explorações florestais, em paralelo com ações de sensibilização vocacionadas para públicos-alvo específicos. Complementam estas ações, de prevenção estrutural, as medidas de vigilância e de combate concertadas nos diferentes níveis de planeamento.^{xlv}

O imaginário da floresta é diferente para cada pessoa, e essa diversidade de percepções espelha a riqueza da floresta. Para uns é local de caça ou turismo, para outros é mel, castanhas ou nozes, para outros é biodiversidade ou sequestro de carbono, para outros pode ser paisagem ou espaço de introspeção. Importante também é perceber qual o papel da floresta na economia. Foi estimado que as atividades e os serviços ambientais da floresta no Continente apresentam uma contribuição anual para a economia portuguesa de cerca de 1300 milhões de euros.^{xlvi} O valor acrescentado do sector representou, em média e desde 2000, 2,1% do PIB nacional. Igualmente desde 2000, o sector florestal representou, em média, 10% das exportações portuguesas e o valor médio da balança comercial apresenta um saldo positivo superior a 1000 milhões de euros, verificando, este indicador, em 2011, um valor já muito próximo de 2000 milhões de euros. Por fim, o sector florestal é responsável por cerca de 100 000 postos de trabalho.

A floresta assume ainda funções não produtivas, por exemplo de proteção dos solos, de proteção e regulação de recursos hídricos, de defesa contra a erosão eólica e hídrica, de proteção microclimática e de proteção e segurança ambiental, e funções estruturantes quer da própria floresta, quer do território em geral.

É por isso importante considerar que **o valor dos sistemas agrícola e florestal afere-se não só pela riqueza que geram, mas também pelas suas funções sociais e culturais, ecológicas e de sustentabilidade, pelo papel na coesão social e territorial, como suporte da biodiversidade e de serviços dos ecossistemas.** Estas atividades dependem fortemente dos recursos naturais para a sua produção e simultaneamente proporcionam inúmeros benefícios ambientais tendo, por isso, grande potencial para contribuir para o crescimento verde.

Neste sector foram identificadas catorze iniciativas.



Quadro 6: Iniciativas Agricultura e Florestas

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
AGF 1	Promover as medidas agroambientais e agilizar os processos de atribuição de subsídios	» Aumento da área sob compromisso agroambiental, associado a desempenho ambiental mensurável, de 25% até 2020	E: Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020) PFA: GPP	Água; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Financiamento; Fiscalidade
AGF 2	Apoiar explorações que cumpram as Boas Condições Agrícolas e Ambientais (BCAA)	» Aumentar a superfície agrícola sujeita à BCAA em 10%	E: Condicionalidade – Regulamento (UE) n.º 1306/2013 PFA: GPP	Água, Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Financiamento
AGF 3	Promover a difusão, divulgação de informações e de conhecimentos, e o aconselhamento dos agricultores	» 25% dos agricultores com recurso ao aconselhamento agrícola	E: PDR 2020 PFA: DGADR	Água, Cidades e território; I&D&I; Informação e participação
AGF 4	Apoiar as explorações que cumpram as regras do Pagamento Verde (<i>Greening</i>), componente ambiental dos pagamentos diretos do primeiro pilar da Política Agrícola Comum (PAC 2014-2020)	» Área das explorações a cumprir a regras do <i>Greening</i>	E: Pagamentos diretos aos agricultores – Regulamento (UE) n.º 1307/2013, de 17 de dezembro PFA: GPP	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Financiamento
AGF 5	Apoiar investimentos na agricultura que promovam maiores níveis de sustentabilidade na utilização dos recursos. (Exs: investimento em regadio eficiente e em operações com necessidade de melhorias no uso eficiente de água; explorar e melhorar a produção de sequeiro)	» Número de investimentos com componente ambiental	E: PDR 2020; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: GPP	Água; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Financiamento

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
AGF 6	Apoiar o desenvolvimento e estruturação de novos produtos do sector agroflorestal, garantindo maior valor acrescentado ambiental	» Número de projetos apoiados » Número de produtos novos apoiados	E: Estratégia Nacional das Florestas (ENF); Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: ICNF	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; I&D&I
AGF 7	Apoiar atividades agrícolas e florestais desenvolvidas em áreas classificadas ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats, através do Pagamento Natura	» Número de explorações beneficiárias do Pagamento Natura/número de explorações agrícolas ou florestais em áreas classificadas (atingir os 25% até 2020)	E: PDR 2020; EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final PFA: GPP	Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Financiamento
AGF 8	Diminuição do risco de degradação da qualidade dos solos agrícolas e florestais	» Diminuição da área de solos agrícolas e florestais em risco de degradação	E: Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) PFA: ICNF	Água; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Turismo
AGF 9	Promover a certificação da gestão florestal sustentável, apoiando a adaptação das explorações e das empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos	» Até 2020: área florestal certificada atingir 500 000 hectares » Até 2030: área florestal certificada atingir 1000 000 hectares	E: PDR 2020; ENF; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: ICNF	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Informação e participação



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
AGF 10	Dinamizar as ZIF - Zonas de Intervenção Florestal	<p>» Aumento de 20% no número de aderentes às ZIF até 2020</p> <p>» Aumentar a área florestal inscrita em ZIF em 30% até 2020</p>	<p>E: Estratégia Nacional das Florestas (ENF)</p> <p>PFA: ICNF</p>	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e Território
AGF 11	Aumentar o contributo económico da pesca, da silvopastorícia, da cinegética, da apicultura, da produção de cogumelos e de outros produtos não lenhosos, nas explorações florestais	<p>» Número de projetos apoiados até 2020: 200</p> <p>» 10% em 2020 e 20% em 2030 das explorações florestais/ZIF apresentarem mais do que um produto de origem na exploração para comercialização/aproveitamento económico</p>	<p>E: Estratégia Nacional das Florestas (ENF); PDR 2020</p> <p>PFA: ICNF</p>	Indústria; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; I&D&I
AGF 12	Melhorar a gestão florestal e a produtividade dos povoamentos florestais	<p>» Aumento de 20%, entre 2014 e 2020, da área sujeita a Planos de Gestão Florestal (PGF)</p> <p>» Área de povoamentos sujeitos a melhoria produtiva (100 000 ha)</p>	<p>E: Estratégia Nacional das Florestas (ENF)</p> <p>PFA: ICNF</p>	Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; I&D&I
AGF 13	Promover a utilização de produtos de origem florestal com baixa pegada de carbono (ex: através das compras públicas ecológicas)	<p>» Aumento de 50%, entre 2010 e 2020, do volume de madeira e outros produtos florestais certificados transacionados no mercado</p>	<p>E: Estratégia Nacional das Florestas (ENF)</p> <p>PFA: ICNF, ESPAP</p>	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Contratação pública
AGF 14	Promover o modo de produção agrícola biológico	<p>» Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em modo de produção biológico</p> <p>» Aumento do número de explorações agrícolas convertidas ao modo de produção biológico</p>	<p>E: PDR 2020; Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Conselho e do Parlamento Europeu; Regulamentos (UE) n.º 834/2007 e n.º 889/2008, respetivamente do Conselho e da Comissão; Decreto-Lei n.º 37/2013, de 13 de Março</p> <p>PFA: DGADR</p>	Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território



3.4 Energia e Clima

Estão em jogo, neste momento, decisões críticas sobre o futuro da política energia-clima europeia e do regime climático global. Portugal deve não apenas integrar estas variáveis no seu processo de decisão como deve estar particularmente ativo, influenciando e até liderando alguns destes debates.

Salienta-se a convicção política, científica e técnica de que as alterações climáticas são uma realidade, e que têm e terão impactos futuros sobre a nossa sociedade, economia e ecossistemas, sendo por este motivo uma prioridade nacional. São cada vez mais os estudos científicos e as instituições internacionais que demonstram as mudanças no sistema climático global e estimam para Portugal e a Região Mediterrânica alguns dos impactos mais importantes. A adaptação a esta realidade é, portanto, particularmente importante.

No plano europeu, foram recentemente tomadas decisões sobre o **pacote clima e energia para 2030** e, neste contexto, saliente-se que, para lá das metas sobre redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), promoção das energias renováveis e da eficiência energética, **foi adicionada, a partir de uma proposta de Portugal, uma meta sobre o valor mínimo de interligações de eletricidade em todos os países da UE**. Ainda no mesmo âmbito, discutem-se soluções de melhoria da segurança energética, fortemente prejudicada por vários focos de tensão geoeconómica.

No plano global, está prevista para a Cimeira de Paris, em 2015, a conclusão das negociações sobre um **regime climático global, sucessor do atual Protocolo de Quioto**. Paralelamente, decorrem as negociações UE-EUA para o **Acordo de Comércio e Investimento Transatlântico (TTIP)**, com fortes implicações no mercado energético.

Este é, pois, um momento decisivo para a definição de uma política energia e clima nacional que não só consolide as reformas estruturais aprovadas durante o PAEF mas também assuma novos objetivos estratégicos.

Assim, saliente-se a **dependência energética de Portugal do exterior que, apesar de ainda ser demasiado elevada, atingiu o seu valor mais baixo das últimas duas décadas**, sendo hoje de 73,9%, tendo em 2005 chegado a atingir 89%. A intensidade energética no PIB reduziu-se em cerca de 17% entre 2005 e 2013.



A **aposta nas energias renováveis atingiu valores notáveis**. Em 2013, atingiu-se o valor de 29,2% de energias renováveis no consumo final de energia e 61% na produção de eletricidade, em 2014. Estamos, pois, em condições de atingir a ambiciosa meta de 31% de renováveis em 2020 e de ultrapassar 60% de renováveis no consumo final de eletricidade. Entre 2011 e 2014, foi licenciado um total de 2757MW de nova potência renovável, tendo-se atingido o valor de 11,6GW de potência instalada.

Portugal atingiu, em 2005, o seu pico de emissões de gases com efeito de estufa, altura a partir da qual estas registaram um decréscimo significativo, tendo atingido -22% em 2012, consolidando, desde então, uma trajetória de descarbonização da economia nacional. Cumprimos os objetivos do Protocolo de Quioto para 2008-2012, estamos em boas condições de atingir as metas previstas de redução de CO₂ para 2020 e fomos considerados, em 2014, como o **quarto melhor país do mundo em termos de política climática (CCPI 2015)**^{xlvi}. Em grande parte, tal deve-se à decisão de, perante a crise económica e financeira, não termos travado a aposta nas energias renováveis e, pelo contrário, termos demonstrado que era possível compatibilizar ambição ambiental com redução das rendas excessivas.

O Governo implementou dois pacotes (março e setembro de 2013) de redução das rendas excessivas no sector elétrico. Estes pacotes totalizaram uma redução dos custos no sector elétrico em 3,4 mil milhões de euros e envolveram cortes na cogeração, eólicas, custos de manutenção do equilíbrio contratual (CMEC), garantias de potência, mini-hídricas, remuneração de terrenos hídricos, distorções no mercado de serviços de sistema e centrais a carvão. Com estes cortes de 3,4 mil milhões de euros, assegurou-se a redução muito significativa da dívida tarifária em 2020 (a dívida tarifária, hoje superior a 4,4 mil milhões de euros, será de cerca de 600 a 1000 milhões de euros em 2020 e não superior a 5 mil milhões de euros), garantindo que o aumento médio da tarifa até 2020 será limitado, em cada ano, a valores entre 1,5% e 2%, acrescidos de inflação. Na ausência do corte nas rendas, os aumentos das tarifas nos últimos 3 anos teriam sido superiores a 10%.

Adicionalmente, o Governo aplicou em 2014 e em 2015 uma contribuição extraordinária sobre o sector energético com uma receita esperada de 150 milhões de euros, e assegurou que esta contribuição não poderá ser repercutida nos consumidores.

Tendo em atenção que os dois pacotes anteriores já asseguraram a sustentabilidade do sector elétrico e a eliminação da dívida tarifária até 2020, o Governo decidiu que o terceiro pacote de medidas no sector energético, acordado com a troika em abril de 2013, deveria proporcionar outros resultados, colocando o enfoque nas questões sociais e na competitividade das empresas e abrangendo cortes em toda a área da energia e não apenas da eletricidade. Neste terceiro pacote merecem destaque quatro iniciativas: i) a definição de um valor de referência para o gás propano e butano de botija; ii) o alargamento da tarifa social de 60 mil para 500 mil famílias (isto é, cerca de 1,5 milhões de cidadãos) que passarão a ver reduzidos os preços da eletricidade em 34% (e não 20%); iii) o alargamento da contribuição extraordinária sobre o sector energético ao valor económico equivalente dos contratos de longo prazo (*take or pay*) de aquisição, importação e fornecimento de gás oriundo da Argélia e da Nigéria, o que poderá representar, durante um período de 3 anos, uma redução dos preços do gás natural entre 3% e 5%; iv) a inclusão de combustíveis simples (*low cost*) nos postos de abastecimento.

Neste contexto é importante assumir a ambição de aumentarmos a nossa **autonomia energética e de prosseguirmos o objetivo de descarbonizar o consumo e a produção de energia e melhorar a competitividade das nossas empresas.**

Existem pois **seis desafios** que, tendo vindo a ser assumidos num contexto de exigentes reformas estruturais, devem ter um horizonte de concretização que ultrapasse a presente legislatura:

Em primeiro lugar, assumir a eficiência energética como a maior prioridade da política energética nacional. Nesse sentido, é importante atingir, em 2020, o objetivo de redução do consumo de energia de 25% (30% na administração pública). Existem quatro elementos estratégicos para que esta alteração de comportamentos do lado da procura possa concretizar-se: (i) a dinamização das empresas de serviços de energia (ESE); (ii) integrar, conceptualmente e operacionalmente, a eficiência energética e a eficiência hídrica, na medida em que ambas traduzem aspirações nacionais decisivas e dependem da sinergia de soluções construtivas e de utilização eficiente, no âmbito do novo paradigma da economia circular; (iii) alocar cerca de 400 milhões de euros dos novos fundos europeus a esta prioridade; (iv) assumir a fiscalidade verde como um fator de reorientação de comportamentos, criando condições



para que, cada vez mais, produzir verde represente um fator de competitividade e consumir verde um sinónimo de poupança.

Em segundo lugar, o reforço da competitividade da economia e do poder de compra dos consumidores, prosseguindo políticas de redução dos custos nos sectores elétrico, do gás natural e dos combustíveis, a nível da produção, transporte, distribuição e comercialização, que contribuam para a redução da dívida tarifária, para o aumento da competitividade das empresas e para a redução da fatura dos consumidores domésticos, com enfoque nas questões sociais que garantam, nomeadamente, o acesso aos serviços energéticos às famílias de baixos recursos.

Em terceiro lugar, assumir, no quadro europeu clima e energia para 2030, a oportunidade de, através do reforço das interligações de eletricidade, **posicionar Portugal como um fornecedor de energias renováveis para a UE.** Isto é, as interligações terão o benefício de permitir que vários países europeus possam cumprir as suas metas nacionais, cada vez mais ambiciosas, de energias renováveis e de emissões de GEE, através da importação a partir dos países onde o recurso é mais abundante, reduzindo o custo global da descarbonização europeia, potenciando a harmonização do mercado elétrico europeu e fomentando a atração de projetos, investimento e emprego para os países fornecedores. Por outro lado, a aposta na interligação com outros mercados, como o Norte de África, permitirá expandir as exportações de eletricidade do mercado Europeu para mercados onde a procura de energia elétrica ainda se encontra em forte crescimento. Adicionalmente, são mercados extremamente dependentes dos combustíveis fósseis, que apresentam problemas de segurança de abastecimento e onde a energia é mais cara. Trata-se, para Portugal, de uma alteração de paradigma: de bom utilizador de renováveis para exportador de renováveis.

Em quarto lugar, a Península Ibérica deve aproveitar a presente crise de insegurança energética, em especial de gás, na UE, para posicionar os sete terminais de GNL localizados em Portugal e Espanha enquanto *hub* estratégico de fornecimento de gás para a UE, reduzindo, drasticamente, as importações de gás da Rússia. Os atuais sete terminais poderão, com o reforço de interligações energéticas, nomeadamente entre Espanha e França, substituir 40% das importações europeias de gás da Rússia. O **terminal de Sines poderá, mesmo, substituir 7% das importações de gás da Rússia.**

Em quinto lugar, a aposta custo-eficiente e estrutural (logo, não assistencialista nem meramente simbólica) na mobilidade elétrica, criando as condições, por um lado, para um uso mais alargado desta opção (reduzindo a utilização de combustíveis fósseis) e, por outro, para a constituição de um *cluster* industrial nesta área. Esta aposta depende, como tem vindo a ser concretizado, de uma visão abrangente que inclua: i) a revisão do modelo de carregamento elétrico, alargando e introduzindo maior concorrência na rede pública de pontos de carregamento e privilegiando o carregamento residencial e nos locais de trabalho; ii) mitigar as desvantagens, ao nível do preço, dos veículos elétricos e híbridos *plug-in*, face aos veículos convencionais, através da reforma para a fiscalidade verde; iii) introduzir um programa de fomento da mobilidade elétrica na administração pública, integrando cerca de 1200 novos veículos elétricos até 2020.

Em sexto lugar, fomentar o autoconsumo de energia, como medida eficiente de promoção de energias renováveis (em especial energia solar), redução da necessidade de investimento em redes e redução das perdas nas redes. Nesse sentido, foram simplificados os procedimentos e orientados os projetos para o consumo individual (e não, como antes sucedia, principalmente para a venda à rede, com tarifas significativamente bonificadas), possibilitando a injeção do remanescente na rede a preço de mercado com degradação. Esta aposta dinamizará a rede de PME com fortes competências nesta área, promoverá as energias renováveis e a eficiência energética e não agravará as condições de sustentabilidade (leia-se dívida tarifária) do sector elétrico.

Na área climática, refira-se ainda a prioridade dada por Portugal à atuação no sentido da revisão, atualização e consolidação dos seus instrumentos de política face a 2020-2030. Portugal está a preparar uma segunda geração de instrumentos de política suportados pelo Quadro Estratégico da Política Climática (QEPiC), que inclui o Programa Nacional para Alterações Climáticas (PNAC) 2020/2030 e a segunda fase da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020). Neste contexto, é de destacar que pelo menos 20% do financiamento no âmbito do Portugal 2020 deverá ser canalizado para concretizar os objetivos de clima e energia. Em particular, o Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)^{xlviii}, recentemente lançado, assume uma resposta direta aos



desafios de ação climática, em especial no Eixo 1 – Transição para uma economia de baixo carbono e no Eixo 2 – Adaptação às Alterações Climáticas, com uma dotação conjunta superior a mil milhões de euros até 2020.

Especificamente nesta área, identificam-se **sete desafios** adicionais:

- > Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030 em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus. Esta trajetória é consentânea com a promoção da transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, e contribuindo para o crescimento verde;
- > Afirmar o Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) como o principal instrumento da política climática europeia para 2030, sendo essencial uma reforma estrutural, incluindo a entrada em vigor o quanto antes da reserva de estabilidade de mercado, por forma a assegurar um ambiente de investimento estável, que permita o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono sustentáveis. Assegurar o adequado funcionamento do mercado de carbono é um elemento essencial na descarbonização do setor elétrico a nível da UE e no cumprimento das metas do pacote energia-clima 2030;
- > Promover, a nível da UE e internacionalmente, o recurso a mercados de carbono e a ligação de mercados como instrumento privilegiado para a obtenção de reduções de emissões efetivas e custo-eficazes. A nível da UE, promover iniciativas que visem explorar opções de flexibilidade para o cumprimento dos Estados-Membros e das empresas no CELE, dentro de limites definidos, e que visem maximizar o potencial de redução custo-eficaz dos países;

- > Promover a integração do setor alteração do uso do solo e floresta (LULUCF) nas metas nacionais e da UE, devendo Portugal manter-se ativo na discussão relativa a esta matéria por forma a assegurar que o potencial do setor é reconhecido e promovido a nível nacional e da UE (grande potencial da floresta e outro tipo de produções como as pastagens biodiversas ou os pomares de alfarrobeira);
- > Promover ativamente a adoção de regimes de tributação do carbono nos setores não abrangidos pelo CELE, indexada aos preços das licenças de carbono do CELE, que orientem para decisões de consumo mais eficientes e promovam uma economia de baixo carbono, inclusiva, competitiva e inovadora, que seja mais eficiente na utilização dos recursos, nomeadamente energéticos. Destaca-se, neste contexto, a recente adoção por Portugal de uma taxa de carbono no âmbito da reforma da fiscalidade verde;
- > Promover a integração da adaptação às alterações climáticas, em particular nos instrumentos de gestão territorial à escala local, em conformidade com a recente revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Um projeto-piloto com 26 municípios no âmbito do Programa AdaPT destina-se a capacitar os municípios na temática da adaptação e a testar soluções para esta integração ao nível dos PDM. Este esforço deverá ser mais tarde utilizado para generalizar a integração da adaptação a todo o território nacional;
- > Assegurar a integração dos objetivos da política climática, quer na vertente de adaptação quer na vertente de mitigação, nas políticas setoriais relevantes. Dado o carácter transversal da política climática, é importante informar os decisores políticos e assegurar a capacidade de suporte à decisão das entidades públicas, para que os objetivos da política climática possam ser integrados autonomamente nas diversas políticas públicas e instrumentos e práticas de planeamento e gestão territorial.

Neste sector foram identificadas dezasseis iniciativas.



Quadro 7: Iniciativas Energia e Clima

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
EC 1	Promover a eficiência, alargando os limiares de abrangência do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE)	<p>» Aumento do número de empresas abrangidas pelas regras do SGCIE</p> <p>» Percentagem de redução de consumo de energia após integração no SGCIE</p>	<p>E: PNAEE 2016; PNAER 2020; SGCIE; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: DGEG</p>	Agricultura e florestas; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território
EC 2	Promover a eficiência energética na Administração Pública (AP) (incluindo na iluminação pública, edifícios e frotas), através de medidas de natureza tecnológica e de gestão dos sistemas	<p>» Redução de consumo de energia em iluminação pública</p> <p>» Redução de consumo de energia na AP, 30% em 2020 e 35% em 2030</p> <p>» Introdução de cerca de 1200 veículos elétricos até 2020 na AP</p> <p>» Introdução de sistemas de gestão de frotas, e iniciativas de <i>car pooling</i> e <i>car sharing</i> na AP</p>	<p>E: PNAEE 2016; PNAER 2020; Programa ECO.AP; ECO.mob; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal; Iniciativa MAOTE-MEF</p> <p>PFA: DGEG</p>	Mobilidade e transportes; Cidades e território; I&D&I
EC 3	Promover a eficiência energética no edificado	<p>» Redução dos consumos de energia nos edifícios, 25% em 2020 e 30% em 2030</p> <p>» Aumento da percentagem de edifícios reabilitados com certificação energética</p>	<p>E: PNAEE 2016; PNAER 2020; Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE); Roteiro para a Eco-inovação em Portugal; Iniciativa MAOTE</p> <p>PFA: DGEG</p>	Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I
EC 4	Aumentar a produção de energia renovável de baixo impacto, promovendo a utilização de tecnologias custo-eficientes que fomentem a competitividade	<p>» Produção renovável no consumo final bruto de energia: 31% em 2020 e 40% em 2030</p> <p>» Redução do preço da energia renovável</p>	<p>E: PNAER 2020; PNAEE 2016; Iniciativa MAOTE; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: DGEG</p>	Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramen- to (E) e Ponto Focal para o Acompanha- mento (PFA)	Também relevante para
EC 5	Fomentar o autoconsumo de energia, evitando sobrecustos adicionais para o Sistema Elétrico Nacional (SEN)	<p>» Meta: 300MW em 2020</p> <p>» Redução do custo do kW de potência instalada em autoconsumo</p>	<p>E: PNAER 2020; PNAEE 2016; Iniciativa MAOTE; Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro, relativo à Produção Distribuída; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: DGEG</p>	Agricultura e florestas; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I
EC 6	Dinamizar o investimento em I&D&I na área de energia, mitigação e adaptação às alterações climáticas	<p>» Aumento do número de pedidos de patentes na área da energia</p> <p>» Aumento do número de patentes concedidas na área da energia</p> <p>» Aumento da percentagem de investimento em I&D&I na área da energia</p>	<p>E: Horizonte 2020, Portugal 2020; Iniciativa MAOTE; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: DGEG</p>	Água; Resíduos; Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Mar; I&D&I
EC 7	Fomentar a instalação economicamente viável de contadores inteligentes	<p>» Aumento da percentagem de contadores inteligentes instalados no total de contadores existentes</p>	<p>E: PNAEE 2016; Diretiva 2012/27/EU; Diretiva 2009/72/CE e Diretiva 2009/73/CE; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: DGEG</p>	Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território
EC 8	Concretização do desígnio europeu para as interligações de energia elétrica	<p>» Metas para interligações de energia elétrica com a Europa: 10% até 2020 e 15% até 2030</p>	<p>E: Pacote Energia-Clima; Iniciativa MAOTE</p> <p>PFA: DGEG</p>	Cidades e território; Promoção internacional



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
EC 9	Promover projetos de exportação de energias renováveis para cumprimento de metas europeias de países terceiros	<p>» Número de acordos de transferência estatística de energia renovável</p> <p>» Aumento da energia anual exportada através de acordos de transferência estatística de energia renovável (MWh)</p>	<p>E: Pacote Energia-Clima; Iniciativa MAOTE; Diretiva 2009/28/CE e Decreto-Lei n.º 39/2013, de 18 de março</p> <p>PFA: DGEG</p>	Cidades e território; Promoção internacional
EC 10	Estabelecer, no contexto europeu, o objetivo para as interligações de gás natural, posicionando Portugal como porta de entrada de Gás Natural Liquefeito (GNL) na Europa	<p>» 3ª interligação de gás entre Portugal e Espanha após confirmação de: interligação nos Pirenéus; obtenção do financiamento por parte da UE</p> <p>» 25% de interligações até 2030, substituindo, a partir da Península Ibérica, 50 mil milhões de m³ anuais de importações europeias de gás natural da Rússia</p>	<p>E: Pacote Energia-Clima; Iniciativa MAOTE</p> <p>PFA: DGEG</p>	Mobilidade e transportes; Cidades e território; Mar; Promoção internacional
EC 11	Implementação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	<p>» Redução das emissões de GEE entre 18% (72,0 Mt CO₂ eq.) e 23% (68,0 Mt CO₂ eq.) em 2020 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO₂ eq.)</p> <p>» Redução das emissões de GEE entre 30% (61,5 Mt CO₂ eq.) e 40% (52,7 Mt CO₂ eq.) em 2030 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO₂ eq.), contingente aos resultados das negociações europeias</p>	<p>E: Quadro Estratégico da Política Climática (QEPiC)</p> <p>PFA: APA</p>	Água; Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Turismo; Financiamento; I&D&I
EC 12	Integrar a adaptação nos Instrumentos de Gestão Territorial	<p>» Número de municípios com PDM revistos que integram adaptação às alterações climáticas</p>	<p>E: Quadro Estratégico da Política Climática (QEPiC); Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC) (2ª fase)</p> <p>PFA: APA, enquanto coordenadora ENAAAC; DGT; ANMP</p>	Água; Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Turismo; Financiamento; Informação e participação

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
EC 13	Fomentar, no contexto europeu, a reforma do CELE, incluindo a rápida entrada em funcionamento da reserva de estabilidade de mercado	» Entrada em funcionamento da reserva de estabilidade	E: Meta Europeia: 40% de redução emissões de GEE em 2030, em comparação com as emissões de 1990 PFA: APA	Resíduos; Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Financiamento; Promoção internacional; I&D&I
EC 14	Defender, no contexto europeu, a promoção de projetos domésticos visando alcançar reduções de emissões custo-eficazes como um novo mecanismo de flexibilidade para CELE e não-CELE, dentro de limites definidos	» Adoção, a nível europeu, de um mecanismo de flexibilidade relativo a projetos domésticos	E: Meta Europeia: 40% de redução emissões de GEE em 2030, em comparação com as emissões de 1990 PFA: APA	Resíduos; Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Financiamento; Promoção internacional; I&D&I; Informação e participação
EC 15	Promover, a nível comunitário, a adoção de taxas de carbono indexadas aos preços de licenças do CELE	» Recomendação da Comissão Europeia para a adoção de taxas de carbono indexadas aos preços de licenças do CELE nos sectores não CELE, no âmbito de políticas e medidas de baixo carbono	E: Iniciativa MAOTE; Reforma da Fiscalidade Verde PFA: APA	Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Financiamento; Promoção internacional; Fiscalidade; I&D&I
EC 16	Promover a inclusão do setor “uso do solo, alterações do uso do solo e florestas” (LULUCF - <i>Land Use, Land-Use Change and Forestry</i>) nas metas europeias de redução de emissões	» Inclusão do setor LULUCF nas metas europeias de redução de emissões	E: Meta Europeia: 40% de redução emissões de GEE em 2030, em comparação com as emissões de 1990 PFA: APA	Agricultura e floresta; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Financiamento; Promoção internacional



3.5 Mobilidade e Transportes

A importância macroeconómica deste sector tem expressão imediata no respetivo peso no PIB que, para a maioria dos países desenvolvidos, se situa entre 6% e 12%^{xlix}.

Em Portugal, os **transportes representam 36% do consumo de energia final**, sendo o transporte rodoviário responsável pela quase totalidade (95% do consumo do sector dos transportes). Adicionalmente, os transportes terrestres representam **73% do total de petróleo para fins energéticos, verificando-se assim uma forte dependência energética do sector e a exposição às variações dos preços dos combustíveis aos mercados internacionais.**ⁱ

O impacto do sector dos transportes é muito significativo no que se refere às emissões de poluentes para o ar e também ao ruído por estes gerado sobretudo nos meios urbanos.

O sector dos transportes foi responsável, em 2012, por cerca de 41% do total nacional das emissões de óxidos de azoto (NO_x) e, na ordem dos 6% para as emissões de partículas em suspensão (PM_{10} e $\text{PM}_{2,5}$)^{li}. No que respeita a emissões de GEE, o sector dos transportes foi responsável por cerca de 25% do total nacional de emissões^{lii}.

As pressões exercidas pelo sector dos transportes na qualidade do ar são um fator muito relevante que urge combater, pois Portugal tem registado, nas grandes cidades, incumprimentos dos objetivos estipulados para os dois poluentes mencionados, resultando em impactes significativos na saúde da população. As causas dessas excedências estão essencialmente associadas ao tráfego automóvel, pelo que as medidas aplicáveis ao sector dos transportes, em ambiente urbano, assumem particular importância ao nível da qualidade do ar e do cobenefício associado às vertentes ruído e alterações climáticas.

Verifica-se, assim, a importância e a necessidade de encontrar alternativa à utilização automóvel, sendo cada vez mais relevante **a transferência modal para o transporte coletivo e para um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo**, em complementaridade com meios de mobilidade suave.

Nesse sentido, o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) considera como prioridade assegurar a mobilidade e acessibilidade a pessoas e bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social. Para o efeito, o PETI3+ estabeleceu 6067 milhões de euros de investimento em projetos prioritários a realizar no horizonte 2014-2020 no sector dos transportes, entre os quais se destacam os sectores ferroviário (2639 milhões de euros), marítimo-portuário (1534 milhões de euros) e transportes públicos de passageiros (755 milhões de euros).

O PETI3+ estabelece ainda a criação do programa Portugal Porta-a-Porta, que visa satisfazer as necessidades básicas de mobilidade da população, de forma eficiente e adequada à procura, assegurando a cobertura de níveis mínimos de serviço público de transporte de passageiros em todo o território nacional, incluindo em zonas de baixa densidade populacional.

Com a aprovação do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros passará a existir uma efetiva descentralização de competências na organização dos serviços de transportes para o nível local e regional, o que se espera venha a melhorar significativamente a qualidade e níveis de serviço da oferta de transportes, através do reforço das competências de planeamento e organização, e por outro lado, através da criação de condições para uma concorrência regulada neste sector, passando as concessões de transportes a ser realizadas através de concursos públicos. É disso exemplo o lançamento de concursos públicos para a exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros em Lisboa e Porto, que preveem, entre outras coisas, a renovação da frota de autocarros atualmente ao serviço nestas cidades, em linha com as melhores práticas internacionais.

A par do transporte coletivo e da mobilidade suave, importa encontrar veículos mais eficientes e que utilizem combustíveis com melhor desempenho ambiental.

Destacam-se a conversão de veículos para o gás natural e, em especial, a mobilidade elétrica. Num país com uma quota de energia renovável muito elevada, como é o caso de Portugal, a utilização de eletricidade para mobilidade permite, na prática, substituir combustíveis fósseis por água, vento e sol, reduzindo significativamente os impactes ambientais associados e diminuindo a dependência energética do País.

A aposta na mobilidade elétrica não pode ser feita numa perspetiva assistencialista ou meramente simbólica. É fundamental desenvolver um conjunto de iniciativas



que superem os constrangimentos de natureza logística, económica e, até, cultural, que têm impedido a disseminação desta opção. Assim, importa atuar ao nível do modelo de carregamento, promovendo a concorrência na rede pública de mobilidade e privilegiando o carregamento doméstico e nos locais de trabalho; da criação de condições, através da reforma da fiscalidade verde, para reduzir os custos dos veículos elétricos e híbridos *plug-in*; do fomento da utilização de veículos elétricos na administração pública, assegurando que esta lidera pelo exemplo.

Os veículos elétricos assumem especial relevância em ambiente urbano. **O gás natural adapta-se melhor a veículos pesados.** Estamos, assim, na presença de duas apostas complementares.

De acordo com as metas do PETI3+, o aumento das mercadorias transportadas (tkm) em modo ferroviário deverá ser pelo menos de 40% até 2020. Para dinamizar a transferência do transporte de mercadorias para a ferrovia é essencial um planeamento de médio e longo prazo que contemple a implementação de uma ferrovia moderna em sintonia com as políticas europeias de mobilidade e segundo as normas do *European Rail Traffic Management System* (ERTMS). O sistema deverá ser planeado como uma rede para passageiros e carga ligando os polos fundamentais: cidades, portos, aeroportos e plataformas logísticas.

Neste sector foram identificadas dez iniciativas.

Quadro 8: Iniciativas Mobilidade e Transportes

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
MTR 1	Criar condições para a transferência do transporte individual para o coletivo, em especial nas áreas metropolitanas (ex: melhorando o transporte coletivo e implementando medidas dissuasoras da utilização do automóvel individual)	<ul style="list-style-type: none">» Aumentar em 15% os pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros: +15% (horizonte 2014-2020)» Redução das emissões poluentes: GEE, CO, COV, NOx e partículas» Melhoria da qualidade do ar nos centros urbanos» Número de medidas dissuasoras da utilização do veículo individual implementadas	E: Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas - Horizonte 2014-2020 (PETI3+); Reforma da Fiscalidade Verde; PNAEE 2016; Planos de Qualidade do Ar; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: IMT	Energia e clima; Cidades e território; Turismo; Informação e participação

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
MTR 2	Dinamizar a transferência do transporte de passageiros e de mercadorias para a ferrovia	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da percentagem de passageiros (%pkm) e de mercadorias (%tkm) transportados em ferrovia » Redução da intensidade energética no sector (tep/pkm e tep/tkm) 	<p>E: Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas - Horizonte 2014-2020 (PETI3+); Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020 (EFICE 2014-2020)</p> <p>PFA: IMT</p>	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Mar
MTR 3	Promover a mobilidade elétrica, alargando e introduzindo maior concorrência na rede pública e privilegiando os modos de carregamento em locais privados (habitações e locais de trabalho) e em locais privados de acesso público (ex. centros comerciais)	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da percentagem de veículos elétricos no parque automóvel » Aumento do número de postos de carregamento (lento e rápido) instalados » 1200 veículos elétricos na renovação da frota da Administração Pública (AP) até 2020, em contexto de gestão partilhada de frota » Redução do tempo de carregamento » Melhoria da qualidade do ar nos centros urbanos 	<p>E: PNAER 2020; PNAEE 2016; Iniciativas MAOTE-MF sobre Mobilidade Sustentável (AP e Reforma da Fiscalidade Verde)</p> <p>PFA: DGEG</p>	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I
MTR 4	Elaborar planos de mobilidade ao nível da Administração Pública (AP) e das empresas	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento do número de planos de mobilidade para empresas » Aumento do número de planos de mobilidade para a AP 	<p>E: PNAEE 2016; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: IMT</p>	Cidades e território
MTR 5	Incentivar a utilização de veículos movidos a combustíveis menos poluentes	<ul style="list-style-type: none"> » Redução das emissões no sector » Redução da intensidade energética no sector (tep/pkm) » Aumento da percentagem de veículos movidos a combustíveis menos poluentes 	<p>E: PNAEE 2016; PNAER 2020; Regulamento de Gestão dos Consumos de Energia (RGCE) - Transportes; Iniciativa MAOTE</p> <p>PFA: DGEG</p>	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; I&D&I
MTR 6	Promover a utilização de biocombustíveis de 2 ^a e 3 ^a geração	<ul style="list-style-type: none"> » Incorporação de 10% de energias renováveis no sector » Aumento da percentagem de incorporação de biocombustíveis de 2^a e 3^a geração 	<p>E: PNAER 2020</p> <p>PFA: DGEG</p>	Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
MTR 7	Fomentar o desenvolvimento da rede de postos de abastecimento de combustíveis limpos	» Aumento do número de postos de abastecimento licenciados	E: PNAEE 2016; PNAER 2020 PFA: DGEG	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Informação e participação
MTR 8	Divulgar informação sobre opções de mobilidade urbana	» Aumento do número de campanhas de informação realizadas » Aumento do número de pessoas abrangidas pelas campanhas de informação	E: PNAEE 2016; Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas - Horizonte 2014-2020 (PETI3+); Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: IMT	Energia e clima; Cidades e território; Informação e participação
MTR 9	Promover o uso da bicicleta como meio eficiente para a mobilidade urbana e através da “mobilidade combinada”, articulando em particular com os modos de transporte coletivo	» Aumento do peso da bicicleta nas deslocações urbanas » Aumento do número de lugares/espacos dedicados » Alargamento da tipologia de transportes e entidades abrangidas » Aumento do número de interfaces de transportes com lugares de estacionamento para bicicletas	E: Iniciativa ME PFA: IMT	Energia e clima; Cidades e território
MTR 10	Promover a intermodalidade através da criação/ utilização de parques de estacionamento periféricos, dissuasores do uso do transporte privado, de forma gratuita ou a preço reduzido para quem possui título de transporte público	» Aumento do número de parques de estacionamento periférico alinhados com esta iniciativa » Aumento do número de utentes deste serviço	E: Planos e Programas para a melhoria da qualidade do ar na região de LVT ; Planos e programas para a melhoria da qualidade do ar na Região Norte PFA: IMT	Energia e clima; Cidades e território



3.6 Indústria Transformadora e Extrativa

Indústria Transformadora

O sector da indústria transformadora desempenha um papel crucial como suporte a uma economia resiliente e pode contribuir para o crescimento verde da economia essencialmente através da aposta numa produção mais limpa e na conceção sustentável de produtos, contribuindo para uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais e para a diminuição dos efeitos negativos associados aos resíduos. Neste contexto, assume especial destaque a **promoção do fecho dos ciclos de materiais, a adoção de abordagens de ciclo de vida e a eficiência no uso de recursos, materiais e energéticos.**^{liii, liv}

De acordo com as Estatísticas da Produção Industrial do INE (2012) e concretamente dos resultados do Inquérito Anual à Produção Industrial, em 2011, o valor total das vendas de produtos e da prestação de serviços das Indústrias Transformadoras atingiu os 70 550 milhões de euros, +10% (+6418 milhões de euros) do que no ano anterior. O valor das vendas de produtos aumentou 10,3%, enquanto o aumento da prestação de serviços se ficou pelos 2,3%, passando a representar 3,7% do valor total de vendas e prestação de serviços das Indústrias Transformadoras, ou seja, - 0,3 p.p. do que em 2010.

A indústria transformadora apresenta inúmeras oportunidades de influenciar a transição para um crescimento verde, como por exemplo:

- > A conceção ecológica dos produtos (através do desenvolvimento de novos produtos ou otimização dos existentes), em particular, permitirá prevenir desperdícios materiais e energéticos aquando do processo de fabrico propriamente dito, nomeadamente através da incorporação de menos matéria-prima na composição do produto ou da incorporação de materiais reciclados e requerendo menos energia para o seu processamento, prolongar o seu tempo de vida útil, minimizar o resíduo produzido quando findo o tempo de vida e facilitar a sua reciclagem;



- > A alteração dos fluxos de mercadorias, assegurando a utilização de sistemas de transporte mais ecológicos, nomeadamente a escolha do meio de transporte ferroviário em detrimento do meio rodoviário;
- > O incremento da utilização de combustíveis alternativos no *mix* energético das indústrias transformadoras, permitindo o aumento da sustentabilidade do sector, através, entre outras, da promoção da eficiência energética e das energias renováveis.

Indústria Extrativa

O *World Economic Forum* identificou como fatores pré-determinados de elevado impacto para o sector mineiro a nível global, no horizonte 2030, o crescimento populacional, a crescente urbanização e industrialização, e o desafio de satisfazer a procura global de algumas mercadorias. O crescimento populacional em conjunto com a tendência de crescimento de urbanização e industrialização, especialmente em economias emergentes, suscita um forte aumento na procura de mercadorias no mercado de mineração e metais.^{lv}

Portugal é normalmente considerado um país parco de recursos. Porém, uma análise pormenorizada mostra a existência de diversos recursos insuficientemente explorados ou explorados de forma não sustentável.

Os recursos geológicos (minérios, rochas ornamentais, extração de inertes, geotermia, águas minerais naturais e águas de nascente) têm desigual repartição e assumem importância diversa na economia regional.^{lvi} No conjunto, a exploração dos recursos minerais industriais, para construção e metálicos não ferrosos, gerou, em 2012, mais de 830 milhões de euros, sendo responsável por cerca de 9300 empregos diretos em 525 empresas em atividade e por 859 milhões de euros em exportações.^{lvii}

A Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos - Recursos Minerais (ENRG-RM)^{lviii} assenta na importância da valorização, ambientalmente sustentável, dos nossos recursos geológicos e minerais. Deve, neste contexto, pela situação paradoxal em que nos encontramos (elevado potencial e insuficiente exploração), ser dada especial

atenção à temática dos minerais metálicos. Estão neste momento em exploração apenas 3 concessões mineiras com um peso económico de 0,3% do PIB, assegurando 5000 postos de trabalho. No entanto, não só se estima um **potencial nacional nos recursos minerais metálicos - podendo atingir 1% do PIB e 25 000 postos de trabalho^{lix} - como este tem especial relevância nos minerais críticos** (tungsténio, antimónio e tântalo), nos minerais muito importantes (ferro e manganês) e nos minerais importantes (cobre e quartzo). Por outro lado, assiste-se a um significativo dinamismo no sector, tendo sido atribuídos mais de 130 contratos de prospecção e pesquisa ou de concessão de exploração de recursos. De entre estes, destacam-se os contratos de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos, bem como, a **concessão de uma nova área mineira para exploração de minerais metálicos, a Semblana, facto que não ocorria há mais de 30 anos.**

O fomento mineiro, quando devidamente articulado com a preservação dos valores ambientais e patrimoniais, representa uma oportunidade de crescimento, emprego e coesão territorial, contribuindo para o combate ao despovoamento do interior. No entanto, este potencial só poderá ser desenvolvido se forem concretizadas reformas estruturais que ultrapassem obstáculos que justificam que, à exceção da Semblana (cuja operação se iniciará em 2017/18), há mais de 30 anos não surjam novas explorações mineiras. Assim, de acordo com a Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, a Lei de Bases dos Recursos Geológicos e o Programa de Fomento Mineiro, **é fundamental intervir ao nível:**

- > De uma melhor **coordenação das políticas de ambiente, cultura, ordenamento do território, energia e geologia**. Os pedidos de atribuição de direitos de prospecção e pesquisa, exploração e exploração experimental passarão a ser objeto de consulta obrigatória aos municípios e às entidades competentes no âmbito dos regimes respeitantes à preservação ambiental, gestão territorial e conservação da natureza. Assim, o investidor terá conhecimento, desde o início e não apenas no fim, das eventuais contingências inerentes à exploração, permitindo a gestão informada do seu investimento. Está ainda previsto o desenvolvimento de um plano sectorial para os recursos minerais;



- > De um aprofundamento das atividades de **mapeamento, conhecimento e investigação** sobre os recursos minerais. Não se pode explorar – ou retirar o máximo valor – aquilo que ainda se conhece insuficientemente;
- > Da promoção, internacionalização e atração de investimento privado e internacional para o sector. Será constituído o **Balcão Único Mineiro**, com dupla função de apoiar e acompanhar o investidor e divulgar o potencial mineiro português;
- > Da revisão do modelo contratual e de repartição de encargos e benefícios entre o Estado e os privados, nomeadamente, pela **criação de uma nova fase no procedimento – designada por fase facultativa de avaliação prévia** – que permite ao investidor realizar estudos para melhor conhecimento dos recursos existentes pelo prazo máximo de 1 ano, sem a necessidade de investimentos avultados, atribuindo ao titular dos direitos de avaliação a preferência na atribuição de direitos de prospeção e pesquisa.

Entre os recursos ainda insuficientemente explorados está também o petróleo (líquido e/ou gás), embora na prospeção e pesquisa tenham sido encontrados indícios relevantes nas bacias sedimentares, *onshore* e *offshore*. Apesar das atividades de prospeção e pesquisa de petróleo ao longo dos anos, não houve descobertas com viabilidade económica, não existindo ainda áreas demarcadas para exploração/produção. Contudo, nos últimos anos, **tem havido um crescente interesse no potencial petrolífero por parte das empresas do sector, sobretudo no *offshore***, estando áreas de concessão atribuídas no *onshore* e *offshore*.

Um contributo basilar para impulsionar o crescimento verde no sector dos recursos geológicos e minerais é o desenvolvimento de uma ferramenta que identifique, a par da localização dos recursos geológicos já identificados e os que estão em curso de identificação, as condicionantes que decorrem dos instrumentos de Gestão Territorial e demais legislação aplicável, ampliando o conhecimento e a robustez da análise de riscos e diminuindo os custos de contexto associados. De igual modo, considera-se essencial a implementação das melhores práticas de *Health, Safety*

and Environment (HSE) internacionalmente reconhecidas, nomeadamente no desenvolvimento da indústria extrativa de hidrocarbonetos.

No sector Indústria Transformadora e Extrativa foram identificadas dez iniciativas.

Quadro 9: Iniciativas Indústria Transformadora e Extrativa

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
IND 1	Desenvolver Ecoparques industriais e Zonas Empresariais Responsáveis (ZER) para otimização dos fluxos de recursos entre indústrias	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da área edificada e classificada como parque energético » Aumento do número de empresas instaladas em Ecoparques industriais/ZER » Aumento da percentagem de VAB industrial criado por indústrias instaladas em Ecoparques/ZER » Aumento do número de Ecoparques/ZER e de parques industriais reabilitados » Aumento do número de simbioses industriais com planos de racionalização de materiais e energia 	<p>E: Iniciativa Ministério da Economia; PNGR; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: IAPMEI, DGEG</p>	Resíduos; Energia e clima; Cidades e território; I&D&I
IND 2	Promover a cogeração como forma de aumento da eficiência energética dos processos produtivos, minimizando o ónus para os consumidores de energia e removendo barreiras artificiais não ambientais ligadas ao licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da percentagem de empresas dos sectores das indústrias transformadora e extrativa que utilizam sistemas de cogeração 	<p>E: PNAEE 2016; Diretiva 2012/27/EU</p> <p>PFA: DGEG</p>	Energia e clima; I&D&I
IND 3	Aumentar a percentagem de utilização de combustíveis alternativos no <i>mix</i> energético das indústrias transformadoras	<ul style="list-style-type: none"> » Percentagem de biodiesel, biogás, Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR) como fonte energética industrial 	<p>E: PNAER 2020; SGCIE</p> <p>PFA: DGEG</p>	Resíduos; Energia e clima; Cidades e território; I&D&I



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
IND 4	Promover a conceção ecológica dos produtos	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da percentagem de utilização de materiais reciclados na produção de novos bens de consumo » Aumento do potencial de reciclabilidade dos produtos » Aumento do potencial de biodegradabilidade dos produtos 	E: PNAEE 2016; Diretiva EcoDesign; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: APA	Resíduos; Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; I&D&I
IND 5	Divulgação pública periódica de informação sobre custo carbónico e impacte ambiental da produção de bens de consumo	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento dos produtos abrangidos pela divulgação de informação sobre custo carbónico e impacte ambiental 	E: Iniciativa MAOTE; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: DGEG; APA	Energia e clima; Informação e participação
IND 6	Implementar o regime para o Licenciamento Único de Ambiente (LUA)	<ul style="list-style-type: none"> » Redução do número de dossiês por pedido de licenciamento candidatura (65%) » Redução do número de pedidos de elementos complementares (25%) » Diminuição dos prazos médios de decisão do procedimento (25%) 	E: Iniciativa: MAOTE/SEA PFA: APA	Água; Resíduos; Agricultura e floresta; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Turismo; Informação e participação
IND 7	Rever o modelo de licenciamento mineiro no sentido de tornar mais rápida e transparente a tramitação do pedido e de dotar o investidor de toda a informação disponível sobre a área requerida na fase inicial do processo de licenciamento, tornando obrigatória a consulta, desde a fase de prospeção e pesquisa, aos municípios e às entidades competentes na área da preservação ambiental e patrimonial, da gestão territorial e da conservação da natureza	<ul style="list-style-type: none"> » Entrada em vigor da Lei de Bases dos Recursos Geológicos e da respetiva legislação complementar » Número de contratos assinados para a prospeção e pesquisa de recursos geológicos, investimentos envolvidos e respetiva área atribuída » Número de contratos assinados para a exploração de depósitos minerais (Minas) e investimentos envolvidos » Número de novos licenciamentos atribuídos para a exploração de massas minerais (Pedreiras) » Número médio de dias para assinatura dos contratos ou para a atribuição dos licenciamentos, desde a entrada do processo até à atribuição do título de acesso à atividade 	E: Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG-RM 2020); Processo de revisão da legislação do sector PFA: DGEG	Resíduos; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
IND 8	Desenvolver a indústria extrativa de hidrocarbonetos assente nas melhores práticas de <i>Health, Safety and Environment</i>	<p>» Número de contratos assinados e investimentos previstos</p> <p>» Número de Km² objeto de estudos de prospeção e pesquisa e respetivo investimento anual</p> <p>» Número de metros de sondagens realizados por ano</p>	E: Decreto-Lei n.º 109/94, de 26 de abril; Diretiva 2013/30/EU PFA: DGEG	Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Mar
IND 9	Desenvolvimento de uma ferramenta de dados georreferenciados que permita, em simultâneo, localizar os recursos geológicos e as condicionantes ambientais e patrimoniais que decorrem dos Instrumentos de Gestão Territorial e demais legislação aplicável	» Percentagem de território com informação atualizada e disponível	E: Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG-RM 2020); Programa de Fomento Mineiro PFA: DGEG	Água; Resíduos; Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Informação e participação
IND 10	Divulgar e internacionalizar o setor mineiro, acompanhando de uma forma muito próxima os investidores através de um Balcão Único Mineiro e recolhendo informação que permita identificar quais as estratégias mais eficazes de captação de investimento	<p>» Número de contratos de prospeção e pesquisa de recursos geológicos, respetivas áreas e investimento, em que estejam envolvidos investidores externos</p> <p>» Número de contratos de exploração de depósitos minerais em que estejam envolvidos investidores externos e respetivos investimentos</p> <p>» Número de licenciamentos de massas minerais em que estejam envolvidos investidores externos e respetivos investimentos</p>	E: Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG-RM 2020); Programa de Fomento Mineiro PFA: DGEG	Promoção internacional; Informação e participação



3.7 Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas

O capital natural incorpora todos os ativos naturais da Terra (solo, ar, água e seres vivos) e todos os serviços dos ecossistemas, que tornam possível a existência de vida humana.^{lx}

Os ecossistemas são formas de capital natural renovável, cujo funcionamento depende da biodiversidade que os compõem, e cuja preservação e recuperação deve ser feita a uma escala global para manter ou restabelecer a conectividade entre as zonas naturais existentes, pois a sua destruição tem repercussões que vão muito além do mero desaparecimento de espécies raras.^{lxi}

Os serviços dos ecossistemas são, de uma forma geral, os benefícios diretos e indiretos que as pessoas deles obtêm. Incluem os contributos dos ecossistemas para o acesso adequado aos bens básicos para uma boa qualidade de vida, necessários para sustentar a liberdade de escolha e de ação, a redução da pobreza, a prosperidade, a melhoria da saúde pública, a segurança das populações, a capacidade de interajuda e a coesão social.^{lxii}

Segundo a Agência Europeia do Ambiente, os serviços dos ecossistemas subdividem-se em Fornecimento (ou provisionamento), Regulação e Manutenção, e Culturais. Os serviços de Fornecimento englobam os produtos ou resultados materiais, nutricionais e energéticos gerados pelos ecossistemas (*outputs*). A Regulação e Manutenção são os serviços que resultam da forma como os organismos vivos são capazes de modificar e transformar o ambiente, controlando a erosão, as inundações e a disseminação de doenças, regulando os ciclos biogeoquímicos, bem como ligando os fluxos de resíduos aos processos vivos, incorporando-os no sistema. Os serviços Culturais abrangem os valores cénicos, a beleza e a inspiração, que afetam os estados físico e espiritual, contribuindo para o bem-estar humano. Incluem-se nesta categoria tanto as interações espirituais e simbólicas com a paisagem, terrestre ou marinha, como as experiências físicas proporcionadas por formas ativas de recreio.^{lxiii, lxiv}

Reduzir e prevenir riscos naturais, adaptar e mitigar efeitos das alterações climáticas, combater a desertificação e assegurar a proteção do solo são serviços prestados pelos ecossistemas que podem ser potenciados através do desenvolvimento de infraestruturas verdes urbanas, rurais e costeiras.

A conservação desses serviços e da biodiversidade tem um impacto positivo na economia. Ao nível do emprego, apesar de apenas uma proporção relativamente pequena estar diretamente relacionada com a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, uma grande variedade de sectores económicos, e consequentemente um número muito maior de empregos, dependem ou beneficiam da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.^{lxv}

Integrar a conservação da natureza na política de sustentabilidade das empresas implica reconhecer o papel que o capital natural desempenha nas cadeias de valor. Existem setores cuja atividade é exclusivamente dependente de biodiversidade no seu ciclo produtivo, desde a utilização de matérias-primas à sua transformação no produto final e respetiva embalagem, tendo um papel preponderante na gestão dos recursos naturais. Outros sectores dependem e beneficiam da biodiversidade sem a gerir diretamente, em particular o turismo, a indústria farmacêutica e as indústrias criativas. Por outro lado, existem empresas que sobretudo interagem com a natureza em função do local de implantação e/ou que a integram nas suas políticas de responsabilidade social e ambiental.

Identificar, valorar e avaliar os serviços prestados pelos ecossistemas, incluindo a produção de matérias-primas, a produção de alimentos e as oportunidades de recreio e lazer, atribuindo-lhe um valor económico e subsequentemente incorporando este valor na tomada de decisão é de fulcral importância. A avaliação para Portugal do *Millennium Ecosystem Assessment* (2009) faz uma primeira avaliação, na maior parte das situações de forma qualitativa.^{lxvi} O desenvolvimento do MAES - *Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services* e do TEEB - *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* contribui para, de forma geoespacializada, equacionar os próximos desafios: adotar uma metodologia que inclua os necessários marcadores de despesa pública em biodiversidade, implementar um sistema de remuneração dos serviços prestados pelos ecossistemas com vista à integração nas contas públicas e privadas e ao desenho e implementação de um sistema de créditos da biodiversidade.



A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), adotada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, atualmente em processo de revisão, constitui um instrumento integrador das políticas de Conservação da Natureza com as outras políticas sectoriais relevantes. A ENCNB assume como objetivos gerais: conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; e contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza.

Portugal continental, com área superior a nove milhões de hectares, localiza-se no extremo sudoeste da Europa, numa zona de transição entre as regiões biogeográficas atlântica e mediterrânica. Os arquipélagos da Madeira (77 892 ha) e dos Açores (232 967 ha) enquadram-se na região Macaronésia. Dada a multiplicidade de influências geográficas e biofísicas, modeladas pela intervenção humana ao longo dos séculos, todo **o País é detentor de fauna e de flora ricas e diversas, associadas a uma grande variedade de ecossistemas e paisagens.** A ocorrência de algumas espécies endémicas (únicas no mundo), as cerca de 4000 taxa de flora, as extensas listas dos vários grupos de invertebrados, as cerca de 800 espécies dos peixes marinhos e estuarinos, as 35 entidades (espécies e subespécies) de peixes dulciaquícolas e migradores, as 16 espécies de anfíbios, as 28 de répteis, as 341 de aves que são residentes ou nidificantes ou migradoras, e as 104 de mamíferos são uma das evidências dessa diversidade.^{lxvii, lxviii, lxix}

Com o objetivo principal de salvaguardar amostras significativas do território nacional que representem os diferentes sistemas e permitam a conservação das espécies e seus habitats, estabeleceu-se a Rede Nacional de Áreas Classificadas, que inclui áreas classificadas de âmbito nacional e internacional.

Do património natural faz também parte um vasto repositório genético com particular interesse para a atividade agrossilvo-pastoril, para vários sectores da indústria e para a investigação científica.^{lxx}

Com o objetivo de diminuir os riscos de degradação, através de incentivos apropriados e do compromisso de todos os atores, o seu uso deve ser eficiente e ter em atenção a sua capacidade de renovação natural, assegurando que não ocorre perda adicional de valores naturais.

As atividades económicas e a conservação da biodiversidade constituem dois pilares indissociáveis do crescimento verde, sendo o desafio constituir a biodiversidade como fator de valorização económica e incorporar o valor dos serviços dos ecossistemas nas contas públicas.

A mudança para o crescimento verde implica reconhecer a sua importância no dia-a-dia da sociedade e a dependência e os impactes que as atividades têm, para que as decisões sejam tomadas com a melhor informação disponível, de modo a manter os fluxos de bens e serviços necessários ao bem-estar humano.

No pilar Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas foram identificadas nove iniciativas.

Quadro 10: Iniciativas Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
BIO 1	Definir, no contexto da nova regulamentação europeia, as condições de acesso aos recursos genéticos nacionais e a partilha justa e equitativa dos benefícios da sua utilização	<p>» Cumprimento do Regulamento de Acesso e Partilha de Benefícios da Utilização dos Recursos Genéticos (<i>Access and Benefit-Sharing</i>, ABS)</p> <p>» Concluir o estudo de avaliação custo-benefício do impacto do desenvolvimento de um regime nacional de acesso aos recursos genéticos e de partilha dos benefícios decorrentes da sua utilização e proceder de acordo com as suas conclusões</p>	<p>E: Convenção da Diversidade Biológica, aprovada no Rio de Janeiro em 1992 - Portugal ratificou através do Decreto n.º 21/93, de 21 de junho, tendo entrado em vigor a 21 de março de 1994; EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final; Regulamento (UE) n.º 511/2014, de 16 de abril, do Parlamento e do Conselho, sobre acesso aos recursos genéticos e partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da sua utilização na União Europeia - <i>Access and Benefit-Sharing</i> (ABS); Protocolo de Nagóia, adotado em 29 de outubro 2010 - entrou em vigor em outubro de 2014</p> <p>PFA: ICNF</p>	Agricultura e floresta; Indústria transformadora e extrativa; Mar; Promoção internacional



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
BIO 2	Implementar a iniciativa <i>TEEB - The Economics of Ecosystems and Biodiversity</i> em Portugal, suportada no mapeamento e avaliação do estado dos ecossistemas e dos serviços dos ecossistemas e na sua valoração económica e social (e considerando a <i>MAES - Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services</i>)	<ul style="list-style-type: none"> » Mapear e avaliar o estado dos ecossistemas do território terrestre continental até 2018 » Concretizar a iniciativa TEEB num Parque Natural, até 2016, e em todos, até 2020 » Concretizar a iniciativa TEEB em três cidades, até 2020 » Estabelecer, até 2020, o valor económico dos principais serviços dos ecossistemas e integrá-lo na contabilidade pública até 2030 » Integrar o valor dos serviços dos ecossistemas, à medida que for estando disponível, no Relatório do Estado do Ambiente (REA) » 50% das recomendações do TEEB incluídas nas políticas e planos para 2020 e mais 10% nas políticas e planos para 2030 » Elaborar dois documentos orientadores de aplicação da metodologia TEEB, de nível nacional e municipal » Desenvolvimento de novos mecanismos de remuneração dos ecossistemas, nomeadamente sistemas de créditos de biodiversidade, sem pôr em causa o cumprimento da regulamentação em vigor 	<p>E: EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final; TEEB - projeto internacional (UNEP) patrocinado pela Comissão Europeia sobre a economia dos serviços prestados pelos ecossistemas e a biodiversidade</p> <p>PFA: ICNF</p>	Água, Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Mar; Turismo; Promoção internacional
BIO 3	Implementar sistemas naturais (infraestruturas verdes) e outros investimentos no capital natural em áreas urbanas, rurais e costeiras tendo em vista a proteção contra catástrofes e riscos naturais, como cheias e inundações, e a melhoria da adaptação e mitigação das alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> » Quilómetros de margens de rios e estuários com restauração ecológica com florestas aluviais » Quilómetros de litoral protegido recorrendo às infraestruturas verdes 	<p>E: EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final; Infraestrutura Verde - COM (2013) 249 final</p> <p>PFA: APA, ICNF</p>	Água; Agricultura e floresta; Energia e clima; Cidades e território; Mar; I&D&I

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
BIO 4	Aumentar a eficiência e eficácia da gestão das áreas classificadas promovendo o desenvolvimento local	<p>» Aumentar o investimento público e privado na gestão das áreas classificadas, nomeadamente na Rede Natura 2000</p> <p>» Reforçar a vigilância e a monitorização no âmbito da conservação da natureza</p>	<p>E: EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final</p> <p>PFA: ICNF</p>	Agricultura e floresta; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Turismo; Financiamento
BIO 5	Expandir a marca natural.pt de produtos e serviços desenvolvidos com base nos recursos das áreas protegidas	<p>» Atingir, até 2016, 200 aderentes (produtos e serviços)</p> <p>» Aumentar o número de aderentes a uma taxa média anual de 10% entre 2017 e 2030</p> <p>» Número de infraestruturas concessionadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), nomeadamente turísticas, aderentes à marca e integrando espaços de promoção da mesma</p>	<p>E: Iniciativa MAOTE</p> <p>PFA: ICNF</p>	Agricultura e floresta; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Mar; Turismo; Promoção internacional
BIO 6	Dinamizar a adesão voluntária de empresas e outras entidades à iniciativa “ <i>Business and Biodiversity</i> ”	<p>» Aumentar, no mínimo em 50% até 2020 (107 organizações) e em 75% até 2030 (125 organizações), o número de organizações aderentes</p> <p>» Aumentar o número de eventos realizados para promoção e divulgação da iniciativa, de casos de estudo e das vantagens e oportunidades associadas</p>	<p>E: The Convention on Biological Diversity (CBD) – Conference of the Parties (8^a COP). Curitiba, Brasil, Março 2006, Decisão VIII/17: Private-sector engagement; EU Biodiversity Strategy 2020 – COM (2011) 244 final; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: ICNF</p>	Água; Resíduos; Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Mar; Turismo; Promoção internacional
BIO 7	Promover a gestão sustentável da atividade cinegética, preservando espécies e habitats de alto valor natural	<p>» Melhoria do estado de conservação das espécies e habitats alvo</p>	<p>E: EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final</p> <p>PFA: ICNF</p>	Agricultura e floresta; Cidades e território; Turismo; I&D&I; Informação e participação
BIO 8	Implementar medidas relativas à promoção e melhoramento de recursos genéticos animais – raças autóctones	<p>» Número de animais apoiados (unidade: CN – “Cabeça Normal”)</p>	<p>E: PDR 2014-2020</p> <p>PFA: ICNF</p>	Agricultura e floresta; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território
BIO 9	Promover as medidas agroambientais que suportam Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural (SAAVN)	<p>» Aumento da superfície agrícola sob compromisso</p>	<p>E: EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final</p> <p>PFA: ICNF</p>	Água; Agricultura e floresta; Cidades e território



3.8 Cidades e Território

O diagnóstico sobre os problemas com dimensão territorial aponta para a necessidade de políticas de desenvolvimento territorial que garantam uma adequada dinâmica da organização e da transformação do espaço, com reflexos diretos na qualidade de vida dos cidadãos, na sustentabilidade e na competitividade económica do território.

A expansão urbana das cidades, sobretudo das áreas metropolitanas, determinou uma fragmentação do tecido urbano, com despovoamento do interior e de zonas rurais, e com reflexos negativos, também, no despovoamento e degradação dos centros urbanos, assim como na criação de áreas residenciais periféricas servidas por uma rede insuficiente de infraestruturas e de equipamentos coletivos. O fenómeno do alargamento dos perímetros urbanos e, muitas vezes, da construção dispersa, consumiu recursos, prejudicou o potencial ambiental e produtivo do solo, criou áreas urbanas desqualificadas, com um custo acrescido no reforço das infraestruturas e equipamentos, assim como custos ambientais inerentes a um aumento das viagens pendulares, ademais, baseadas fundamentalmente no transporte individual.

Na ótica do crescimento verde, importa pensar o território nacional como um todo, reforçando a coesão nacional, organizando-o de modo a aumentar a complementaridade de funções económicas, sociais e culturais entre cidades, a conter a expansão urbana e a edificação dispersa, corrigindo as assimetrias regionais, e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções. Com este objetivo, é necessário garantir a competitividade económica territorial, a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário, tendo em vista evitar a especulação imobiliária e as práticas lesivas do interesse geral.

Adicionalmente, valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto fonte de matérias-primas, reservatório de carbono e suporte da biodiversidade e dos serviços de ecossistemas, é um passo essencial para a preservação de recursos naturais e a herança cultural para as gerações futuras.

A **reforma do Ordenamento do Território, iniciada pela Lei de Bases das Políticas dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo**, assume uma nova geração de programas e planos, capaz de responder de forma coordenada e transversal às necessidades do planeamento. Assume, assim, um olhar inconformista perante a expansão física dos aglomerados urbanos com a consequente degradação e despovoamento dos centros urbanos, a sobreposição de planos e programas com fragilidades na coordenação dos valores a salvaguardar e a integração da resposta às alterações climáticas nos planos diretores municipais. Nesse sentido, esta reforma desenvolve-se em torno dos seguintes eixos:

- > **Clarificação do regime do solo.** O solo passa a ser classificado, apenas, em duas classes – solo rústico ou urbano - **sendo erradicada a classificação de solo urbanizável**. Fica, assim, limitada a existência de terrenos expectantes, promovendo-se a contenção dos perímetros urbanos e a reabilitação das cidades, e gerando, consequentemente, ganhos de sustentabilidade energética e ambiental;
- > **Concentração, nos Planos Diretores Municipais (PDM), de todas as regras vinculativas dos particulares.** Os programas especiais deixarão de ser diretamente vinculativos aos particulares, tornando o PDM o plano central do processo de planeamento, integrando assim todas as normas dispersas pelos diferentes programas especiais;
- > **Reforço da cooperação intermunicipal.** O planeamento intermunicipal ganha novos instrumentos de gestão territorial, dando assim a oportunidade aos municípios de promoverem soluções integradas com partilha de infraestruturas e equipamentos. A forte aposta no planeamento intermunicipal é também consagrada pela criação dos planos diretores intermunicipais, apostando assim num modelo de desenvolvimento territorial sub-regional;



- > Atribuição aos municípios de novos mecanismos de gestão do território, tais como a **transferência de edificabilidade**, contribuindo para a regeneração e reabilitação urbanas;
- > Transformação do solo de rústico a urbano apenas através de **planos de pormenor**, condicionados à demonstração de viabilidade económico-financeira. Deixam de existir terrenos expectantes, inseridos em solos urbanizáveis, passíveis de edificação casuística e sem garantia de qualidade urbana. A opção da expansão física da cidade passa a ser excecional e definida apenas aquando associada a uma opção de investimento integrada numa proposta assente em plano de pormenor. Promovem-se, assim, os investimentos sustentáveis apostando na partilha de responsabilidade do desenvolvimento entre o Estado e os particulares;
- > **Valorização da biodiversidade e dos ecossistemas.** Está previsto o estabelecimento de mecanismos de distribuição de encargos e de benefícios destinados a compensar os custos decorrentes da proteção de interesses gerais, como a salvaguarda do património cultural, a valorização da biodiversidade ou da proteção de ecossistemas. Viver numa área protegida deverá ser encarado como uma oportunidade, devendo representar um benefício para as populações;
- > **Aposta na Reabilitação Urbana.** O foco do desenvolvimento do território deve estar na regeneração dos aglomerados urbanos já existentes. São regulamentados novos instrumentos de gestão do território e assegura-se que a expansão urbana apenas decorrerá quando o aglomerado urbano se encontre esgotado face a novas necessidades. A expectativa de urbanizar tem retirado capacidade para reabilitar;

> Simplificação procedimental dos licenciamentos através de um novo regime de comunicação prévia quando as condições de realização da operação urbanística se encontrem suficientemente definidas por plano de pormenor, por loteamento ou no âmbito de áreas urbanas consolidadas. Por outro lado, está prevista uma diminuição dos prazos de consultas sectoriais, a definição de um prazo de validade de 10 anos para os alvarás de loteamento, e o enfoque do licenciamento municipal nos impactes urbanísticos das operações e não no interior dos edifícios.

Os fenómenos de concentração da população em áreas urbanas e o foco na garantia de qualidade de vida, desperta cada vez mais consciências para a necessidade de adotar um novo olhar sobre o tecido urbano. As cidades são sistemas complexos onde se integram desafios que, pela sua dimensão demográfica, económica e ambiental, são peças-chave para o crescimento verde: emprego, habitação, comércio, mobilidade e consumos de água e energia, entre outros.

As cidades assumem uma relevância crescente, concentrando a maioria da população, das atividades económicas e da riqueza. São os lugares de maior potencial para a dinamização do crescimento económico e do emprego, da competitividade e da inovação, mas também onde se concentram complexos fenómenos de exclusão social e graves problemas de sustentabilidade que constituem ameaças à qualidade de vida da população.

As cidades são hoje realidades muito díspares e heterogéneas, seja do ponto de vista morfológico e espacial, seja do ponto de vista demográfico e funcional, o que torna particularmente complexa a sua delimitação e concetualização.

Enquanto sistemas abertos e dinâmicos, sobre os quais interagem múltiplos agentes, em distintas escalas temporais e espaciais, as cidades contemporâneas apelam a novas leituras e entendimentos, bem como ao estabelecimento de novas fronteiras e dimensões de análise e de intervenção. Por um lado, há que ultrapassar a referência nostálgica do espaço urbano no seu sentido clássico, ainda muito toldada pelo imaginário da cidade antiga, compacta e limitada. Por outro lado, mais do que os limites impostos por uma jurisdição político-administrativa, a cidade contemporânea



conforma-se e caracteriza-se a partir de um conjunto de relações funcionais que se estabelecem com a região e os diferentes *hinterlands* que a envolvem, incluindo o marítimo e o rural, bem como com outras cidades e centros urbanos, constituindo redes urbanas sustentadas em lógicas de complementaridade e interdependência.

A sustentabilidade é uma orientação europeia de referência e com especial relevância para o período de programação 2014-2020, sendo que a estratégia de crescimento Europa 2020 ambiciona “que a União Europeia se torne numa economia inteligente, sustentável e inclusiva.” Ao longo da última década tem vindo a decorrer uma reflexão sobre a evolução das políticas públicas na direção da sustentabilidade urbana. Neste sentido, a Carta de Leipzig (2007) e a Declaração de Toledo (2010) contribuíram para que a formulação da Política de Coesão 2014-2020 assumisse o desenvolvimento urbano sustentável integrado como uma das suas prioridades.

Os conceitos de desenvolvimento urbano sustentável e de desenvolvimento sustentável estão fortemente ligados, implicando uma perspetiva ampla que abrange os domínios fundamentais do desenvolvimento: económico, social, ambiental, cultural e de governança.

Considerando, em particular, a complexidade intrínseca dos sistemas urbanos, o desenvolvimento urbano sustentável constitui uma abordagem de integração por excelência, que atenta em particular nas inter-relações que se estabelecem entre os vários domínios da sustentabilidade e do desenvolvimento, e que observa as diferentes dimensões territoriais estratégicas da política de cidades (intraurbana, cidade-região e interurbana).

Uma cidade sustentável deve ser também uma cidade analítica. Este conceito salienta a importância da gestão da informação gerada pela cidade e que subentende uma base de conhecimento dos fenómenos da cidade, associada aos sistemas e às próprias pessoas, justificando as opções tomadas. Uma nova realidade, onde uma rede de sensores interligados configura um verdadeiro sistema nervoso capaz de “sentir” a cidade. Cidades capazes de serem mais sustentáveis, mais resilientes, mais verdes, levando a governança e o exercício da cidadania a patamares de excelência. Pretende-se apostar no desenvolvimento de uma base fundamental de conhecimento dos fenómenos da cidade, recorrendo a métodos avançados de pesquisa e cruzamento de dados associados aos sistemas e às pessoas, assente em factos.

Aprofunda-se, assim, o conceito de cidades analíticas, num mundo urbano onde a ubiquidade digital prevalece.

A qualidade do ar no ambiente urbano constitui uma das áreas a destacar, estando intimamente ligada a questões de saúde e a efeitos negativos no ambiente. Subsystem problemas a que urge dar resposta, nomeadamente no que respeita às partículas, dióxido de azoto e ozono. Efetivamente, e à semelhança de outros países europeus, existe ainda, a nível nacional, uma percentagem significativa de população exposta a níveis elevados de poluição atmosférica, carecendo de uma ação concertada de políticas e medidas a nível central, regional e local. Neste contexto, a Estratégia Nacional para o Ar – ENAR 2020 emerge da necessidade de uma abordagem holística que privilegie as inter-relações com outros domínios relevantes, por forma a garantir a coerência de políticas e medidas para a consecução dos objetivos de redução dos impactes da qualidade do ar na saúde e nos ecossistemas.

Destaca-se, ainda, a aposta **no uso eficiente dos recursos, designadamente pela consciencialização da população para a eliminação dos desperdícios de água e energia**, tanto em casa como no emprego, bem como pelo desenvolvimento de sistemas inteligentes de gestão desses mesmos recursos. Neste âmbito, devem ser explorados os benefícios de uma ligação da cidade com o meio rural mais próximo, por exemplo através de uma melhor articulação das cadeias de distribuição de proximidade dos produtos agrícolas. Paralelamente, deve ser garantido o funcionamento, em ambiente urbano, dos sistemas naturais essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas, aos ciclos biogeoquímicos e ao equilíbrio do microclima, assegurando a salvaguarda e valorização da biodiversidade e da paisagem urbanas.

Intrinsecamente ligado ao tema das cidades e do território está o setor da construção e da reabilitação. A atividade da construção movimenta vários sectores a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos sectores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza, como também de emprego, sendo uma atividade fundamental para o crescimento da economia.^{lxxi}

Em 20 anos, o País produziu um milhão e meio de novas habitações, suprimindo, em termos técnicos, o défice habitacional. Portugal passou de uma situação de défice



de habitação, para uma de excesso de parque habitacional, tornando-se um país fundamentalmente de proprietários. Persistem, não obstante, problemas relacionados com a degradação do parque habitacional dos centros urbanos, com as necessidades de mobilidade das famílias e com os custos da habitação, em especial no arrendamento, que continuam elevados.

À medida que aumentou a produção e oferta de habitações, estas foram ficando cada vez mais caras, ao contrário do que seria expectável. E este aumento verificou-se de uma forma que divergiu acentuadamente da evolução do rendimento disponível das famílias portuguesas.

A contração do mercado de arrendamento, num processo que já se iniciara na primeira metade do século passado em resultado do congelamento das rendas, e que se manteve e até se alargou após o 25 de abril de 1974, afastou o investimento na reabilitação do parque habitacional antigo, contribuiu para o aumento das rendas e para a redução da oferta de casas para arrendar.

As políticas de promoção e financiamento à aquisição de habitação própria, que poderiam ter compensado a retração do mercado de arrendamento, acabaram por ter um efeito perverso no aumento dos preços e contribuíram para que o Estado, a banca, as empresas e as famílias acumulassem uma dívida muito elevada, agravada pelo facto de estar associada a um elevado número de fogos devolutos. O investimento público e privado que lhe esteve associado não serviu nem contribuiu para facilitar o acesso das famílias à habitação.

Estas políticas promoveram a expansão de periferias urbanas, em muitos casos segregadas e desqualificadas, geraram enormes superfícies de “solo artificializado”, incrementaram os movimentos pendulares casa-emprego e aumentaram de forma exponencial os consumos energéticos com os transportes.

No caso dos centros históricos, estas políticas aumentaram os custos de contexto, promovendo exclusivamente soluções muito onerosas na reabilitação de edifícios.

Ao mesmo tempo que as mutações económicas e demográficas se tornavam evidentes - a diminuição da dimensão das famílias, o envelhecimento da população, a desertificação do interior, as necessidades de mobilidade devido às mudanças do mercado de trabalho e a estagnação do rendimento disponível das famílias - a produção de alojamentos continuou a disponibilizar as mesmas tipologias habitacionais, quase exclusivamente em expansões urbanas, com construção nova, para aquisição de casa própria, com o mesmo modelo de financiamento e onde se foram acumulando as exigências normativas e regulamentares que tornaram o licenciamento mais complexo e a produção mais cara.

Em 2013, cerca de 29,1% das obras concluídas dizem respeito a reabilitações (alterações, ampliações e reconstruções), o que representa um crescimento de 2,3 p.p. face a 2012 (26,8%). Entre 2008 e 2013, verificou-se que as obras de construção nova têm vindo a perder importância relativa. Em 2008, o peso deste tipo de obras representava 79,6% do total das obras concluídas, tendo vindo a registar sucessivos decréscimos e correspondendo a 70,9% em 2013. Em oposição, as obras de ampliação e de reconstrução aumentaram o seu peso relativo nesse período.^{lxxii} A continuação desta tendência depende de vários fatores que vão desde a adoção de novas práticas nos sectores da construção e transportes, à formação e qualificação de todos os profissionais intervenientes.

A reabilitação urbana impõe modelos de negócio específico, com elevados níveis técnicos e regras de construção próprias. **Apenas 10% (há um ano era 7%) da atividade da construção civil está alocada à reabilitação urbana, quando a média europeia atinge 37%.** Limitar aos constrangimentos de investimento público e privado as causas para um insuficiente desenvolvimento da reabilitação urbana, revela uma incompleta avaliação dos constrangimentos estruturais. Por essa razão, a resposta envolve, como tem vindo a ser defendido e implementado, um quadro abrangente de intervenções que incluem: **o novo regime jurídico de reabilitação urbana**, simplificando os procedimentos municipais de licenciamento e de intervenção em amplas áreas de reabilitação, com especial incidência nas áreas mais degradadas e nos fogos devolutos; **a dinamização do mercado do arrendamento urbano**, impulsionado pela reforma da legislação que pôs fim a décadas de congelamento de algumas rendas mais antigas, atraindo aos centros urbanos população mais jovem e famílias; **a adoção do Regime Excecional de Reabilitação Urbana (RERU)** que



dispensa, durante 7 anos, para as intervenções em edifícios com mais de 30 anos, o cumprimento de algumas normas que, tornando a reabilitação urbana tão exigente como a nova construção, na prática, inviabilizavam, técnica e financeiramente, aquelas operações; **o apoio público, através dos novos fundos europeus enquadrados no Portugal 2020**, às intervenções de reabilitação e regeneração urbanas nas áreas carenciadas, nas áreas industriais abandonadas, na habitação social, nos edifícios públicos e na eficiência energética na habitação privada, **atingindo quase 1000 milhões de euros** (que poderão ser maximizados por interação com outras fontes de financiamento).

Finalmente, o litoral merece uma referência particular neste tema. Sendo Portugal um país de litoral, a relação entre terra e mar faz parte da identidade histórica e do modelo de desenvolvimento do País, sendo decisiva para as ambições do crescimento verde. É no litoral que se concentra a maioria da população, da habitação, do emprego e da atividade económica, bem como de valores ecológicos essenciais e recursos naturais, que é indispensável saber utilizar de forma consciente e sustentável.

O agravamento da erosão costeira coloca em risco pessoas e bens. Ao longo dos anos têm ocorrido perturbações na dinâmica sedimentar que contribui para a manutenção da linha costeira. Cerca 25% da orla costeira continental é afetada por erosão costeira, registando-se uma tendência erosiva ou erosão confirmada em cerca de 232 km. O risco associado à erosão costeira é tanto maior quando maior a ocupação humana dos troços vulneráveis, atingindo valores particularmente elevados onde essa ocupação é indevida ou resultou de um mau ordenamento do território. Os processos erosivos poderão ser agravados pelas alterações climáticas, designadamente pela subida do nível do mar e ocorrência mais frequente de fortes temporais.

Neste contexto, impõe-se afirmar **a proteção do litoral como prioridade de política pública**, requerendo atuações concertadas de médio e longo prazo. É necessário construir um modelo de governança da zona costeira que garanta a articulação e convergência dos interesses dos responsáveis pela gestão do território e dos agentes económicos, permitindo:

- Implementar uma política de gestão sistémica de sedimentos, que tenda a repor o ciclo sedimentar natural, envolvendo todas as entidades com responsabilidades neste domínio;

- > Promover o planeamento resiliente e definir novas opções de ordenamento, podendo incluir, para os troços críticos, ações de realocação das atividades e dos bens expostos ao risco, numa perspetiva de médio e longo prazo;
- > Desenvolver um programa de monitorização global do sistema costeiro português, envolvendo múltiplas instituições e reforçando os sistemas de gestão de informação;
- > Reforçar o Sistema de Administração do Recurso Litoral (SIARL) enquanto plataforma de conhecimento que reúna os dados existentes sobre o litoral, melhorando o apoio ao planeamento e à decisão;
- > Elaborar e manter atualizado um conjunto de mapas de vulnerabilidade e de risco para todo o litoral, em cenários de alterações climáticas, construídos com suportes e metodologias científicas coerentes, bem consolidadas e que reúnam o maior consenso possível na comunidade científica;
- > Promover a participação pública através de ações de informação, esclarecimento e divulgação, dirigidas à generalidade da população, sobre os problemas do litoral e as várias opções de proteção e adaptação;
- > Financiar atuações prioritárias através do PO SEUR 2014-2020, cujo Eixo Estratégico 2 é dirigido à adaptação às alterações climáticas e à prevenção e gestão de riscos que incidem sobre o território português. Neste eixo assume-se como prioridade a proteção do litoral face à erosão, estando previstos 200 milhões de euros.

No pilar Cidades e território foram identificadas nove iniciativas.



Quadro 11: Iniciativas Cidades e Território

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
CT 1	Assegurar o uso racional e eficiente do solo, limitando a expansão urbana, concentrando no Plano Diretor Municipal (PDM) todas as regras de ordenamento, erradicando o solo urbanizável, simplificando procedimentos, introduzindo um novo regime económico-financeiro e promovendo soluções de planeamento intermunicipais	<p>» Manter grau de artificialização do solo em 5% (448 401 ha) - manter em 2020 e 2030</p> <p>» Infraestrutura verde, ao nível dos corredores ecológicos que assegurem a conectividade da Rede Fundamental da Conservação da Natureza, consolidada até 2030</p> <p>» Garantir que todos os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) integram os objetivos de conservação da natureza</p> <p>» Definir critérios para aplicar, a partir de 2017, as regras de benefícios sobre a taxa de IMI de prédios rústicos integrados em áreas classificadas que proporcionam serviços de ecossistemas não apropriáveis pelo mercado</p>	<p>E: Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo); Infraestrutura Verde - Valorizar o Capital Natural da Europa - COM (2013) 249 final; EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final</p> <p>PFA: DGT</p>	Indústria transformadora e extrativa; Informação e participação
CT 2	Criar o Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC), por forma a assegurar a harmonização do sistema de registo da propriedade e promover um levantamento cadastral do território nacional mais eficaz	<p>» Aumento da superfície do território nacional com registo de cadastro predial</p> <p>» Número de comunicações cadastrais de prédios efetuadas no SNIC</p>	<p>E: Diploma próprio a aprovar em regulamentação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, ordenamento do território e de urbanismo)</p> <p>PFA: DGT</p>	Água; Agricultura e floresta; Energia e clima; Mobilidade e transportes; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Informação e participação

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
CT 3	Aplicar o Regime Excecional de Reabilitação Urbana que altera as regras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação de edifícios antigos	» Peso relativo da reabilitação do edificado habitacional nas atividades da construção civil convergir com a média europeia (hoje, 10 % em Portugal e 37% na UE)	E: Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo); Regime Excecional para a Reabilitação Urbana (RERU); Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) PFA: IHRU	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa
CT 4	Promover uma gestão integrada das zonas costeiras, dando especial atenção à proteção do litoral face a riscos, especialmente de erosão costeira	» Aumentar a extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens. Meta para 2022/23: 50 km » Aumentar o acesso à informação sobre os sistemas costeiros. Meta: criação de pelo menos uma base de dados (como ferramenta importante de apoio aos especialistas e ao cidadão não especialista) » Diminuir o risco nas zonas mais vulneráveis da orla costeira. Meta: aprovar seis Programas para a Orla Costeira	E: PO SEUR; PAPVL PFA: APA	Energia e clima; Mar; Turismo
CT 5	Criar e implementar um instrumento financeiro de apoio à regeneração urbana	» Aumentar o número de arrendamentos nos centros históricos em 10% até 2020 e 25% até 2030	E: Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo); Acordo de Parceria Portugal 2020 PFA: IHRU	Indústria transformadora e extrativa; Turismo; Financiamento
CT 6	Criar e executar programas municipais ou intermunicipais de desenvolvimento urbano sustentável que promovam a valorização dos espaços públicos e transportes limpos e eficientes	» Melhoria da qualidade do ar urbano » Diminuição do nível de ruído » Aumento dos espaços públicos e áreas verdes, e melhoria dos já existentes (aumentando o uso de espécies mediterrânicas menos exigentes em água) » Número de cidades abrangidas » Aumento do número de telhados verdes, de jardins verticais em fachadas e varandas » Quilómetros de vias para modos suaves de deslocação	E: Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo); ENAR 2020 PFA: DGT	Energia e clima; Mobilidade e transportes; Turismo; Promoção internacional; I&D&I



Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
CT 7	Criar e aplicar o Índice de Sustentabilidade Urbana (ISU) que promova competição saudável entre as cidades, com possíveis benefícios ao nível de financiamento	» Melhoria da classificação das cidades » Percentagem de cidades avaliadas acima de um determinado valor do índice estabelecido	E: Iniciativa MAOTE PFA: DGT	Água; Resíduos; Energia e clima; Mobilidade e transportes; Turismo; Promoção internacional; Financiamento; Informação e participação
CT 8	Desenvolver novas abordagens aos espaços verdes nas cidades	» Aumento do número de jardins verticais em fachadas, varandas e terraços de edifícios públicos e privados » Aumento do número de "coberturas verdes" » Número de planos municipais que atribui benefícios a jardins verticais ou coberturas verdes	E: Iniciativa MAOTE; EU Biodiversity Strategy 2020 - COM (2011) 244 final; Infraestrutura Verde - COM (2013) 249 final PFA: DGT	Água; Agricultura e floresta; Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Turismo; Promoção internacional; I&D&I; Informação e participação
CT 9	Implementar a ENAR 2020	» Melhoria da qualidade do ar: de 14 dias em média com Índice de Qualidade do Ar (IQA) "fraco" ou "mau" para 2013, até um máximo de 9 dias em média para 2020 e 2 dias em média para 2030	E: ENAR 2020; Diretiva Clean Air For Europe (CAFE); Programa Ar Limpo para a Europa PFA: APA	Agricultura e floresta; Energia e clima; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Turismo



3.9 Mar

Considerando apenas a dimensão e as características do seu território terrestre Portugal é um país com uma dimensão relativamente pequena. Porém, quando considerada a sua dimensão marítima, é dos grandes países marítimos do mundo com um acrescido potencial geoestratégico, geopolítico e económico. Portugal é tido como um exemplo de sustentabilidade dos recursos marinhos e depara-se com uma série de desafios para conseguir um crescimento sustentável, inclusivo

e inteligente. O enquadramento institucional que direciona, facilita e promove a aposta no mar, é composto pela Estratégia Nacional para o Mar (ENM) e pela Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo (LBOGEM) e sua legislação complementar. A Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 centra-se em cinco grandes objetivos^{lxiii}:

- > **Recuperar a identidade marítima nacional** num quadro moderno, pró-ativo e empreendedor;
- > **Concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico** mediante a criação de condições para atrair investimento, nacional e internacional, e a promoção do crescimento, do emprego, da coesão social e da integridade territorial;
- > **Aumentar, até 2020, a contribuição direta do sector mar para o PIB nacional** em 50%;
- > **Reforçar a capacidade científica e tecnológica** nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação;
- > Consagrar Portugal, a nível global, como **nação marítima** e parte incontornável da Política Marítima Integrada e da Estratégia Marítima da UE.

O ordenamento do espaço marítimo nacional é uma ferramenta fundamental para a política do mar e a LBOGEM tem por objeto, por um lado, a definição dos princípios gerais aplicáveis ao ordenamento do espaço marítimo nacional e, por outro, o regime jurídico de utilização do espaço marítimo nacional. A componente financeira de implementação da política do mar assenta na complementaridade e articulação das várias fontes disponíveis, sendo de destacar os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2014-2020, centrados nas prioridades da Estratégia Europa 2020 que encontra concretização, no que se refere à componente marítima, no “crescimento azul”, cujo espelho em Portugal, em matéria de política pública, encontra definição na ENM. Tendo em consideração o carácter transversal desta Estratégia, parte da sua concretização passa não só pelo apoio proporcionado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas mas também pela mobilização dos Fundos da Política de Coesão, conforme assumido no Acordo de Parceria 2014-2020 - Portugal 2020.



De seguida, pormenorizaremos alguns dados sobre a economia do mar apresentados na ENM, com base em cálculos próprios da Direção-Geral de Política do Mar realizados a partir das Contas Nacionais produzidas pelo INE.

O valor da produção dos usos e atividades da economia do mar, em Portugal, **atingiu os 8174 milhões de euros em 2010, o que correspondeu a 2,4% da produção nacional**. O emprego total dos usos e atividades da economia do mar, em Portugal, aproximou-se, em 2010, dos 109 mil empregos, em equivalente a tempo completo (ETC), o que corresponde a cerca de 2,3% do emprego nacional.

Esta caracterização corresponde apenas a efeitos diretos, sendo de assinalar a importância dos efeitos indiretos, e inclui sectores como a pesca, aquicultura e indústria do pescado, construção, manutenção e reparação naval, transportes marítimos, portos e logística, turismo costeiro e náutica, salicultura e obras de defesa da costa.^{lxxiv}

Relativamente ao sector da pesca, apresenta-se uma caracterização com base nas Estatísticas da Pesca. **O sector da pesca, incluindo o comércio e a indústria transformadora, representa um volume de negócios superior a 1200 milhões de euros e garante cerca de 25 000 empregos diretos**, segundo dados de 2013.

Os pescadores portugueses pescam cerca de 200 000 toneladas por ano (estabilizado já há cerca de 15 anos). Em 2013, o pescado fresco ou refrigerado, transacionado em lota, atingiu 144 654 toneladas no valor de 253 148 mil euros, correspondendo a um preço médio de 1,70 €/kg. São 16 797 pescadores para um universo de cerca de 4527 embarcações licenciadas (8276 no total), das quais 53 pescam em águas longínquas. As Organizações de Produtores (OP) possuíam, em 2013, 1546 embarcações, correspondendo a 34,2% do total de embarcações licenciadas em Portugal.^{lxxv}

O sector da aquicultura produziu, em 2012, cerca de 10 mil toneladas de pescado, gerando uma receita de 53 659 mil euros. As espécies predominantes foram o pregado e as amêijoas que, no seu conjunto, representaram 69% da produção em águas salobras e marinhas. No ano em causa, estavam licenciados 1492 estabelecimentos.

Em 2013, a produção de sal marinho foi de 91 mil toneladas (correspondendo a uma produção média anual por salina de 2173 toneladas).^{lxxvi}

Em 2012, a indústria transformadora da pesca e aquicultura apresentou uma produção de 212 mil toneladas. O valor das vendas atingiu 784 milhões de euros, sendo que aproximadamente 62% da produção foi escoada para o mercado interno. Relativamente à estrutura da produção, em 2012, os “congelados” continuaram a ser o grupo mais representativo (49,9%), seguindo-se os “secos e salgados” (29,0%) e as “preparações e conservas” (21,1 %).

Portugal exportou, em 2013, mais de 830 milhões de euros em produtos da pesca e o saldo da balança comercial dos produtos da pesca registou uma melhoria que resulta do efeito conjugado da diminuição das importações e do aumento das exportações. Mesmo assim, em 2013, o saldo negativo global foi ainda de 641 milhões de euros e a taxa de cobertura foi 56,4%.

O principal grupo de produtos responsável pelo aumento global registado nas exportações no ano de 2013, com um acréscimo de 26,1%, foi o dos “peixes congelados exceto filetes”. Espanha continuou a ser o principal mercado de destino dos produtos da pesca nacionais, exceto nos “peixes secos, salgados e fumados”, nas “preparações e conservas de peixe” e nos “crustáceos, moluscos em conserva” em que esse lugar foi ocupado, respetivamente, por Brasil, França e Estados Unidos. Destaca-se o contributo do sector conserveiro para a melhoria sustentada do saldo da balança comercial, verificando-se que o valor das exportações de conservas, óleos e farinhas de peixe, crustáceos e moluscos aumentou para 207 milhões de euros no final de 2012. A maior parte das importações refere-se a bacalhau, num montante que ultrapassa os 407 milhões de euros por ano.

As importações de “produtos da pesca ou relacionados com esta atividade” atingiram um valor de 1471 milhões de euros em 2013. O principal grupo de produtos importados continuou a ser os “Peixes congelados exceto filetes”, que concentraram 22,7% do valor global das importações. Nesse ano, Espanha permaneceu como o principal fornecedor de “produtos da pesca”, exceto no que respeita aos “peixes secos, salgados e fumados”, em que o primeiro lugar foi ocupado, em termos estatísticos, pela Suécia.

O total das possibilidades de pesca atribuídas a Portugal aumentou 3,5% em 2013. Para esta tendência concorreram os aumentos verificados nas quotas de bacalhau (+49,0%), de cantarilhos (15,8%), de pescada (+15,0%), de verdelho (+13,0%), de peixe-espada preto (7,0%) e de carapaus (3,4%).



Portugal detém um posicionamento estratégico no cruzamento das principais rotas de tráfego marítimo norte-sul e este-oeste. Por sua vez, a aposta da Europa no desenvolvimento de sistemas de transportes não poluentes e de baixo nível de emissão de carbono incentiva a transferência do tráfego de mercadorias para os modos ferroviário, marítimo e fluvial, promovendo o transporte marítimo de curta distância e a dinamização das autoestradas do mar, potenciando o desenvolvimento do sector marítimo-portuário. Na reparação e manutenção naval, Portugal continua a ser um país com relevo internacional, que pode ser relançado com o incremento da economia do mar.

Os cruzeiros de turismo, no curto prazo, têm um significativo potencial de crescimento em Portugal. O turismo litoral (Sol e Mar), associado a atividades náuticas pode ter um incremento muito forte nos próximos anos. As atividades de animação ambiental, em particular a observação de cetáceos e de outras espécies marinhas, têm vindo a crescer. Em paralelo, a projeção dos desportos náuticos torna o nosso país referência mundial em modalidades como o *surf*, a vela e a canoagem.

Finalmente, refira-se ainda um processo-chave: a proposta de extensão da plataforma continental de Portugal, no âmbito da qual é reclamada uma área de extensão de cerca de 2,15MKm² o que, juntando à área já sob jurisdição de Portugal, resulta em cerca de 4MKm². Esta vasta área corresponde, por exemplo, a cerca de 40 vezes o território emerso (Portugal Continental e Arquipélagos da Madeira e Açores). Esta realidade significa que Portugal pode vir a tirar importantes benefícios, tais como:

- > **Projeção estratégica internacional:** a extensão da plataforma continental dará a Portugal a oportunidade de demonstrar, no plano internacional, conhecimento e capacidade científico-tecnológica no domínio dos oceanos e das ciências do mar;
- > **Equipamento e desenvolvimento científicos:** para a fundamentação da proposta de extensão, este projeto aplicou investimento em componentes inovadores de Investigação e Desenvolvimento (I&D); serão lançadas iniciativas ímpares ao nível da I&D, nomeadamente em áreas como a hidrografia, a geologia, a geofísica e o direito internacional, através da aposta no reforço do corpo científico nacional e na integração de jovens investigadores no projeto;

- > **Impactes socioeconómicos:** da concretização deste objetivo resultarão importantes benefícios potenciais ao nível da economia, biotecnologia e saúde;
- > **Legado futuro:** este projeto permitirá a Portugal assumir-se cada vez mais como uma importante nação marítima europeia, constituindo, ao mesmo tempo, um legado para as gerações futuras que poderão vir a usufruir e a explorar este vasto espaço marítimo.

Avizinham-se, assim, grandes desafios e oportunidades relacionadas com o ambiente marinho em geral e com o projeto de extensão da plataforma continental em particular. Resta-nos tomar proveito de todos os dados e conhecimento a eles associados por forma a dar continuidade ao esforço já feito e, deste modo, maximizar o valor que dele se possa extrair.

No pilar Mar foram identificadas sete iniciativas.

Quadro 12: Iniciativas Mar

Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
MAR 1	Estabelecer novas áreas marinhas protegidas, garantindo a exploração sustentável dos recursos marinhos	» Até 2020, ter classificada uma área aproximada de 10% do mar português	E: Diretiva-Quadro "Estratégia Marinha" (DQEM) PFA: DGRM, DGE	Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Turismo; Promoção internacional; I&D&I
MAR 2	Reforçar a capacidade competitiva dos portos para captar o tráfego que circula na Zona Económica Exclusiva (ZEE) e colocar Portugal na rota de ligação da Europa com o mundo	» Aumentar o número de TEU movimentadas nos portos portugueses » Aumentar o número de turistas de cruzeiro que escalam os portos nacionais	E: Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas - Horizonte 2014-2020 (PETI3+) PFA: IMT, Turismo de Portugal	Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Turismo; Promoção internacional



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
MAR 3	Incentivar a utilização de transportes marítimos (navios e embarcações) movidos a combustíveis menos poluentes	» Redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e partículas dos transportes marítimos	E: Diretiva 2012/33/UE PFA: APA, DGEG, IMT	Energia e clima; Mobilidade e transportes; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas
MAR 4	Dinamizar a transferência do transporte de mercadorias para a via marítima	» Aumentar a percentagem de mercadorias transportadas por via marítima » Aumentar o número de TEU movimentadas nos portos portugueses	E: Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI3+) PFA: IMT	Energia e clima; Mobilidade e transportes; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território
MAR 5	Implementar novas técnicas e processos mais amigos do ambiente nas atividades que impactam diretamente as espécies e os ecossistemas marinhos, minimizando e mitigando impactos negativos	» Até 2020, as populações de organismos marinhos aquáticos serem geridas de modo sustentável, de acordo com os parâmetros da DQEM » Eliminar progressivamente as rejeições, em conformidade com a Política Comum das Pescas (PCP), e reduzir as capturas indesejadas de forma a que, em 2023, não representem mais de 17% do pescado capturado em qualquer pescaria	E: Diretiva-Quadro Estratégia Marinha” (DQEM); Política Comum das Pescas (PCP) PFA: DGRM	Mobilidade e transportes; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Turismo; I&D&I
MAR 6	Valorizar o posicionamento costeiro das principais cidades portuguesas para reforçar a atratividade económica e o dinamismo turístico, desportivo, cultural e comercial	» Aumentar o número de pontos de acesso à água » Aumentar o número de centros náuticos envolvidos no desporto escolar » Manter o número de eventos internacionais ligados à náutica em Portugal	E: Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM) e respetivo Plano Mar-Portugal (PMP); Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT 2013-2015) PFA: DGPM	Cidades e território; Turismo; Promoção internacional
MAR 7	Desenvolver o turismo náutico nos segmentos da náutica de recreio e do <i>surfing</i> , qualificando as infraestruturas para responder a uma procura crescente e dinamizando as atividades conexas	» Aumentar o número de projetos de turismo náutico » Aumentar o emprego criado pelo turismo náutico » Aumentar o volume de negócios do turismo náutico	E: PENT 2013-2015 PFA: Turismo de Portugal	Cidades e território; Turismo; Promoção internacional



3.10 Turismo

Portugal possui, quando comparado com outros países europeus, um clima ameno e uma grande riqueza em património natural, histórico e cultural. Uma costa, em Portugal continental, com mais de 800 km, e elevada diversidade de paisagens a curta distância, consequência da sua localização e características biofísicas, consubstanciada pela presença do homem desde tempos imemoriais, constituem um fator diferenciador importante do território e, por essa via, de afirmação de identidade a nível europeu e mundial. Por outro lado, é ainda importante salientar a existência de boas acessibilidades e de infraestruturas modernas, a hospitalidade dos portugueses e os níveis de segurança elevados.^{lxxvii}

O turismo internacional a nível mundial, segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), atingiu um marco histórico em 2013, com crescimentos de 5% no número de turistas que viajaram para o estrangeiro, situando-se em 1087 mil milhões, mas também nas receitas geradas que totalizaram 873 mil milhões de euros. Estes são resultados atingidos num contexto de incerteza económica onde o sector, após uma ligeira quebra em 2009, retomou rapidamente o crescimento. O crescimento contínuo do turismo e a sua abrangência territorial apelam a uma maior responsabilidade, para garantir que se aproveitam os benefícios decorrentes desta atividade e se mitigam possíveis impactes negativos sobre as comunidades e o meio ambiente.

Ao longo dos anos, o turismo tem sido um dos sectores mais relevantes para o desempenho da economia nacional e, nos últimos anos, tem-se demonstrado essencial para a retoma do País. No contexto mundial, Portugal é um dos principais destinos turísticos e, num conjunto de 140 países, **Portugal ocupa o 20.º lugar no *Travel & Tourism Competitiveness Index 2013***.^{lxxviii}

O desempenho do turismo em Portugal, em 2013, foi superior ao verificado internacionalmente e ao dos seus mais diretos competidores, com ganhos de quota. Atingiu-se um valor total de 14,4 milhões de hóspedes, o que representa um crescimento de 4,2% face ao ano anterior, e de 41,7 milhões de dormidas, 5,2% acima do verificado em 2012^{lxxix}. Nesse mesmo ano de 2013, existiam aproximadamente 300 mil camas em Portugal. Com base na Balança de Pagamentos do Banco de Portugal, verifica-se que as receitas do turismo atingiram os 9,25 mil milhões de euros, representando um crescimento de 7,5% face ao ano anterior, com o saldo da balança



turística a crescer 8,3%. Ainda de acordo com o Banco de Portugal, em 2013, o peso do turismo nas exportações ascendeu a 14%.

A grande maioria dos turistas que pernoitam em Portugal são oriundos da Europa, com especial destaque para o Reino Unido, Espanha, Alemanha e França. Algarve, Lisboa e Madeira representaram as principais regiões de destino (74% das dormidas anuais).^{lxxx}

O turismo é um sector prioritário para a economia portuguesa, tendo representado, em 2013, 1,9 mil milhões de euros de proveitos totais da hotelaria que se traduziram num crescimento homólogo de 6,2%^{lxxxi}, sendo assim determinante na estrutura de emprego e na capacidade de exportação, e contribuindo positivamente para a balança de transações correntes. De salientar ainda o seu efeito multiplicador noutros sectores de atividade económica, com particular destaque nos transportes, nas agroindústrias, nas indústrias culturais e criativas, no têxtil, no calçado, entre muitos outros.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) 2013-2015 prioriza dez produtos, a saber: (1) sol e mar, (2) golfe, (3) turismo náutico, (4) turismo de natureza, (5) turismo residencial, (6) turismo de saúde, (7) circuitos turísticos religiosos e culturais, (8) turismo de negócios, (9) estadias de curta duração em cidades e (10) gastronomia e vinhos.^{lxxxii}

O sucesso de qualquer um dos produtos depende da diferenciação da oferta e da capacidade de implementar um modelo competitivo que passe por decisões de eficiência, inovação, capacitação de recursos humanos e preservação do património, nas várias vertentes.

O desafio para Portugal consiste em desenvolver uma oferta inovadora e sustentável. Neste âmbito, é **importante evidenciar o Turismo de Natureza cuja procura tem vindo a crescer de forma sustentada, esperando-se que atinja os 43,3 milhões de viagens, em 2015, a nível mundial.** Em Portugal, antecipa-se para este produto um crescimento anual de 5% nos próximos anos. Os principais mercados emissores são a Alemanha e a Holanda, representando respetivamente 25% e 21%.^{lxxxiii}

Um turista cuja motivação principal é a natureza procura a tranquilidade, o repouso e a autenticidade e realiza múltiplas atividades culturais, desportivas e de lazer,

tais como montanhismo, escalada, passeios a pé, de bicicleta, a cavalo ou de barco, assim como observação de aves e de outra fauna ou flora. A aposta neste tipo de produto, quer na sua vertente de alojamento, quer na sua vertente de animação turística, exige uma melhor estruturação da oferta e a valorização económica e social do património natural, permitindo a sustentabilidade da fruição pública das áreas classificadas e outras áreas de valor natural elevado. Apesar do aumento das viagens representarem um aumento do consumo de energia, o Turismo tem também potencial para contribuir para o crescimento verde envolvendo melhorias de eficiência energética, na utilização da água e nos sistemas de resíduos, reforçando o potencial do emprego local e aproveitando as oportunidades da cultura local e do ambiente natural.

No sector Turismo foram identificadas sete iniciativas.

Quadro 13: Iniciativas Turismo

Refª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
TUR 1	Posicionar Portugal como um destino turístico mundial de referência no cumprimento dos princípios do desenvolvimento sustentável, suportado em características distintivas e inovadoras do País	» Melhoria da posição em <i>rankings</i> diversos ligados a estas temáticas	E: PENT; Iniciativa MAOTE PFA: Turismo de Portugal	Água; Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Promoção internacional; Informação e participação
TUR 2	Replicação de processos que, através do reconhecimento da mais-valia de recursos naturais, procurem validação e quadro de referência internacional independente, promovendo a atratividade turística do País (exemplo: replicação de processos de geoturismo, turismo ecológico e científico com potencial de integração na Rede Europeia de Geoparques da UNESCO)	» Aumento do número de Geoparques nacionais integrados na Rede Europeia de Geoparques da UNESCO » Aumento do número de Reservas da Biosfera nacionais integradas na Rede Europeia da UNESCO » Aumento do número de visitantes de: Geoparques, Reservas da Biosfera	E: Iniciativa MAOTE PFA: Turismo de Portugal	Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Mar; Promoção internacional; Informação e participação



Ref ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para
TUR 3	Estruturar e aumentar a oferta de turismo de natureza, melhorando as condições de visitação e a formação dos recursos humanos	» Aumento do número de projetos de turismo de natureza » Aumento do emprego criado pelo turismo de natureza » Aumento do volume de negócios do turismo de natureza	E: PENT PFA: Turismo de Portugal, ICNF	Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Cidades e território; Mar; Promoção internacional; Informação e participação
TUR 4	Desenvolver e implementar marcas de serviços destinadas a distinguir os estabelecimentos de hotelaria e restauração que cumpram critérios de sustentabilidade	» Aumento do número de estabelecimentos distinguidos » Aumento anual do volume de negócios dos estabelecimentos distinguidos	E: PENT; Iniciativa MAOTE; Roteiro para a Eco-inovação em Portugal PFA: Turismo de Portugal	Água; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Informação e participação
TUR 5	Melhoria da qualidade ambiental dos empreendimentos turísticos	» Aumento do número de empreendimentos turísticos que na nova portaria de classificação preencham os critérios de sustentabilidade	EE: Iniciativa SET PFA: Turismo de Portugal	Água; Resíduos; Energia e clima; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas
TUR 6	Aposta na recuperação dos monumentos e edifícios classificados e sua integração nos roteiros turísticos	» Aumento do número de monumentos e edifícios classificados recuperados e integrados em roteiros turísticos	E: Iniciativa MAOTE PFA: Turismo de Portugal	Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Promoção internacional; Informação e participação
TUR 7	Promover a oferta de serviços no âmbito do Turismo Azul, em particular ligados ao mergulho e à observação de espécies	» Aumento do número de turistas/clientes envolvidos » Aumento do número de agentes de animação turística a trabalhar como operadores marítimo-turísticos (através do Regime Nacional de Agentes de Animação Turística - RNAAT)	E: Madeira 2020 – Estratégia Regional de Especialização Inteligente; Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores; Decreto-Lei n.º 9/2006, de 1 de junho PFA: Turismo de Portugal	Mobilidade e transportes; Biodiversidade e serviços dos ecossistemas; Mar; Promoção internacional

CATALISADORES DO CRESCIMENTO VERDE





O CCV, para além das iniciativas sectoriais anteriores, propõe também o desenvolvimento de iniciativas transversais que sejam catalisadoras em seis domínios:

- > Financiamento;
- > Promoção internacional;
- > Fiscalidade;
- > Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I);
- > Informação e participação;
- > Contratação pública.

4.1 FINANCIAMENTO

A existência de instrumentos de financiamento adequados assume um papel crucial na construção de soluções resilientes capazes de dar resposta aos desafios na base do processo estratégico associado a este Compromisso, com o qual o nosso país pretende concretizar uma visão pós-Programa de Assistência Económica e Financeira, fomentando um novo ciclo de reformas estruturais, investimentos seletivos e produtivos em áreas estratégicas e promovendo, de uma forma sustentável, o crescimento e o emprego.

O sustentáculo financeiro indispensável à concretização dos ambiciosos objetivos do CCV poderá ser encontrado no quadro de programação Portugal 2020 e nos fundos nacionais ambientais, mas também noutras fontes, entre as quais se destaca o Plano de Investimento para a Europa ou “Plano Juncker”^[xxxiv], como também é comumente designado. Trata-se de uma iniciativa do Presidente da Comissão Europeia, fundada na convicção de que a Europa precisa de um plano de investimento capaz de impulsionar a recuperação económica, a criação de emprego, o crescimento de longo prazo e a competitividade. Para o conseguir, o Plano propõe um conjunto de novos instrumentos financeiros e também um mais eficaz e eficiente aproveitamento de mecanismos de financiamento já existentes, procurando utilizar produtivamente as poupanças e a liquidez financeira para suprir as necessidades de financiamento de projetos economicamente viáveis.

A sintonia entre o Plano Juncker e o CCV sobressai quer na intenção de apoio a investimentos em vários domínios estratégicos (infraestruturas, nomeadamente redes de banda larga e redes de energia; infraestruturas de transporte; centros industriais; educação, investigação e inovação; energias renováveis e eficiência energética) quer no alinhamento com um modelo de crescimento económico sustentável e inclusivo.

Portugal 2020 – Catalisador do crescimento verde

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)^{lxxxv} para o período de 2014-2020 serão determinantes para a reorientação da trajetória de desenvolvimento de Portugal, no quadro de uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Num contexto de grande restrição do investimento nacional, estes fundos são um mecanismo decisivo no reforço das condições de competitividade e de sustentabilidade da economia portuguesa. A sua utilização deve envolver uma verdadeira alteração de paradigma: da infraestruturização para a gestão eficiente das infraestruturas e para a competitividade da economia; do apoio a fundo perdido para o apoio reembolsável, capaz de atingir um leque mais alargado de entidades, empresas e cidadãos; da economia linear, que faz depender a competitividade e a produtividade da utilização de recursos, à economia circular que remunera a utilização eficiente de recursos.

Neste quadro, volta a ser criado um Programa Nacional Temático dedicado ao Ambiente – o PO SEUR^{lxxxvi} – que pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020^{lxxxvii}, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos.

O desempenho de Portugal neste domínio apresenta progressos relevantes, para os quais o contributo dos fundos comunitários tem sido decisivo. Todavia, apesar dos investimentos já realizados, torna-se necessário enfrentar **ainda alguns desafios** decorrentes da elevada intensidade energética da economia portuguesa, de ineficiências na utilização e gestão de recursos, de vulnerabilidades face a diversos riscos naturais e tecnológicos e de debilidades na proteção dos valores ambientais.



A abordagem para responder a tais constrangimentos estrutura-se em três vetores que serão basilares para a mobilização dos fundos comunitários do próximo ciclo:

- > Na **transição para uma economia de baixo carbono**, focada na promoção da eficiência energética, em especial, na redução de consumos energéticos na administração pública e na promoção de eficiência energética no sector dos transportes, empresas e edifícios residenciais;
- > Na **adaptação às alterações climáticas e na prevenção e gestão de riscos**, com enfoque para a erosão costeira e combate aos incêndios florestais;
- > E na **proteção do ambiente e promoção da eficiência de recursos**, assentes na operacionalização das estratégias para o sector dos resíduos (PERSU 2020), para o sector das águas (PENSAAR 2020), para a biodiversidade e para os passivos ambientais.

O Quadro Estratégico da Política Climática (QEPiC), que inclui o Programa Nacional para Alterações Climáticas (PNAC) 2020/2030 e a segunda fase da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), e a estratégia plasmada nos Planos Nacionais de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e para as Energias Renováveis (PNAER), elencam, entre outros, como desafios, a redução significativa das emissões de GEE, num quadro de sustentabilidade e baixo carbono, o aumento da eficiência energética e o uso eficiente dos recursos, e o aumento da competitividade da economia, através da **redução dos consumos e custos associados ao funcionamento das empresas e do sector público e dos custos de energia no consumo doméstico**.

Em linha com esta estratégia, e para além da promoção da eficiência energética nas empresas e na administração pública local, que será financiada pelos programas operacionais regionais com fundos estruturais, prevê-se que o PO SEUR venha a acelerar, através do Fundo de Coesão, a redução de consumos energéticos na administração pública central (para a qual existe um objetivo específico de redução de 30% - ECO.AP^{lxxxviii}), com uma dotação de cerca de 200 M€, e a promoção da

eficiência energética ao nível dos edifícios residenciais, igualmente com cerca de 200 M€. Estes investimentos serão realizados em articulação com o apoio de cerca de 500 M€ de fundos estruturais para a regeneração urbana.

Por seu turno, no domínio da promoção da mobilidade sustentável e da eficiência energética no sector dos transportes, os cerca de 100 M€ de Fundo de Coesão alocados apoiarão políticas de mobilidade sustentável que incluem medidas a aplicar desde logo à administração pública, induzindo comportamentos e uma alteração de paradigma, com consideráveis ganhos de eficiência.

Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas, sendo indispensáveis respostas transversais, sectoriais e territoriais, de acordo com o que é previsto na ENAAC^{lxxxix}. O próximo ciclo de financiamento concentrar-se-á no reforço da resiliência do território nacional através de duas prioridades de investimento inter-relacionadas: uma primeira que se refere à adaptação às alterações climáticas e uma segunda que se foca na prevenção e gestão de riscos específicos, sejam naturais (erosão, inundações, tempestades e seca, sismos) ou ligados à atividade humana (tecnológicos).

A proteção do litoral é assumida como a principal prioridade de intervenção neste domínio, com uma alocação de 200 M€. Face à dimensão do problema e ao seu carácter sistémico, onde se conjugam fenómenos naturais e influências humanas, é necessário continuar a investir, de forma cada vez mais inteligente, eficiente e resiliente, numa perspetiva de gestão integrada e de prossecução de uma estratégia de adaptação planeada, podendo mesmo ser ponderadas novas opções como, por exemplo, o recuo planeado da ocupação de determinados troços de costa em risco, em articulação com adequados enquadramentos institucionais e financeiros. Do ponto de vista das prioridades, Portugal deverá implementar uma política de gestão sistémica de sedimentos que tenda a repor o ciclo sedimentar natural, reduzindo a erosão de forma mais estrutural.

Também a prevenção e combate a incêndios florestais de forma adequada, através da alocação de cerca de 50 M€ ao reforço de meios aéreos próprios, se revela imprescindível para garantir a eficácia e eficiência do ataque ampliado em terrenos inacessíveis, com descarga de elevadas quantidades de retardantes e apoio ao sistema de comunicações em zonas muito acidentadas e coordenação global das



operações, visando a redução da superfície percorrida por incêndios florestais para valores equiparáveis à média dos países da bacia mediterrânica.

No domínio da gestão de resíduos urbanos e em linha com o PERSU 2020, no próximo período de programação prevê-se que os investimentos, com uma alocação na ordem dos 300 M€ de Fundo de Coesão, se concentrem em infraestruturas e equipamentos de valorização orgânica (TMB e centrais de valorização orgânica) e material (TM, estações de triagem, ecopontos e ecocentros) dos resíduos, de modo a garantir o cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2020, que impõem a preparação para reutilização e reciclagem mínima de 50% dos resíduos urbanos e uma redução para 35% dos resíduos urbanos biodegradáveis depositados em aterro.

A gestão dos recursos hídricos, incluindo o uso e a gestão dos solos que afetam tanto a qualidade como a quantidade da água disponível, exigem uma coordenação com as medidas de ordenamento do território e uma integração nas prioridades de financiamento, que assim surge com uma alocação de quase 634 M€ de verbas do Fundo de Coesão que, combinadas com as de outras fontes (v.g. BEI – Banco Europeu de Investimento), permitirão investimentos na ordem dos 3000 M€ em ações no âmbito do “PENSAAR 2020”. A nova estratégia deixa de estar centrada na realização de infraestruturas para aumento da cobertura e focaliza-se agora na gestão dos ativos, no seu funcionamento e na qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente. Esta nova estratégia requer uma nova conceção e uso de subsídios, nomeadamente financiando a fundo perdido as situações que asseguram o cumprimento do normativo e alavancando através de instrumentos financeiros (empréstimos reembolsáveis e garantias) os investimentos nas que promovem ganhos de eficiência.

No domínio da biodiversidade e serviços dos ecossistemas, impõe-se a melhoria do estado de conservação de espécies e habitats, mas também a colmatação de lacunas e a atualização do conhecimento sobre o património natural e a biodiversidade, tal como a sua integração em sistemas de informação e de monitorização, suportes essenciais para o desenvolvimento de ações de conservação e gestão.

Este quadro financeiro proporciona, ainda, uma importante aposta nas intervenções de reabilitação e regeneração urbanas nas áreas carenciadas, nas áreas industriais abandonadas, na habitação social e nos edifícios públicos, atingindo cerca

de 600 milhões de euros (que poderão ser maximizados por interação com outras fontes de financiamento). Se associados às intervenções de eficiência energética na habitação, estamos perante praticamente 1000 milhões de euros de intervenções de requalificação do edificado.

Tendo em vista o apoio a projetos financeira e economicamente viáveis, mas que não obtêm financiamento suficiente por parte das fontes de mercado, a oferta de mecanismos de engenharia financeira apoiados pelos fundos do domínio SEUR - Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (alocados tanto ao PO SEUR como aos programas operacionais regionais) poderá desenvolver-se sob a forma de instrumentos financeiros de dívida (empréstimos e titularização/securitização de créditos), que podem ser combinados, no seio da mesma operação, por exemplo com apoio técnico ou taxas de juro bonificadas.

A mobilização de instrumentos financeiros insere-se nas novas diretrizes da Política Regional Europeia que relevam o seu potencial na maximização do efeito dos FEEI, em virtude da sua capacidade para combinar diferentes formas de recursos públicos e privados em prol dos objetivos de política pública, bem como à sua capacidade de assegurar um fluxo renovável de meios financeiros para investimentos estratégicos, apoiando investimentos sustentáveis de longo prazo e reforçando o potencial de crescimento da União.

Em traços gerais, os Instrumentos Financeiros devem permitir captar mais recursos financeiros e aumentar o impacto dos programas; obter ganhos de eficiência e eficácia devido à natureza reembolsável dos fundos, que cobrem áreas específicas dos programas para uso futuro em objetivos semelhantes; melhorar a qualidade de projetos, por via de exigências acrescidas relativamente à sua sustentabilidade e capacidade de gerar retorno financeiro; e melhorar o acesso a um espectro mais amplo de instrumentos financeiros para a execução das políticas e um maior envolvimento do sector privado.

Reorientar para o crescimento verde os fundos nacionais ambientais e promover a sua gestão integrada

Tendo presente que, num contexto de escassez de meios financeiros públicos para o apoio da economia, o recurso a soluções suportadas por instrumentos financeiros



permite alcançar um efeito multiplicador e correspondente incremento da capacidade de atuação, através da conjugação com recursos privados, prevê-se igualmente uma reestruturação dos fundos nacionais ambientais e a sua reorientação para o crescimento verde, de modo a configurarem linhas de financiamento complementar das previstas ao nível da programação operacional, destinadas a apoiar prioridades de investimento sem elegibilidade nos FEEI, em domínios mais diretamente associados com aquela temática, nomeadamente: (1) eficiência energética, (2) gestão eficiente da água, dos recursos biológicos e dos resíduos, (3) resiliência e baixo carbono e (4) eco-inovação.

Com a articulação e reorientação para o crescimento verde dos diversos fundos nacionais ambientais, e o seu alinhamento com o financiamento no âmbito do Portugal 2020, do qual cerca de 1000 milhões de euros é reembolsável e o restante é subvenção não reembolsável, procura-se concentrar sob um mesmo enquadramento estratégico e operacional um volume de financiamento muito significativo e com forte impacte catalisador.

4.2 PROMOÇÃO INTERNACIONAL

A ambição de posicionar Portugal como referência global em crescimento verde requer atuações a múltiplos níveis, por exemplo em termos da internacionalização de empresas e sectores “verdes”, do aumento da exportação de produtos e serviços associados, da promoção de Portugal nos mercados externos mais relevantes face ao perfil em causa e ainda atuações ao nível da promoção da “marca Portugal”, associando-a a valores “verdes”.

Portugal apresenta um conjunto de recursos e oportunidades associadas ao crescimento verde, que podem ser potenciadas e promovidas para atrair investimento. No atual momento de mudança política e económica - enfoque no desenvolvimento - existe a oportunidade de afirmação externa do País, transmitindo confiança em torno de reformas estruturais e investimento seletivo nas áreas do crescimento verde.

Desenhar e implementar um plano estratégico de ação externa do Compromisso para o Crescimento Verde

Este plano estará focado na interligação com as principais instituições internacionais e movimentos semelhantes aos do CCV noutros países, regiões e macro-regiões.

Visa assegurar uma presença efetiva nos fóruns económicos e políticos e o posicionamento de Portugal como país líder deste renovado modelo de desenvolvimento a nível internacional, fomentando parcerias internacionais, captando investimento de qualidade, e retendo, criando e atraindo talentos.

Ambiciona ainda contribuir para tornar o CCV uma referência de política pública global, partilhando melhores práticas e desenvolvendo projetos em comum com outros países e entidades supra-nacionais.

Criar campanha para posicionar Portugal como referência global em crescimento verde

Tendo em conta as vantagens nacionais em matéria de crescimento verde, esta iniciativa, associada à marca Portugal (numa perspetiva de “*nation branding*”), visa desenvolver um conceito de comunicação que projete Portugal como líder mundial no crescimento verde com os objetivos de:

- > Contribuir para a internacionalização de empresas e sectores;
- > Reforçar a atratividade nacional, especialmente nos domínios e sectores mais associados ao crescimento verde;
- > Aumentar a notoriedade positiva do País e projetar uma imagem externa mais sustentável;
- > Criar um quadro integrado de comunicação e promoção estratégica que articule de forma eficaz diversos instrumentos, nomeadamente: portal de internet; vídeos de promoção e inspiração; ações de diplomacia económica; materiais de comunicação e promoção; portfólio de investimento; ferramenta informática de inteligência económica; parcerias estratégicas; entre outros.



De referir que esta abordagem, mais no âmbito da promoção e comunicação, contribui para a internacionalização da “economia verde” portuguesa, sendo complementar a outros instrumentos e investimentos.

4.3 FISCALIDADE

A fiscalidade verde deve funcionar como um estímulo à inovação e ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para conciliar a proteção do ambiente e o crescimento económico, e estar alinhada com os princípios gerais e com os objetivos que regem a política de ambiente, designadamente os identificados nas normas e orientações nacionais e da UE.

A fiscalidade verde deve também proporcionar incentivos à eficiência na utilização dos recursos, contribuindo para rentabilizar e preservar o capital natural, promovendo uma utilização justa e sustentável do solo, do território e do espaço urbano e introduzindo sinais que facilitem a transição tendencial para uma economia de baixo carbono.

Implementar a Reforma da Fiscalidade Verde para reorientar a economia

O debate em torno da fiscalidade, nomeadamente da fiscalidade ambiental, tem conquistado importância no atual contexto de reformas estruturais de combate à crise económica e financeira e no contributo para a consolidação orçamental. A importância de uma relação inteligente entre política fiscal e política de ambiente tem como base a oportunidade de **ajustar o sistema fiscal a uma economia mais competitiva, inovadora, inclusiva, tendencialmente de baixo carbono, mais eficiente do ponto de vista energético e dos recursos e mais verde.**

A aplicação, a nível nacional, desta nova geração de políticas ambientais está em sintonia com as melhores práticas europeias neste domínio: políticas ambientais baseadas em instrumentos económicos que visam a internalização dos custos ambientais na economia e uma maior participação dos cidadãos nas políticas de sustentabilidade.

Em 2013, o valor dos impostos com relevância ambiental ascendeu a 4,49 mil milhões de euros, representando 7,7% do total das receitas de impostos e contribuições sociais coletado (9,3% em 2012), representando o valor mais baixo para o período

compreendido entre 2006 e 2013. Aquele valor representou uma variação de -10,7% face a 2012, enquanto as receitas fiscais e contribuições sociais aumentaram 8%. De acordo com a informação disponível para 2012, o peso destes impostos no total da receita fiscal, incluindo contribuições sociais, em Portugal, foi ligeiramente superior (6,7%) ao da média da UE (6,1%) (INE, 2014)^{xc}. Entre 2006 e 2011, verificou-se um reforço da predominância da fiscalidade sobre a energia e a poluição, com perda de importância da fiscalidade sobre os transportes. Apesar desta variação, verifica-se que, neste período, quase 3/4 das receitas resultaram da tributação sobre os veículos e os produtos energéticos^{xcj}. Em 2012 e 2013, a redução dos impostos com relevância ambiental deveu-se sobretudo à diminuição das receitas com impostos sobre a energia e sobre os transportes, dos quais o imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos e o imposto automóvel/ISV, respetivamente, são os mais relevantes (INE, 2014).^{xcii}

Em 2012, Portugal estava no 20.º lugar no ranking da UE27 no que respeita ao peso dos impostos com relevância ambiental no PIB, apresentando um valor de 2,2% do PIB, inferior à média da UE27 (2,4%). Em 1990, pelo contrário, situava-se nos lugares cimeiros deste ranking (quarto lugar). Esta evolução demonstra que **Portugal foi um dos países em que se verificou um maior declínio do peso da fiscalidade ambiental no PIB**^{xciii}. Portugal pode fazer mais pela fiscalidade ambiental, estimando-se, até 2016, um potencial de acréscimo de receitas com origem em taxas relacionadas com o Ambiente de cerca 2,2 mil milhões de euros, substituindo impostos sobre o trabalho e as empresas.^{xciv}

Neste âmbito, assumem-se como necessárias: a melhoria da eficiência na utilização de recursos, a redução da dependência energética do exterior e a indução de padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, reforçando a liberdade e responsabilidade dos cidadãos e das empresas. Assim sendo, é igualmente necessário assumir uma resposta estrutural para os problemas estruturais e, num contexto de ambição nos objetivos, de estabilidade nas políticas e de previsibilidade nos investimentos, é fundamental que todos se empenhem numa visão sustentável de futuro.

A reforma fiscal verde insere-se num objetivo mais abrangente de promoção de uma política fiscal mais alinhada com os objetivos de crescimento e de emprego. Esta reforma fiscal verde teve um pressuposto inquestionável: a neutralidade fiscal,



e um cenário de fundo: em que se tributa mais o que se polui e degrada e menos aquilo que se afigere e se produz.

Pela primeira vez, esta reforma aborda transversalmente todos os sectores e todos os recursos e, também pela primeira vez, avalia os impactos ambientais, económicos e sociais das opções tomadas.

A Fiscalidade Verde apresenta um triplo dividendo:

- > Proteger o ambiente e reduzir a dependência energética do exterior;
- > Fomentar o crescimento e o emprego, e;
- > Contribuir para a responsabilidade orçamental e para a redução dos desequilíbrios externos.

A Fiscalidade Verde lança incentivos aos veículos elétricos, híbridos *plug-in* e movidos a gás natural veicular; apoia projetos de conservação da natureza e de produção florestal, e assegura um método mais justo de atribuição da receita da derrama das empresas atendendo ao seu impacto no território. Promove uma mudança de paradigma de comportamento, dando aos cidadãos a oportunidade de, através de comportamentos mais eficientes, usarem os recursos de forma mais sustentável.

Com as medidas da Fiscalidade Verde, em 2015, a receita prevista (165 milhões de euros) será alocada, no montante de 17,5 milhões de euros, a benefícios e incentivos à mobilidade sustentável, à gestão florestal e à conservação da natureza. O valor remanescente, de 148 milhões de euros, financiará, na prática, o desagravamento do IRS, no âmbito do quociente familiar.

Com a reforma da Fiscalidade Verde avança-se para uma taxa do carbono sobre os sectores não incluídos no comércio de emissões, para o aumento das taxas de ISV em função das emissões de CO₂ nos veículos, para a tributação dos sacos plásticos leves e para a penalização da deposição de resíduos em aterro.

Esta reforma é autónoma e a neutralidade fiscal terá de ser concretizada todos os anos. De futuro, a estratégia anual de reciclagem da receita gerada a partir da Fiscalidade Verde deverá contribuir não apenas, como em 2015, para o desagravamento

dos impostos sobre o rendimento do trabalho e das famílias, mas também para a atribuição de créditos fiscais às empresas em investimentos em eficiência energética. O aumento líquido da receita tem de ser utilizado para diminuir outros impostos, nomeadamente, sobre o rendimento.

Assente no pressuposto de que é impossível promover e monitorizar uma reforma desta natureza sem recurso a modelos rigorosos de simulação e avaliação do impacto económico-financeiro e ambiental das medidas propostas, a Comissão procedeu à identificação de modelos utilizados por entidades diversas e à avaliação da sua adequação aos trabalhos a desenvolver, tendo-se considerado os modelos TIMES, DGEP, MODEM e GEM.³

Os objetivos da Reforma Fiscal Verde são:

- Penalizar mais o que se polui e degrada, para desagravar o trabalho e as famílias;
- Reduzir a dependência energética do exterior;
- Induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, reforçando a liberdade e responsabilidade dos cidadãos e das empresas;
- Promover a eficiência na utilização de recursos, nomeadamente, água, energia e materiais;
- Fomentar o empreendedorismo e a criação de emprego;
- Diversificar fontes de receita, num contexto de neutralidade do sistema fiscal e de competitividade económica.

³(i) Modelo TIMES - Modelo tecnológico de otimização linear, que resulta da implementação para Portugal do gerador de modelos de otimização de economia - energia - ambiente de base tecnológica TIMES desenvolvido pelo *Energy Technology Systems Analysis Programme* da Agência Internacional para a Energia. (ii) Modelo DGEP - Modelo que incorpora um comportamento de otimização totalmente dinâmico, bem como o crescimento endógeno e a modelação detalhada de atividades do sector público, tanto ao nível das receitas como dos gastos de consumo e de investimento; (iii) Modelo MODEM - Modelo que assenta no pressuposto de que a produção é determinada pela procura final que lhe é dirigida, sendo exógenas todas as componentes da procura final com exceção do consumo privado, que é determinado pelo rendimento disponível dos particulares, por seu turno resultante do nível da atividade económica combinado com variáveis fiscais; (iv) Modelo GEM - Modelo estático de equilíbrio geral, que é uma representação matemática de todo o sistema económico. Este modelo foi muito útil para simular políticas energéticas e ambientais, uma vez que considera a interação de múltiplos agentes económicos em todos os mercados, sujeitos a restrições comportamentais e institucionais, o que permitiu representar as mudanças estruturais de políticas e choques externos.



Destacam-se as medidas seguintes desta reforma:

- > **Taxa de Carbono:** incidirá sobre os setores não incluídos no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE); o valor da taxa anual está indexada à cotação de carbono do ano anterior, refletindo a média aritmética do preço dos leilões do CELE - receita fiscal de 95 milhões de euros;
- > **ISV:** agravamento das taxas nos veículos a gasolina e gasóleo em função das emissões de CO₂ - receita fiscal de 28 milhões de euros;
- > **Transportes públicos:** majoração, para efeitos fiscais, do custo com eletricidade, Gás Natural Veicular (GNV) e Gases de Petróleo Liquefeito (GPL); em 130% no caso da eletricidade e em 120% no caso do GPL e do GNV, desde que utilizados em transportes públicos de passageiros e mercadorias;
- > **Carros elétricos, híbridos *plug-in*, GPL e GNV:** aumento dos montantes máximos de depreciações aceites como gasto fiscal e redução das taxas de tributação autónoma em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) - despesa fiscal de 8 milhões de euros;
- > **Viaturas elétricas, híbridas *plug-in*, GPL e GNV:** dedução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), aplicada às despesas na aquisição, fabrico ou importação, à locação e à transformação das viaturas - despesa fiscal de 1 milhão de euros;
- > **Criação de sistemas de *bike-sharing* e *car-sharing* nas empresas e aquisição de frotas de bicicletas:** majoração dos custos com os bens e serviços associados;
- > **Abate de veículos em fim de vida:** devolução de ISV ou atribuição de subsídio, mediante a compra de viatura elétrica ou híbrida *plug-in* nova - incentivo para veículos elétricos novos (4500 euros) e para híbridos *plug-in* (3250 euros);

- > **Sacos plásticos leves:** passam a estar sujeitos a uma taxa de 8 cêntimos, acrescida de IVA; é objetivo desta taxa motivar os cidadãos para a redução do consumo de sacos plásticos, com as seguintes metas: 50 sacos por pessoa, por ano, em 2015, e 35 sacos por pessoa, por ano, em 2016; parte da receita resultante servirá para reforçar o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade e financiar projetos nos municípios que integram áreas classificadas, nomeadamente através do programa NATURAL.PT – receita fiscal de 40 milhões de euros;
- > **Taxa de Gestão de Resíduos (TGR):** valor de referência de 5,5€/tonelada em 2015 e aumento progressivo até 11€/tonelada em 2020, visando desincentivar o depósito em aterro dos Resíduos Urbanos (RU) – receita fiscal adicional de 2,5 milhões de euros;
- > **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT):** redução em 50% da coleta de IMI nos prédios destinados à produção de energias renováveis e dos prédios rústicos integrados em áreas classificadas que proporcionem serviços de ecossistema; isenção de IMI nos prédios afetos ao abastecimento público de água, de saneamento e de gestão de RU detidos pelos Municípios; isenção de IMI e IMT dos prédios rústicos que correspondam a áreas florestais aderentes a Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) ou que estejam submetidas a planos de gestão florestal (note-se ainda a majoração em 30%, para efeitos de custos fiscais no IRS e IRC, das contribuições financeiras para o Fundo Comum das ZIF); redução de IMI nos prédios rústicos integrados na bolsa de terras;
- > **Derrama:** no caso do volume de negócios de uma empresa ser resultante, em mais de 50%, da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, a derrama pode ser atribuída ao respetivo Município.



4.4 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (I&D&I)

Os já aqui mencionados desafios que se colocam às nações a partir da interseção de várias tendências pesadas (alterações climáticas; transformações demográficas; urbanização; etc.), e o seu impacto esperado no incremento da escassez de recursos, são de uma enorme dimensão, e as questões (problemas e oportunidades) que levantam só podem ser resolvidas através de uma ambiciosa mistura de soluções. Não só são necessários acordos políticos globais e investimento muito significativo de suporte à adaptação e resposta das sociedades a estes desafios, como também são necessárias novas abordagens e pensamento inovador. Novas tecnologias menos exigentes em recursos devem ser difundidas, desenvolvidas e adotadas para que os desafios não se tornem de ainda mais difícil gestão.

Hoje, a I&D&I orientada para a sustentabilidade é uma característica das atividades diárias de muitas organizações. Realizar este tipo de atividades exige novas formas de pensar, bem como o envolvimento e atualização ativa de competências dos vários atores. Dos últimos dados disponíveis do Inquérito Comunitário à Inovação^{xcv} (2010) pode extrair-se que, em Portugal, do total de empresas com atividades de inovação tecnológica, 27,1% fizeram-no para reduzir o material e a energia usados por unidade produzida e 25,9% para reduzir o impacte ambiental^{x cvi}. É uma demonstração clara do potencial de inovação das empresas que operam no mercado nacional, com espaço para desenvolvimento na ótica do crescimento verde. Os atributos de sustentabilidade e o desempenho ambiental são, hoje, “bons negócios” para as empresas portuguesas, ainda mais para aquelas cujos produtos e tecnologia têm o reduzido impacte ambiental como parâmetro estratégico essencial.

No contexto do crescimento verde, a inovação consiste na criação de produtos (bens ou serviços) ou processos novos, não se restringindo apenas às tecnologias ambientais mas passando também pela alteração de modelos de negócio que incorporam o conceito de “sustentabilidade”. Estes modelos baseiam-se em novas formas, custo-eficientes e custo-eficazes, de utilizar a energia e os materiais nos produtos, processos de fabrico e cadeias de valor, possibilitando a utilização sustentável dos recursos naturais, e contribuindo para soluções ambientais globais, não orientadas apenas para os sintomas.^{x cvii}

Em Portugal, os incentivos e apoios a I&D&I para as empresas têm vindo a ser redirecionados para as tecnologias com maior maturidade tecnológica. A conjugação do investimento público com a iniciativa privada poderá, para além de dividir os custos associados, orientar a I&D&I, permitindo obter soluções para problemas específicos. Por outro lado, a criação de consórcios internacionais entre instituições de investigação também permitirá a repartição do investimento financeiro, ao mesmo tempo que potencia o acesso ao conhecimento e promove a internacionalização das tecnologias desenvolvidas^{xcviii}.

Uma das orientações estratégicas com impacte no crescimento verde passará pelo incentivo à criação de riqueza baseada em I&D&I, permitindo a criação de novas empresas com um consequente aumento de emprego, em particular emprego científico. Neste contexto, o modelo de financiamento acentuará a aproximação ao tecido produtivo e assumirá a definição de áreas estratégicas ou *clusters* por região. Adicionalmente, incluir-se-ão medidas de estímulo a atividades de pré-incubação de empresas no seio das instituições de I&D&I e em ambiente universitário, e à criação de consórcios (de empresas, universidades e laboratórios do Estado) orientados para sectores estratégicos para o crescimento verde.

É particularmente pertinente a clara articulação com o Diagnóstico do Sistema Nacional de Investigação e Inovação^{xcix} e as Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3)^c, as quais irão assentar opções-chave de investigação e inovação para o período 2014-2020. Sublinhe-se:

- As áreas de intervenção em comum com o CCV (designadas por áreas prioritárias na RIS3), tais como: Água e Ambiente; Agroalimentar; Floresta; Energia; Mobilidade, Espaço e Logística; Habitat; Economia do Mar; e Turismo);
- O alinhamento da visão subjacente às RIS3 com o crescimento verde: “Portugal deve consolidar ou fazer emergir a sua liderança na economia verde, na economia digital, e na economia azul através da utilização e desenvolvimento das vantagens adquiridas em tecnologias de informação e de comunicação e em novos materiais, e da exploração sustentável dos recursos



endógenos nomeadamente do Mar, Florestais, Minerais. Enfã-se será dada aos grandes desafios sociais como as alterações climáticas para mitigação dos riscos, a biodiversidade, a água, e o envelhecimento.”

Lançar um Roteiro para a Eco-inovação em Portugal que alimente prioridades nacionais de inovação

A eco-inovação constitui um dos principais pilares da transição para o crescimento verde. O roteiro para a Eco-inovação em Portugal será um instrumento estratégico para o crescimento verde em Portugal e para a promoção da competitividade e internacionalização da economia nacional. Este roteiro recebe, expande e operacionaliza as aprendizagens reunidas ao longo do projeto *ECOPOL - Public innovation partnership for better policies and instruments in support of eco-innovation*, terá um horizonte temporal de médio/longo prazo e incluirá metas finais e intermédias. Entre outras, o Roteiro abordará as seguintes dimensões: *drivers* de mercado; financiamento; ferramentas e competências; prioridades de I&D e informação técnica; internacionalização; e governança.

O respetivo desenho e implementação será feito numa lógica de colaboração multi-ministerial e de procura de uma base social de apoio alargada, partindo da procura de sinergias de atuação para fomento da eco-inovação enquadradas em três estratégias nacionais orientadas para a inovação, indústria e recursos: a ENEI^{ci}; a EFICE^{cii}; e o CCV. Articulará ainda com a programação nacional dos FEEI, no âmbito do Portugal 2020. O esforço para promover a eco-inovação incluirá a aposta na integração da componente ambiental no desenvolvimento tecnológico, estimulando as inovações que introduzam a abordagem mais completa relativamente a ganhos de eficiência para a sustentabilidade (minimização de consumo de recursos, desmaterialização da economia, melhoria da qualidade ambiental, etc.). Visa promover a utilização de técnicas e tecnologias que aumentem a produtividade e a competitividade, e integrem critérios de eficiência ambiental e económica que promovam a redução de impactes ambientais, o aumento da resiliência a pressões e a utilização mais consciente e eficiente dos recursos naturais.

Potenciar o desenvolvimento de tecnologias disruptivas - Disrupção Tecnológica e Desenvolvimento Sustentável

Há um conjunto de tecnologias potencialmente disruptivas^{ciii} com impactes a vários níveis, inclusivamente em termos de sustentabilidade, renovação dos padrões de industrialização e ligação ao crescimento verde, que podem ser exploradas e aceleradas. Neste contexto, a inovação pode incidir também sobre produtos (bens ou serviços) ou processos novos, não se restringindo apenas à tecnologia, apesar da sua importância central neste âmbito.

Por exemplo, tecnologias como a “Impressão 3D”⁴ podem provocar mudanças de fundo nas formas de produção, transporte e comercialização de bens e produtos, a médio e longo prazo. Podem revolucionar a forma de produzir e consumir, gerando novas oportunidades para criar emprego e riqueza, implicando ainda impactes significativos na organização dos territórios e suas bases económicas. Há quem veja nesta tecnologia uma ferramenta estratégica de renovação dos padrões de industrialização. Do ponto de vista da sustentabilidade, pode estar em causa a redução das necessidades globais de transporte de produtos (e consequente redução de emissões), para além de permitir utilizar as matérias-primas com maior eficiência, produtividade e criatividade.

No contexto do CCV, propõe-se o desenvolvimento da iniciativa “Disrupção Tecnológica e Desenvolvimento Sustentável”, que consiste na **criação de um enquadramento que incentive e financie o desenvolvimento de projetos de tecnologias disruptivas**, com impactes em termos de sustentabilidade, eficiência no uso dos recursos, reindustrialização e crescimento verde. O processo de desenvolvimento deste instrumento incluirá a organização de uma conferência internacional sobre o tema em Portugal e a elaboração de um estudo prospetivo e participado de enquadramento. De facto, numa lógica de políticas públicas prospetivas, Portugal pode tentar acelerar ou orientar a “direção” da disrupção rumo à “reindustrialização verde”, definindo instrumentos e incentivos que financiem projetos neste domínio. O desafio reside em dar visibilidade pública ao tema, disponibilizar instrumentos financeiros e promover a articulação de atores.

⁴ Envolve a criação de produtos através da deposição de camadas sucessivas de um material. Difere das técnicas predominantes na produção tradicional, que muitas vezes são subtrativas e implicam o corte, maquinagem ou moldagem de blocos de material na forma correta e a sua posterior montagem, colagem ou soldagem em produtos mais complexos. A impressão 3D pode reduzir drasticamente os custos (tanto monetários como ambientais) relacionados com a produção, embalagem, distribuição e transporte.



4.5 INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Quantificação da economia verde em Portugal

Aprofundamento da quantificação da economia verde em Portugal, desenvolvendo métricas e plataformas de conhecimento/sistemas de informação que permitam uma melhor aproximação à dimensão dos setores económicos verdes e às componentes de outros sectores económicos que desenvolvem atividades alocadas à proteção e valorização do ambiente e à sustentabilidade, contribuindo desta forma para o crescimento verde.

A produção desta informação, através da sua recolha, tratamento e validação, depende do estabelecimento de uma metodologia consistente, sistemática e detalhada para a sua compilação de modo a assegurar a intercomparabilidade dos resultados, nacional e internacionalmente.

Estes projetos serão desenvolvidos em estreita colaboração com entidades públicas e privadas e terão como foco diferentes temas e setores da economia verde em Portugal, sempre com a perspetiva de melhorar o conhecimento sobre o respetivo impacto e potencial socioeconómico, informar a tomada de decisão e alinhar as perspetivas dos atores.

Em particular, será desenvolvido um Índice para o Crescimento Verde em Portugal que permitirá comunicar de forma integrada a evolução na implementação das iniciativas, acompanhando e monitorizando a trajetória de crescimento verde no País. Permitirá agregar e simplificar uma grande quantidade de informação, tornando-a comunicável ao público em geral e facilitando a avaliação das tendências e progressos do crescimento verde ao longo do tempo. Deverá ter como ponto de partida as dimensões e aspirações expressas neste Compromisso e constituir-se como uma referência internacional, participando e promovendo movimentos internacionais de partilha de melhores práticas.

Plataforma/portal sobre economia verde em Portugal

Plataforma de partilha de informação na área da economia verde. Incluirá informações relevantes sobre ideias, desafios, projetos, tecnologias e atores da economia

verde em Portugal e no mundo. Permitirá explorar soluções inovadoras e conhecer produtos, facilitando a articulação entre agentes.

Em particular, a plataforma de partilha de informação será um fórum catalisador essencial para efetivar a ligação entre I&D&I e as empresas. Permitirá, de um lado, conhecer as áreas principais e potenciais de investigação, projeto e ensino das universidades, dos laboratórios de investigação, dos centros tecnológicos e, do outro lado, as necessidades, projetos e áreas potenciais de desenvolvimento e investimento das empresas, contribuindo para a construção de parcerias.

Iniciativa “iGeo”

A iniciativa “iGeo”^{civ}, lançada a 12 de maio de 2014, promove a criação de valor acrescentado através de modelos de conhecimento intensivo, alicerçados em dados de referência da Administração Pública. Os dados a disponibilizar, no âmbito desta iniciativa, terão como principais destinatários a própria Administração Pública, as instituições de ensino e de investigação, as organizações não governamentais e também as empresas privadas.

Os dados estarão disponíveis, de forma permanente e dinâmica, num formato pré-estabelecido, visando assegurar a sua integração, em tempo real, nas aplicações utilizadas ou desenvolvidas pelos utilizadores.

O portal iGeo disponibiliza, numa primeira fase, diversa informação de natureza cartográfica e georreferenciada (ex.: património arquitetónico, património natural, áreas de proteção e conservação, planos diretores municipais, carta de ocupação de solos, etc.) que se traduz em mais de 7000 serviços *web* disponibilizados.

Em fase posterior, serão disponibilizados outros dados respeitantes à proteção do ambiente, energia e geologia e agricultura e desenvolvimento rural (disponibilização a curto prazo), destacando-se ainda o concurso de ideias (“Mentes Criativas”^{cv}) que promoverá a utilização das fontes de dados disponibilizadas pelo portal junto de diversos públicos, através do seu transporte para plataformas móveis.

A disponibilização destes dados de referência, possibilitando a sua reutilização ou integração noutros sistemas de informação, permitirá alavancar e suportar a criação e desenvolvimento de novos modelos de negócio.



Desenvolver planos regionais para o crescimento verde

O desenvolvimento do modelo económico e social global exige respostas globais mas capacitação e materialização regional e local. Na convicção de que os problemas e oportunidades globais (competição por recursos, alterações climáticas, valorização da biodiversidade, etc.) têm soluções regionais e locais, deve ser reconhecida a importância e estimulada a capacitação de cada região para a materialização dessas respostas, organizando as respetivas apostas estratégicas adaptadas às diferentes características territoriais, de forma coerente, sinérgica e mobilizadora dos diversos atores regionais.

Assim, o objetivo desta iniciativa passa por estimular, dinamizar e apoiar ações de base territorial para o crescimento verde, mobilizando projetos de inovação e de valorização de recursos.

Estes planos de ação poderão ser enquadrados e suportados, por exemplo, nas estratégias RIS3 e deverão ter uma forte componente de envolvimento das empresas e também da sociedade e de outros agentes institucionais regionais. Serão planos multisectoriais, fomentando a exploração de sinergias entre diferentes áreas de atividade. Deverão identificar projetos emblemáticos, deixando, ao mesmo tempo, que as regiões decidam sobre o seu “portefólio” de apostas na economia verde, não só potenciando a complementaridade entre projetos mas também abrindo novas trajetórias de especialização das economias regionais. Integrarão ações em áreas como: investigação, formação, empreendedorismo, capacitação empresarial, internacionalização e, quando adequado, inclusão e inovação social). Fomentarão ainda uma lógica de experimentação-teste de soluções inovadoras, passíveis de subsequente expansão.

Lançar programa de iniciativas pedagógicas

Vários desafios associados ao crescimento verde e ao desenvolvimento sustentável estão dependentes do conhecimento, envolvimento e comprometimento da população em geral, para além dos diversos agentes económicos, sociais e institucionais.

Concretizando através de exemplos, a poupança de energia ou de água por parte dos cidadãos depende do seu nível de informação e motivação relativamente à

redução de impactos ambientais e resolução de problemas que dizem respeito à sociedade em geral. A eficiência no uso dos recursos depende de todos. Por exemplo, na perspectiva do “cidadão-consumidor”, são também muitas as escolhas que podem e devem ser feitas com consciência do desempenho ambiental das diferentes opções.

Importa também ter em consideração que os próprios problemas ambientais vão mudando ao longo dos tempos, exigindo diferentes respostas por parte dos cidadãos. Se, nas décadas de 80 e 90, a população portuguesa estava preocupada com a existência de lixeiras, a qualidade de água e a localização de infraestruturas específicas, na atualidade há novos desígnios, tais como a adaptação às alterações climáticas, a desertificação, a qualidade dos produtos alimentares e a conservação da biodiversidade.

Do ponto de vista político e programático, é relevante dar importância a esta temática e promover o lançamento de **novas iniciativas que contribuam para a disseminação de informação, a partilha de conhecimento, o estabelecimento de redes, o envolvimento ativo dos cidadãos e em especial dos mais jovens, tirando partido das tecnologias de informação**. Assim, propõe-se o desenvolvimento de uma iniciativa transversal focada na sensibilização para a sustentabilidade, contribuindo para promover comportamentos mais sustentáveis. Entende-se ser relevante criar um programa de âmbito nacional dirigido a diversos públicos-alvo, focando problemas e identificando propostas às quais o cidadão possa aderir.



4.6 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Compras públicas ecológicas

No âmbito do crescimento verde e do desenvolvimento sustentável, a contratação e as compras públicas têm um papel fundamental no estímulo de alterações comportamentais dos cidadãos e das empresas por via, não só do volume de negócios associado e da respetiva contribuição para a criação de mercado, mas também através da promoção, pelo bom exemplo da administração pública, da sustentabilidade e da contribuição para a construção de um novo conceito de desenvolvimento.

As mais recentes orientações comunitárias, designadamente as vertidas no Livro Verde, de janeiro de 2011, sobre a modernização da política de contratos públicos da UE^{cví}, identificam a contratação pública como instrumento de elevado potencial integrador de políticas de cariz económico, social e ambiental. Em Portugal, este enquadramento concretizar-se-á através da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2015-2018, salientando-se a forte articulação, na operacionalização desta prioridade, entre diversas entidades do MAOTE e do Ministério das Finanças, em particular a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP).

As entidades públicas encontram-se entre os grandes consumidores ao nível europeu, despendendo-se em aquisições, na UE, mais de 19% do PIB^{cvii}. É, por este motivo, **indiscutível o papel da contratação pública na contribuição ou reforço para a competitividade de determinados bens ou serviços ambientalmente orientados, bem como no fomento da eco-inovação e na prossecução de objetivos de sustentabilidade.**

O sistema de contratação e compras públicas deve centrar-se em pressupostos de eficácia e eficiência, e numa gestão estrutural aproximada à empresarial, no sentido de contribuir para a concretização da reforma da administração pública, e, paralelamente, fomentar e promover a inclusão de critérios ambientais nos contratos públicos de aquisição de bens e serviços, enquadrando na abordagem global as questões ambientais e as vertentes económica e social.

Neste contexto, a concretização de uma política de contratação pública baseada numa racionalidade verde e sustentável é um catalisador incontornável do crescimento verde.

Os Catalisadores do Crescimento Verde incluem treze iniciativas:

Quadro 14 - Catalisadores do Crescimento Verde

Catalisador	Iniciativa e Ponto Focal para acompanhamento (PFA)	Objetivos
CAT 1 Financiamento	<p>» Portugal 2020 - Potenciar os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (2014-2020)</p> <p>PFA: Entidades Gestoras dos Fundos</p>	<p>» Orientar investimentos e instrumentos de financiamento no sentido de apoiar projetos e operações sob critérios de sustentabilidade</p> <p>» Promover medidas que reforcem a competitividade dos sectores e atividades, estimulando também a criação de novos negócios</p> <p>» Promover a internacionalização de empresas e sectores contribuindo para o aumento da exportação de produtos e serviços</p> <p>» Preparar os recursos humanos para os desafios do crescimento verde</p> <p>» Investir em inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico, visando uma maior eficiência no uso dos recursos</p>
	<p>» Reorientar para o crescimento verde os fundos nacionais ambientais e promover a sua gestão integrada - Estruturar instrumentos financeiros com forte potencial de investimento</p> <p>PFA: Entidades Gestoras dos Fundos</p>	
CAT 2 Promoção Internacional	<p>» Desenho e implementação de um plano estratégico de ação externa do Compromisso para o Crescimento Verde, focado na interligação com as principais instituições internacionais e movimentos semelhantes, assegurando a presença nos fóruns económicos e políticos</p> <p>» PFA: Secretariado Executivo do CCV</p>	<p>» Contribuir para a internacionalização de empresas e sectores</p> <p>» Reforçar a atratividade nacional nos domínios do crescimento verde: energias renováveis, clima, eficiência no uso dos recursos, entre outros</p> <p>» Projetar uma imagem externa de sustentabilidade ambiental, social, económica e financeira, aumentando a notoriedade positiva do País</p> <p>» Criar um quadro integrado de comunicação e promoção estratégica que articule de forma eficaz diversos instrumentos</p> <p>» Tornar o CCV uma referência global de política pública</p>
	<p>» Campanha de comunicação - Posicionar Portugal como líder mundial no crescimento verde</p> <p>PFA: SG MAOTE</p>	



Catalisador	Iniciativa e Ponto Focal para acompanhamento (PFA)	Objetivos
CAT 3 Fiscalidade	<p>» Reforma da Fiscalidade Verde - Implementação e monitorização da Reforma</p> <p>PFA: MF; MAOTE</p>	<p>» Diversificar as fontes de receita num contexto de neutralidade fiscal</p> <p>» Promover a eco-inovação e a eficiência na utilização de recursos</p> <p>» Reduzir a dependência energética do exterior</p> <p>» Induzir padrões de produção e de consumo mais sustentáveis</p> <p>» Fomentar o empreendedorismo, a economia e o emprego</p>
CAT 4 I&D&I	<p>» Roteiro para a Eco-inovação - Lançar um Roteiro para a Eco-inovação que alimete prioridades nacionais de inovação em termos de sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos, alavancando a eco-inovação em Portugal</p> <p>PFA: ANI; APA</p>	<p>» Fornecer ao mercado informação credível sobre o desempenho de eco-tecnologias, promovendo a sua penetração no mercado e a sensibilização para a sua adoção</p> <p>» Capacitar o sistema de inovação para a eco-inovação e criar infraestruturas de suporte técnico, novas ou dinamizando existentes, para apoiar empresas a eco-inovarem</p> <p>» Promover produtos e serviços assentes em modelos de negócio eco-inovadores e destinados quer ao mercado interno quer ao global</p> <p>» Promover programas que contribuam para a produtividade, a competitividade e o uso eficiente dos recursos</p>
	<p>» Plano D - Tecnologias Disruptivas - Criar um enquadramento favorável para incentivar projetos de maior risco tecnológico</p> <p>PFA: ANI; APA</p>	<p>» Capacitar a Administração Pública para atuar como promotor de eco-inovação</p> <p>» Lançar linha de financiamento para projetos de eco-inovação e inovação radical</p> <p>» Envolver o suporte do sistema financeiro nacional</p> <p>» Promover o desenvolvimento de projetos-piloto de tecnologias disruptivas com potencial impacte em termos de sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos</p>

Catalisador	Iniciativa e Ponto Focal para acompanhamento (PFA)	Objetivos
CAT 5 Informação e Participação	<p>» Quantificação da economia verde em Portugal - Desenvolver métricas / plataformas de conhecimento / sistemas de informação sobre a economia verde, incluindo um Índice para o Crescimento Verde em Portugal</p> <p>PFA: SG MAOTE e Secretariado Executivo do CCV</p>	<p>» Possibilitar a integração e reutilização de informação</p> <p>» Contribuir para a tomada de decisão suportada numa análise detalhada de riscos, tendências e potencial</p> <p>» Comunicar de forma integrada a evolução na implementação das iniciativas, acompanhando e monitorizando a trajetória de crescimento verde no País</p> <p>» Promover a disseminação de informação, a partilha de conhecimento e o estabelecimento de redes</p> <p>» Dinamizar ações regionais para o crescimento verde, mobilizando projetos de inovação e valorização de recursos</p> <p>» Promover a articulação entre agentes</p> <p>» Fomentar o envolvimento ativo dos cidadãos, e em especial dos mais jovens, contribuindo para mudar e melhorar comportamentos no sentido de uma maior sustentabilidade</p>
	<p>» Plataforma/portal sobre economia verde em Portugal - Plataforma de partilha de informação sobre ideias, desafios, projetos, tecnologias e atores da economia verde em Portugal e no mundo</p> <p>PFA: Secretariado Executivo do CCV</p>	
	<p>» Iniciativa iGeo - Disponibilizar informação que origine modelos de tomada de decisão alicerçados em dados da Administração Pública</p> <p>PFA: DGT</p>	
	<p>» Desenvolver planos regionais para o crescimento verde - Identificação da importância de cada região para a materialização das respostas aos desafios do crescimento verde, organizando as apostas estratégicas e alinhando os diversos atores</p> <p>PFA: Secretariado Executivo do CCV</p>	
	<p>» Iniciativas pedagógicas - Desenvolver programas de educação e sensibilização ambiental dirigidos a diversos públicos-alvo</p> <p>PFA: Secretariado Executivo do CCV</p>	



Catalisador	Iniciativa e Ponto Focal para acompanhamento (PFA)	Objetivos
CAT 6 Contratação Pública	<p>» Compras públicas ecológicas - Incluir e/ou reforçar critérios de sustentabilidade nos contratos públicos de aquisição de bens e serviços</p> <p>PFA: ESPAP; APA</p>	<p>» Estimular alterações comportamentais dos cidadãos e das empresas</p> <p>» Promover, numa lógica de “<i>lead by example</i>”, a construção de um novo conceito de desenvolvimento</p> <p>» Promover a competitividade de bens e serviços orientados para a sustentabilidade</p>

MODELO DE GESTÃO





Este Compromisso para o Crescimento Verde visa contribuir para posicionar Portugal entre os países que lideram a transição para a economia verde, estabelecendo uma visão clara para o futuro. Nesse sentido, definiu um quadro estratégico de referência único a nível mundial, constituído por 14 metas ambiciosas de Crescimento, Eficiência e Sustentabilidade para 2020 e 2030. Estas metas, sendo exigentes, são alcançáveis com a mobilização de todos.

Paralelamente, a Coligação para o Crescimento Verde, constituída, em fevereiro de 2014, congrega esforços de cerca de uma centena de associações e representantes da área empresarial, científica, financeira, assim como de organismos públicos, fundações e Organizações não Governamentais (ONG). O Compromisso para o Crescimento Verde é um resultado direto do espírito e da discussão desenvolvida na Coligação.

Sendo essencial aproveitar o capital relacional reunido na Coligação e no processo de conceção e discussão pública do CCV, e tendo em conta a necessidade de assegurar continuidade e efetividade a este movimento estratégico, a evolução preconizou-se num duplo sentido:

(1) A formalização da Coligação para o Crescimento Verde como órgão alargado de definição estratégica e de impulso do crescimento verde em Portugal, o qual funcionará como um órgão consultivo cuja composição e funcionamento serão estabelecidos em regulamento próprio. É composta por representantes dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, do ordenamento do território, da energia, das finanças, da agricultura, do mar, da economia e inovação, dos transportes, do turismo e da ciência, e pelas seguintes entidades:

ACAP - Associação Automóvel de Portugal;
ADENE - Agência para a Energia;
AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.;
AEP - Associação Empresarial de Portugal;
AEPsA - Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente;
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.;
AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.;
AIP - Associação da Indústria Portuguesa;
ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A.;
ANIET - Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora;
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses;

APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;
 APB - Associação Portuguesa de Bancos;
 APCRI - Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento;
 APE - Associação Portuguesa da Energia;
 APETRO - Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas;
 APIGCEE - Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Elétrica;
 APPB - Associação Portuguesa de Produtores de Biocombustíveis;
 APREN - Associação Portuguesa de Energias Renováveis;
 APVE - Associação Portuguesa do Veículo Elétrico;
 ASSIMAGRA - Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins;
 BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável;
 CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal;
 CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica;
 CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;
 CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal;
 CENSE - Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade;
 CESAM - Centro de Estudos do Ambiente e do Mar;
 CEVALOR - Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal;
 CIP - Confederação Empresarial de Portugal;
 CITAAB - Centro de Investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas;
 CITEVE - Centro Tecnológico Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal;
 COGEN Portugal - Associação Portuguesa para a Eficiência Energética e Promoção da Cogeração;
 CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL;
 COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação;
 CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário;
 CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;
 CSP - Confederação dos Serviços de Portugal;
 CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal;
 CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro;
 CTP - Confederação do Turismo Português;
 DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
 Direção Regional do Desenvolvimento Rural - Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente da Região Autónoma dos Açores
 DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
 DGAE - Direção-Geral das Atividades Económicas;
 DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia;
 DGPM - Direção-Geral de Política do Mar;
 DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;



DGT - Direção-Geral do Território;
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.;
Empresa Geral de Fomento, S.A.;
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A.;
ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
FLAD - Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento;
FEPICOP - Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas;
FNABA - Federação Nacional de Associações de Business Angels;
Fórum Empresarial da Economia do Mar;
Fundação Calouste Gulbenkian;
GCPP - Gabinete Coordenador do Programa Polis;
GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral;
GEOTA - Grupo de Estudo de Ordenamento do Território e Ambiente;
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.;
IB-S - Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade;
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;
IDL - Instituto Dom Luís;
IN+ - Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento;
InBIO - Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva;
INESC Porto - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores;
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;
IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.;
IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;
IT - Instituto do Território - Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território;
ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica;
LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.;
Oceanário de Lisboa, S.A.;
Oceano XXI - Associação para o Conhecimento e Economia do Mar;
Ordem dos Arquitetos;
Ordem dos Biólogos;
Ordem dos Economistas;
Ordem dos Engenheiros;
Plataforma para o Crescimento Sustentável;
PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos;
Portugal Ventures;
PPA - Parceria Portuguesa para a Água;
Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza;
RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente;
SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social;
Turismo de Portugal, I.P.;
WavEC, Offshore Renewables.

(2) Os trabalhos da Coligação para o Crescimento Verde serão coordenados por um Secretariado Executivo que será responsável por acelerar a dinâmica criada com o Compromisso para o Crescimento Verde, devendo, entre outros:

- > Propor um plano de atividades a aprovar pela Coligação para o Crescimento Verde e promover a sua implementação;
- > Mobilizar, projeto a projeto, os membros da Coligação, refletindo as respetivas propostas no plano de atividades;
- > Organizar e dinamizar uma estrutura de grupos de trabalho por matérias afins, assegurando uma presença significativa de organizações e entidades especializadas e de representatividade assumidamente técnica, que serão responsáveis por acompanhar e dinamizar a prossecução das iniciativas do CCV;
- > Promover a avaliação anual do CCV acompanhando a execução das suas iniciativas e o caminho a percorrer para alcançar as suas metas, articulando com os Pontos Focais para o Acompanhamento (PFA) identificados para cada uma das iniciativas, bem como com outras entidades relevantes;
- > Promover iniciativas/eventos de divulgação/aprofundamento do CCV;
- > Contribuir para construir o “caso internacional” do CCV, promovendo ligações e iniciativas com parceiros e projetos internacionais;
- > Gerir o alargamento da Coligação;
- > Desenvolver e propor novos indicadores e iniciativas para o CCV, bem como novos setores/temas, catalisadores e metas;
- > Comunicar a estratégia portuguesa de crescimento verde e as soluções inovadoras que são essenciais para que esta seja bem-sucedida; disseminar informação relevante sobre soluções “verdes”, políticas e programas em Portugal e no mundo.



O Secretariado Executivo do CCV será constituído por:

- > Um secretário executivo a nomear pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
- > Um vogal em representação da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (área de Planeamento e Prospetiva);
- > Um vogal em representação da Rede para o Crescimento Verde prevista no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

DISCUSSÃO PÚBLICA E AGRADECIMENTOS





O Compromisso para o Crescimento Verde assume que pelo menos tão importante quanto o conteúdo do Compromisso é o processo de participação e de co-responsabilização na sua formulação e implementação. Assume ainda que impactos menos diretos como o aumento do alinhamento e a mobilização de longo prazo da sociedade portuguesa, a projeção internacional do País e a sua atratividade, a retenção e atração de talentos e a internacionalização de empresas e projetos, são pelo menos tão importantes como os impactos mais diretos do processo e das iniciativas nele incluídas.

Neste contexto, teve lugar, entre 15 de setembro de 2014 e 15 de janeiro de 2015, um processo ativo de consulta pública do CCV, durante o qual foram explorados e debatidos pelos diferentes agentes os temas que constituem as bases do compromisso, permitindo a identificação de oportunidades, fragilidades ou constrangimentos. Este processo contribuiu para a concertação de interesses, conferindo maior consistência e robustez ao compromisso aqui retratado. De facto, este documento **resultou do espírito, da discussão e do trabalho desenvolvido por um largo conjunto de agentes** que estão conscientes do imenso potencial de crescimento económico e de competitividade que a sustentabilidade e a valorização ambiental representam.

Este processo de consulta pública incluiu um ciclo de 10 conferências temáticas (Água, Resíduos, Agricultura e Florestas, Energia, Transportes, Indústria, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas, Cidades e Território, Mar e Turismo) de iniciativa MAOTE dedicadas ao debate dos conteúdos da proposta de CCV. A sua organização foi assegurada por entidades pertencentes à Coligação para o Crescimento Verde e outros atores relevantes. Estas conferências contaram com uma alargada participação, integrada num movimento de discussão pública e mobilização para o crescimento verde. Estes momentos de discussão e reflexão **permitiram consolidar a visão, melhorar o presente documento, concedendo robustez às iniciativas, e, sobretudo, reforçar o compromisso dos agentes da sociedade para com o CCV**. Estas conferências contaram com cerca de 1500 participantes e 91 oradores, foram transmitidas via internet e registadas em vídeo. Foi elaborada uma síntese integrada de cada uma delas, enriquecendo o processo e o documento base do CCV.⁵ Saliente-se ainda a criação do portal do Compromisso para o Crescimento Verde, complementado por uma forte presença nas redes sociais, com páginas dedicadas no Facebook, LinkedIn, Twitter, Youtube e Instagram.

⁵ Os vídeos das sessões e as sínteses estão disponíveis em <http://www.crescimentoverde.gov.pt/agenda/videos/> (vídeos) e <http://www.crescimentoverde.gov.pt/pagina-inicial/downloads/> (sínteses).

A realização das conferências de discussão pública da proposta de Compromisso faz parte do movimento mais amplo para o qual tem contribuído a ação relevante da **Coligação para o Crescimento Verde**, constituída em fevereiro de 2014. Esta coligação congrega os esforços de cerca de uma centena de associações e representantes da área empresarial, científica e financeira, assim como de organismos públicos, fundações e Organizações não Governamentais (ONG). **O sucesso das conferências deveu-se, sobretudo, ao cuidado e empenho que os seus organizadores e parceiros tiveram na respetiva preparação e realização.** Desta forma, agradecemos a todas as entidades envolvidas: a PPA - Parceria Portuguesa para a Água, o IST - Instituto Superior Técnico / CEHIDRO - Centro de Estudos de Hidrossistemas, a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, a Fundação Calouste Gulbenkian, o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, a FCT/UNL - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, a AEPSA - Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente, a Câmara Municipal de Leiria, a CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, a Associação Comercial do Distrito de Viseu, a CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal, a CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, a APE - Associação Portuguesa de Energia, a Fundação de Serralves, a CTP - Confederação de Turismo Português, a AHETA - Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve, a AEP - Associação Empresarial de Portugal, a CIP - Confederação Empresarial de Portugal e a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza e a Universidade de Évora.

No âmbito do processo de discussão e elaboração do Compromisso para o Crescimento Verde foram ainda recebidos e considerados 75 contributos escritos:

- > Das seguintes entidades: ACAP - Associação Automóvel de Portugal; Adega Cooperativa de Borba; AEP - Associação Empresarial de Portugal; AEPSA - Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente; AmBioDiv - Valor Natural; AML - Área Metropolitana de Lisboa; ANIET - Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora; ANQIP - Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais; APCRI - Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento; APE - Associação Portuguesa de Energia; APETRO - Associação Portuguesa de Empre-



sas Petrolíferas; APREN - Associação de Energias Renováveis; ATIC - Associação Técnica da Indústria de Cimento; AVE - Gestão Ambiental e Valorização Energética; Câmara Municipal do Barreiro; Câmara Municipal de Leiria; CAISL- Carlucci American International School of Lisbon; CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal; CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal; CEVALOR - Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal; CITEVE - Tecnologia Têxtil; COGEN Portugal - Associação Portuguesa para a Eficiência Energética e Promoção da Cogeração; Colégio Valsassina (Lisboa); CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal; Consórcio para a Economia Verde: SaeR, TTerra e SystemicSphere; CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário; CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal; CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro; DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor; DGT - Direção Geral do Território; EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro; EGF - Empresa Geral de Fomento; EGSRA - Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos; Escola Secundária Dr. Ginestal Machado (Santarém); Escola Básica 2,3 de D. Fernando II - Agrupamento de Escolas Monte da Lua (Sintra); FENAREG - Federação Nacional de Regantes de Portugal; FEPIOP - Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas; Ferrovia Serviços; FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta; GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes; Iniciativa Gulbenkian Oceanos (IGO) - Fundação Calouste Gulbenkian; Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto; LPN - Liga para a Proteção da Natureza; Ordem dos Biólogos; Prélis Cerâmica; Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza; REN - Redes Energéticas Nacionais; RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente; Sirplaste - Sociedade Industrial de Recuperados de Plástico; e SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente.

- E das seguintes pessoas, a título individual: António Falcão Estrada; António Marques; Armando B. Silva Afonso; Artur da Rosa Pires; Cláudio Monteiro; Fernando Monteiro; Filipe Ferreira; Filipe Rocha; Gabriela Prata Dias; Gonçalo Lobo; Gonçalo Peres; João Peças Lopes; José Costa Cruz; José Manuel Félix Ribeiro; Leonardo Costa; Luís Cabral da Silva; Maria Amélia Loução; Mário Carmo; Mauro Raposo; Miguel Gonçalves; Nuno Mexa; Patrícia Mesquita; Pedro Fonseca e Teresa Batista.

Em resultado dos múltiplos contributos institucionais e pessoais recolhidos ao longo do processo de discussão pública, o presente documento, como de resto já foi referido anteriormente, foi alvo de alterações substanciais que se sagraram no seu aprofundamento e melhoria. A título de exemplo, em resultado da apresentação e discussão do Compromisso para o Crescimento Verde na Assembleia da República, em 20 de janeiro de 2015, foi introduzido um novo objetivo referente à utilização de transportes públicos, incluindo duas metas quantificadas para 2020 e 2030.

Enumeram-se em seguida, de forma resumida, as principais novidades introduzidas em relação à versão proposta para discussão pública em 15 de setembro de 2014. Estas novidades, pela sua dimensão e amplitude, atestam a amplitude e intensidade do modelo de discussão pública implementado. Principais novidades:

- Ampla revisão e atualização do texto, em particular, do texto de introdução a cada um dos 10 sectores-chave e dos 6 catalisadores;
- Revisão e atualização de grande parte das iniciativas, dos seus indicadores de sucesso e do seu enquadramento. Inclusão de 28 novas iniciativas e 64 novos indicadores de sucesso;
- Introdução de informação adicional nos quadros das iniciativas: número de ordem; Ponto Focal de Acompanhamento (PFA); e coluna denominada “também relevante para” que salienta a transversalidade de muitas das iniciativas. Foi igualmente revista a ordem das iniciativas, tentando torná-la mais coerente;
- Introdução de um novo objetivo quantificado para 2020 e 2030 (utilização de transportes públicos);



- > Atualização dos objetivos quantificados em resultado da disponibilização de novos dados e melhorias metodológicas. Atualização do ano base para 2013 e criação de um período de referência (2009-2013);
- > Introdução da dimensão “clima”, associada ao tema “energia”, tendo sido reformulado o pilar agora denominado “Energia e Clima”;
- > Elaboração de uma figura 360° (colocada no final do Sumário Executivo);
- > Ampla atualização dos catalisadores, incluindo o alargamento do âmbito dos catalisadores “Inovação” para “Investigação, Desenvolvimento e Inovação” e “Informação” para “Informação e Participação”;
- > Explicitação de um possível modelo de gestão para o futuro do CCV (novo capítulo: “Modelo de Gestão”);
- > Introdução de um novo capítulo no final do documento: “Discussão Pública e Agradecimentos”;
- > Introdução de um anexo metodológico dedicado à explicitação da forma de cálculo e do racional de cada um dos 14 objetivos quantificados para 2020 e 2030.

O processo de elaboração do Compromisso para o Crescimento Verde contou com uma equipa de projeto constituída por António Alvarenga (relator) e Paula Virgínia Meireles (coordenação e articulação institucional).

Este processo de consulta pública teve como ponto de partida a Proposta de Compromisso elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Crescimento Verde - Paula Virgínia Meireles (GMAOTE), Fernando Teigão dos Santos (GSEA), Lurdes Carvalho (GSEOTCN), Francisco Gregório (GSEE), António Alvarenga (APA), Susana Escária (APA), Ana Paula Araújo (ICNF), Manuel Bóia (ADENE), Miguel Guarino e Bruno Esgalhado (consultores da McKinsey & Company) -, o qual, subsequentemente, deu lugar ao Grupo de Trabalho para a operacionalização da fase de consulta pública da proposta de Compromisso para o Crescimento Verde: Paula Virgínia Meireles (GMAOTE), António Alvarenga (APA),

Nelson Lage (ADENE), Fernando Teigã dos Santos (GSEA), Lurdes Carvalho (GSEOTCN), Francisco Gregório (GSEE) e Susana Escária (SG MAOTE).

A preparação e realização das várias conferências e a elaboração de conteúdos contaram ainda com o precioso apoio de:

- > Uma equipa do GMAOTE: Carla Grou (supervisão da comunicação e logística); Pedro Costa (Energia e Mobilidade e Transportes), Rosália Russo (Cidades e Território), Helena Freixinho (Financiamento) e João Silva Lopes (Fiscalidade);
- > Uma equipa do DEAE da APA: apoio à preparação dos eventos e redação do texto final, investigando e preparando conteúdos (Ana Cristina Fernandes, Miguel Déjean Guerra, Rita Ribeiro e Sofia Rodrigues);
- > E uma equipa do CEGER e do MADR: desenho e gestão do portal do CCV e registos em vídeo e fotografia, bem como transmissão *online* das conferências (João Curinha, João Rogério, Paulo Santos, Diogo Gomes, Teresa Mota e Rodrigo Gatinho).

Este trabalho beneficiou ainda do apoio de vários especialistas, a quem muito agradecemos. Entre eles, destacamos: Alberto Teixeira (GSET/ME), Ana Cristina Carrola (APA), Ana Paula Araújo (ICNF), Ana Paula Rodrigues (APA), Ana Seixas (APA), Carlos Carvalho (INE), Clara Lopes (APA), Conceição Santos (DGPM), Dília Jardim (APA), Dinis Rodrigues (ADENE), Eduardo Santos (APA), Inês Conceição Silva (GSEIIC/ME), João Sousa Rego (GSEOTCN), José do Carmo (ME), Luís Ferreira (ANI), Nuno Madeira (GSET/ME), Paula Sarmento (ICNF), Sofia Guedes Vaz (MAM), Valter Duarte (GSEITC/ME) e Vítor Reis (IHRU).

Este documento congrega as grandes linhas de orientação para o crescimento verde, visando associar esforços e conjugar os múltiplos instrumentos regulatórios e de planeamento que já existem em Portugal. Para tal, foi e continuará a ser fundamental o envolvimento dos agentes deste processo de transição na definição e implementação das iniciativas que, ao serem tomadas a um nível cada vez mais próximo dos agentes, sejam eles empresas, cidadãos, ou associações, darão corpo à visão aqui proposta. Governo, serviços da Administração Pública direta e indireta, associações privadas, empresas e outras coletividades serão por isso chamadas para, em conjunto, contribuírem para o contínuo aperfeiçoamento e concretização das iniciativas aqui projetadas.



ANEXO

METODOLÓGICO

DOS OBJETIVOS



		Objetivo e indicador	Média 2009/13	2013
CRESCIMENTO	Estimular setores de atividade verdes	> Aumentar o VAB “verde” (milhares de milhões de euros)	1,7	1,5
		> Incrementar as exportações “verdes” (milhares de milhões de euros)	0,57	0,56
		> Criar postos de trabalho “verdes” (milhares de pessoas ao serviço)	77,1	75,5
EFICIÊNCIA	Promover eficiência no uso dos recursos	> Aumentar a produtividade dos materiais (€ PIB _[2] /Kg de materiais consumidos)	0,96	1,14
		> Aumentar a incorporação de resíduos na economia (taxa de incorporação de resíduos na economia) _[3]	50% _[4]	56% _[5]
		> Privilegiar a reabilitação urbana (peso da reabilitação no conjunto do sector da construção)	8,4%	10,3%
		> Aumentar a eficiência energética (Intensidade Energética - tep/M€ PIB _[6])	129	129
		> Aumentar a eficiência hídrica (água não faturada/água colocada na rede de abastecimento urbano)	n.d.	35% _[7]
		> Aumentar a utilização de transportes públicos (milhões de pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros)	n.d.	10 894
SUSTENTABILIDADE	Contribuir para a sustentabilidade	> Reduzir as emissões de CO₂ (Mt CO ₂ eq.)	72,4 _[8]	68,9 _[9]
		> Reforçar o peso das energias renováveis (% no consumo final bruto de energia)	24,8%	25,7%
		> Melhorar o estado das massas de água (% das massas de água com qualidade “Boa ou Superior”)	n.d.	52% _[10]
		> Melhorar a qualidade do ar (Média do n.º de dias com IQAr “fraco” ou “mau”, em zonas urbanas)	18	14
		> Valorizar a biodiversidade (Melhorar o estado de conservação das espécies e habitats protegidos pela Diretiva Habitat - n.º de avaliações de espécies e n.º de avaliações de habitats com estado de conservação “favorável” estabelecido por região biogeográfica)	n.d.	81 e 46 _[13]

n.d. não disponível / [1] A TCCA, Taxa Composta de Crescimento Anual (do inglês CAGR, Compound Annual Growth Rate), é uma média geométrica das taxas de crescimento anuais. A TCCA, também designada como taxa “suavizada”, mede o crescimento como se tivesse ocorrido a um ritmo estável numa base composta anual. O valor de referência é 2013, salvo as exceções assinaladas. / [2] Evolução do PIB de acordo com o valor médio dos cenários macroeconómicos para Portugal apresentados no REA 2014. Constituem uma atualização dos cenários considerados no RNBC 2050 (APA, 2012). / [3] resíduos valorizados (exceto valorização energética)/resíduos produzidos. / [4] Média 2008-2012. / [5] 2012. / [6] Evolução do PIB de acordo com o valor médio dos cenários macroeconómicos para Portugal apresentados no REA 2014. Constituem uma atualização dos cenários considerados no RNBC 2050 (APA, 2012). / [7] 2012. / [8] Média 2008-2012. / [9] 2012. / [10] 2010. / [11] 2021. / [12] 2027. / [13] Dados do relatório referente ao período 2007-2012.



Metas para 2020 e 2030			Racional
2020	2030	TCCA _[1] 2030	
2,1	3,4	(+5,0%)	> Desenvolver a economia verde de forma a obter ganhos de competitividade superiores à média nacional
0,79	1,28	(+5,0%)	> Ritmo de crescimento das exportações verdes equiparado ao aumento do VAB verde
100,4	151,0	(+4,2%)	> Duplicar o número de postos de trabalho até 2030
1,17	1,72	(+3,5%)	> Alinhar com os objetivos do PNGR, princípio da economia circular, eficiência no uso de recursos e redução de impactos ambientais (assegurando o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030)
68%	86%	(+2,3%)	> Perspetivar o resíduo enquanto recurso material ou energético promovendo o fecho do ciclo (economia circular) e o desvio de aterro; cumprimento do PNGR
17%	23%	(+4,9%)	> Aumento de cerca de 7,5% de 2013 a 2020, e de 3,1% de 2020 a 2030 no peso da reabilitação no conjunto do sector da construção. Assume-se um crescimento mais acelerado entre 2013 e 2020 do que na década 2020-2030
122	101	(-1,4%)	> Cumprimento do PNAEE até 2020 > Redução de 30% sobre baseline energética em 2030
25%	20%	(-3,1%)	> Cumprir meta PNUEA 2020 - perdas físicas < 20% em 2020) [água não faturada = perdas físicas + perdas aparentes + consumos autorizados mas não faturados]
12 528	15 296	(+2,0%)	> Cumprimento do PETI3+ até 2020 > Transferência do transporte individual para o transporte coletivo
68,0-72,0	52,7-61,5	(-0,6/-1,5%)	> Alinhar com objetivos da UE para 2030 e com redução de emissões reportada nos trabalhos de base do PNAC e do Roteiro 2050 da UE > Redução entre 18% (72,0 Mt CO ₂ eq.) e 23% (68,0 Mt CO ₂ eq.) em 2020 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO ₂ eq.) > Redução entre 30% (61,5 Mt CO ₂ eq.) e 40% (52,7 Mt CO ₂ eq.) em 2030 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO ₂ eq.), contingente aos resultados das negociações europeias
31%	40%	(+2,6%)	> Cumprimento do PNAER até 2020 > Alinhamento com o objetivo definido na proposta de PT constante do Pacote Energia-Clima 2030, contingente aos resultados das negociações europeias
79,8% _[11]	100% _[12]	(+3,3%)	> Cumprir a Diretiva Quadro da Água (condicionado aos desenvolvimentos de negociação na UE no que respeita à implementação da DQA)
9	2	(-10,9%)	> Alinhamento com os objetivos definidos na Diretiva CAFE e com o Programa Ar Limpo para a Europa
81 e 46	96 e 53	(+0,9% e +0,8%)	> Cumprimento da Diretiva Habitats > Alinhamento com a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2020 > Alinhamento com a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade 2020 (em revisão)

OBJ 1: Aumentar o VAB “verde” (2100 milhões de euros em 2020 e 3400 milhões de euros em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
1,7	1,5	2,1	3,4	+ 5,0%

Unidade: milhares de milhões de euros

Ponto de partida: o valor do VAB “verde” em 2013 foi de 1,5 mil milhões de euros, o que representa 2,0% do VAB total das empresas não financeiras. Este valor corresponde a uma percentagem (87,4%) do VABpm total das empresas produtoras de bens e serviços de ambiente (EPBSA). Para obter esta percentagem foi utilizada como proxy o quociente entre o volume de negócios da atividade ambiental das EPBSA sobre o volume total de negócios das EPBSA. O VAB “verde”, nesta fase, é apenas uma primeira (e muito prudente) estimativa, realizada em articulação com o INE. Estes dados são ainda preliminares e estão a ser trabalhados com o apoio do INE. Note-se que a quantificação do setor verde na economia, a nível estatístico, é uma realidade ainda em construção pelo que o tema está em debate, nomeadamente no Eurostat. O INE trabalha atualmente no estudo-piloto relativo às contas do setor dos bens e serviços ambientais e aguarda pela publicação da lista indicativa de bens e serviços ambientais, assim como pela lista das atividades económicas. O total do VAB das empresas não financeiras não inclui o Estado, as empresas financeiras e as IPSS.

Racional das aspirações para 2020 e 2030: a meta do Compromisso para o Crescimento Verde é alcançar uma TCCA de 5% em Portugal, sendo que, a nível global, a TCCA da economia verde é de 4%^{cviii}.



OBJ 2: Incrementar as exportações “verdes” (790 milhões de euros em 2020 e 1280 milhões de euros em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
0,57	0,56	0,79	1,28	+ 5,0%

Unidade: milhares de milhões de euros

Ponto de partida: o valor das exportações “verdes” em 2013 baseia-se no volume total de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente destinado ao exterior (560 milhões de euros). [Fonte: INE e ISBSA]

Racional das aspirações para 2020 e 2030: admite-se o crescimento das exportações em linha com o crescimento do VAB verde (5,0% p.a.).

OBJ 3: Criar postos de trabalho “verdes” (100 448 pessoas ao serviço em 2020 e 151 014 pessoas ao serviço em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
77,1	75,5	100,4	151,0	+ 4,2%

Unidade: milhares de pessoas ao serviço

Ponto de partida: também o conceito de ‘emprego verde’ não é consensual, estando em discussão o âmbito desta variável. Os valores apresentados foram obtidos com base na informação recolhida no inquérito ao setor dos Bens e Serviços de Ambiente (ISBSA). [Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente]

O valor apresentado inclui o “total das pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente”, o “total das pessoas ao serviço nas Organizações não-governamentais de ambiente”, o “total dos bombeiros dos quadros de comando e ativo”, o “total das pessoas ao serviço como sapadores florestais e equipas”

e o “total dos elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente”. Saliente-se que o valor apresentado não inclui as pessoas ao serviço nas empresas com atividade na produção de energias renováveis. No entanto, o INE está a trabalhar no sentido de recuperar esta informação desde 2008, para que possa disponibilizar uma série temporal coerente. Refira-se, de forma indicativa, que o estudo “Impacto macroeconómico do setor da eletricidade de origem renovável em Portugal” (Deloitte, com a colaboração da APREN – Associação de Energias Renováveis, Setembro 2014)^{cix} avança com o número de 40 000 empregos (diretos e indiretos) gerados pelo setor da produção de eletricidade de origem renovável em 2013.

Racional das aspirações para 2030: duplicar o número de postos de trabalho verdes.

Racional das aspirações para 2020: linearização do crescimento de forma a alcançar o objetivo definido para 2030, utilizando a TCCA.

OBJ 4: Aumentar a produtividade dos materiais (1,17 em 2020 e 1,72 em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
0,96	1,14	1,17	1,72	+ 3,5%

Unidade: € PIB / kg de materiais consumidos

Ponto de partida: a produtividade dos materiais é calculada pelo quociente entre o PIB e o Consumo Interno de Materiais (CIM). Neste caso utilizou-se a metodologia do PNGR 2014-2020, correspondendo o ponto de partida à média da produtividade dos materiais referente a um período de 5 anos. Utilizou-se 2009-2013, os cinco anos mais recentes para os quais existem dados de consumo de materiais e de PIB (no PNGR 2014-2020 o período utilizado foi 2007-2011). Utilizou-se o PIB a preços constantes de 2011 (o PNGR 2014-2020 utilizou o PIB a preços constantes de 2006). [Fonte: INE, 2014]



Racional das aspirações para 2020 e 2030: as metas foram calculadas utilizando a metodologia proposta no PNGR 2014-2020:

- > Redução anual de 2% do CIM em relação ao valor de referência de 180,6 milhões de toneladas, média do CIM no período 2009-2013 (no PNGR 2014-2020 o valor de referência é de 207 milhões de toneladas, média do CIM no período 2007-2011);
- > Evolução do PIB de acordo com os cenários macroeconómicos para Portugal apresentados no REA 2014 (o PNGR 2014-2020 utilizou a evolução do PIB de acordo com os cenários macroeconómicos para Portugal apresentados no REA 2013).

Considerando estes pressupostos, e aplicando a metodologia proposta pelo PNGR 2014-2020, obtém-se para 2020 uma produtividade entre 1,13 € PIB / kg de materiais consumidos (cenário baixo para o PIB) e 1,22 € PIB / kg de materiais consumidos (cenário alto para o PIB). O valor médio entre estes dois valores é de 1,17 € PIB / kg e corresponde à meta definida para 2020. Para 2030, obtém-se uma produtividade entre 1,5 € PIB / kg de materiais consumidos (cenário baixo para o PIB) e 1,94 € PIB / kg de materiais consumidos (cenário alto para o PIB). O valor médio entre estes dois valores é de 1,72 € PIB / kg de materiais consumidos e corresponde à meta definida para 2030. No PNGR 2014-2020, considerando os diferentes valores de partida já mencionados, o valor para 2020 é de 0,98 € PIB / kg de materiais consumidos. Estas metas asseguram o objetivo europeu de crescimento de 30% da Produtividade dos Materiais até 2030^{cx}.

OBJ 5: Aumentar a incorporação de resíduos na economia (68% em 2020 e 86% em 2030)

2008-2012	2012	2020	2030	TCCA 2030
50%	56%	68%	86%	+ 2,3%

Unidade: percentagem [resíduos valorizados (exceto valorização energética) / resíduos produzidos]

Ponto de partida: a taxa de incorporação de resíduos na economia é dada pelo quociente entre o total de resíduos sujeitos a valorização (exceto valorização energética) e o total de resíduos produzidos. O ponto de partida (56%) corresponde ao valor obtido para o ano de 2012.

Nota: Está excluída deste racional a produção de energia inerente à queima de resíduos em incineradores ou em fornos de combustão com contato, nomeadamente de cimenteiras. De facto, no âmbito do enquadramento legal dos resíduos, a classificação da operação de combustão como “valorização energética” pressupõe o cumprimento de critérios técnicos associados à eficiência do processo. Contudo, havendo produção de energia associada à operação, mesmo não se cumprindo os requisitos em matéria de resíduos, a produção desse bem – energia – deve ser considerada como uma integração de resíduos na economia, pelo que, no futuro, esta meta será reformulada neste sentido.

Racional das aspirações para 2020: o valor estabelecido para 2020 (68%) tem três pressupostos: o cumprimento das metas para preparação para reutilização, reciclagem e outras formas de recuperação material para os resíduos de construção e demolição (70% em 2020); a meta do PERSU 2020 para os resíduos urbanos (53% da fração reciclável dos resíduos urbanos); e um aumento de 5% da capacidade de valorização (exceto valorização energética) dos resíduos não urbanos (excluindo os resíduos de construção e demolição)^{cx1}.

Racional das aspirações para 2030: linearização da tendência 2012-2020 (TCCA +2,3%).

OBJ 6: Privilegiar a reabilitação urbana (incremento de 17% em 2020 e 23% em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
8,4%	10,3%	17%	23%	+ 4,9%

Unidade: percentagem (peso da reabilitação no conjunto do sector da construção calculado a partir dos volumes de produção do conjunto do sector da construção civil e do subsector da reabilitação)



Ponto de partida: tendo por base os dados oficiais e das associações representativas do sector, sistematizou-se a evolução ao longo dos anos do sector da construção civil⁶. O peso da reabilitação no conjunto do sector da construção é calculado através do volume de produção no sector da construção e do volume de produção no subsector da reabilitação. Como ponto de partida foi utilizado o valor referente a 2013 (10,3%). [Fontes primárias: INE - BP, INE, INCI, AECOPS]

Racional das aspirações para 2020: face aos elementos supra mencionados e às tendências reveladas, define-se como meta para 2020 uma percentagem de 17% de peso da reabilitação no conjunto do sector da construção, calculado a partir dos volumes de produção no sector, correspondendo a uma TCCA de 7,5% entre 2013 e 2020.

Racional das aspirações para 2030: face aos elementos supra mencionados e às tendências reveladas, define-se como meta para 2030 uma percentagem de 23% de peso da reabilitação no conjunto do sector da construção calculado a partir dos volumes de produção no sector, correspondendo a uma TCCA de 3,1% entre 2020 e 2030, assumindo-se um crescimento mais acelerado entre 2013 e 2020 do que na década 2020-2030.

A TCCA do período 2013-2030 subjacente a esta ambição é de 4,9%. Reconhece-se, naturalmente, a existência de contingências que podem influenciar de forma significativa estes desenvolvimentos de longo prazo. Exemplos: evolução demográfica, evolução económica e evolução do mercado de arrendamento.

OBJ 7: Aumentar a eficiência energética (intensidade energética: 122 tep/M€ PIB em 2020 e 101 tep/M€ PIB em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
129	129	122	101	- 1,4%

Unidade: tep / M€ PIB

⁶ O sector da construção engloba os seguintes subsectores: 1 - Engenharia Civil (estradas, caminhos de ferro, aeroportos, pontes, tuneis, barragens, infraestruturas de tratamento e abastecimento de água, infraestruturas da rede elétrica, trabalhos marítimos e fluviais); 2 - Construção nova de edifícios não habitacionais; 3 - Construção nova de edifícios habitacionais; 4 - Manutenção e reabilitação de edifícios.

Ponto de partida: a intensidade energética é obtida pelo quociente entre o consumo de energia primária e o Produto Interno Bruto (PIB). Utilizou-se o PIB a preços constantes de 2011. No futuro poder-se-á desagregar sectorialmente este indicador.

Racional das aspirações para 2020: cumprimento do PNAEE até 2020, isto é, redução de 25% do consumo de energia primária até 2020 face às projeções PRIMES realizadas em 2007 (limite máximo de consumo de ~22,5 Mtep em 2020^{cxii}). Evolução do PIB de acordo com o valor médio dos cenários macroeconómicos para Portugal.⁷

Racional das aspirações para 2030: redução de 30% sobre a *baseline* energética em 2030.

OBJ 8: Aumentar a eficiência hídrica (de 35% de água não faturada no total da água colocada na rede em 2012, para um máximo de 25% em 2020 e 20% em 2030)

2008-2012	2012	2020	2030	TCCA 2030
n.d.	35%	25%	20%	- 3,1%

Unidade: percentagem (água não faturada/água colocada na rede de abastecimento urbano)
não disponível: n.d.

Ponto de partida: a água não faturada é a água que, apesar de ser captada, tratada, transportada, armazenada e distribuída, não chega a ser vendida aos utilizadores. Esta água não faturada inclui as perdas reais (fissuras, roturas e extravasamentos de água); as perdas aparentes (imprecisões nas medições da água, furto ou uso ilícito de água); e ainda as perdas correspondentes a consumos autorizados mas não faturados, que corresponde a água para lavagem de ruas, rega de espaços verdes municipais, alimentação de fontes e fontanários, lavagem de condutas e coletores de esgoto e ainda combate a incêndios.

O ponto de partida corresponde à percentagem de água não faturada em 2012 (em média, 35% da água captada, tratada e distribuída pelos sistemas de abastecimento em 2012 não foi faturada. Destes, cerca de 23% corresponde a perdas físicas e os restantes 12% a perdas aparentes e a consumos autorizados mas não faturados).^{cxiii}

⁷ Cenários macroeconómicos para Portugal apresentados no REA 2014. Constituem uma atualização dos cenários considerados no RNBC 2050 (APA, 2012).



Racional das aspirações para 2020 e 2030: é considerado como limiar técnico aceitável de perdas físicas de água o valor de 20% da água entrada nos sistemas de abastecimento urbano. O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) estabelece metas para a ineficiência (desperdício) nacional no uso da água, para 2020, por setor: 20% para o sector urbano, 35% para o sector agrícola e 15% para o sector industrial.

OBJ 9: Aumentar a utilização de transportes públicos (de 10 894 milhões de pkm transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros em 2013, para 12 528 milhões em 2020 e 15 296 milhões em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
n.d.	10 894	12 528	15 296	+ 2,0%

Unidade: milhões de passageiros por quilómetro, transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros
não disponível: n.d.

Ponto de partida: valor referente a 2013 (10 894 milhões de passageiros por quilómetro (pkm)) [Fonte: Ministério da Economia].

Racional das aspirações para 2020: o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI3+) estabelece como meta para 2020, o aumento de 15% no número de passageiros por quilómetro, transportados nos serviços públicos de transporte de passageiros.

Racional das aspirações para 2030: aproximação à linearização da tendência 2013-2020, utilizando a TCCA.

OBJ 10: Reduzir as emissões de CO₂ (de 68,9 Mt CO₂ eq. em 2012, para 68,0-72,0 Mt CO₂ eq. em 2020 e 52,7-61,5 Mt CO₂ eq. em 2030, contingente aos resultados das negociações europeias)

2008-2012	2012	2020	2030	TCCA 2030
72,4	68,9	68,0-72,0	52,7-61,5	- 0,6% /- 1,5%

Unidade: Mt CO₂ equivalente

Ponto de partida: valor referente a 2012 (68,9 Mt CO₂ eq.) [Fonte: *Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases, 1990 - 2012* (APA, 2014)].

Racional das aspirações para 2020:

- > Redução de 18% (72,0 Mt CO₂ eq.) ou de 22,5% (68,0 Mt CO₂ eq.) em 2020 vs 2005 (valor 2005 = 87,8 Mt CO₂ eq.);
- > Em linha com a trajetória de redução de emissões reportada nos trabalhos de base do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- > Mais ambição face às metas definidas para 2020 em linha com o potencial de redução custo-eficaz de médio-longo prazo.

Racional das aspirações para 2030:

- > Redução de 30% (61,5 Mt CO₂ eq.) ou de 40% (52,7 Mt CO₂ eq.) em 2030 vs 2005 (valor 2005 = 87,8 Mt CO₂ eq.), contingente aos resultados das negociações europeias;
- > Alinhamento com objetivos da UE para 2030 e com redução de emissões reportada nos trabalhos de base do PNAC e do Roteiro 2050 da UE;
- > Pressupõe níveis de penetração de renováveis e eficiência energética mais ambiciosos a nível comunitário no horizonte 2030.



As metas para 2030 poderão ser ajustadas assim que sejam estabelecidos os valores nacionais decorrentes da aplicação do Pacote Energia-Clima para 2030, o qual estabelece, como objetivo comunitário, uma redução até 2030 de pelo menos 40% das emissões de GEE na União, em relação a 1990. Esta meta será atingida coletivamente pela UE e pelos seus Estados-Membros, sendo atribuída a cada Estado-Membro uma meta para os setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissões (CELE), para contribuir para atingir o objetivo comunitário.

OBJ 11: Reforçar o peso das energias renováveis (peso de 31% no consumo final bruto de energia em 2020 e 40% em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
24,8%	25,7%	31%	40%	+ 2,6%

Unidade: percentagem no consumo final bruto de energia

Ponto de partida: em 2013 verificou-se uma taxa de incorporação de renováveis no consumo final bruto de energia de 25,7%, tendo em consideração os balanços energéticos da DGEG que contribuem para a monitorização do PNAER.

Racional das aspirações para 2020: cumprimento do PNAER 2020 (aprovado pela RCM n.º 20/2013 de 10 de abril) que estabelece como meta para 2020 a incorporação de 31% de renováveis no consumo final bruto de energia, cumprindo assim as metas do pacote Energia-Clima.

Racional das aspirações para 2030: aproximação à linearização da tendência 2013-2020, utilizando a TCCA.

OBJ 12: Melhorar o estado das massas de água (de 52% das massas de água nacionais com qualidade “Boa ou Superior” em 2010, para 79,8% em 2021 e 100% em 2027)

2006-2010	2010	2021	2027	TCCA 2030
n.d.	52%	79,8%	100%	+ 3,3%

Unidade: % das massas de água com qualidade “Boa ou Superior”

não disponível: n.d.

Ponto de partida: avaliação do estado das massas de água constante no 1.º ciclo de Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH 2009-2015)^{cxiv}. Dados do Plano Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), referentes a 2010.

Racional das aspirações para 2020: projeção, feita pela APA em 2014, da percentagem de massas de água que se prevê que atinjam os objetivos ambientais (classificação “bom ou superior”) em 2021, tendo em conta as ações previstas e com base na informação dos PGRH do 1º ciclo de planeamento (2009-2015).

Racional das aspirações para 2030: objetivo do PO SEUR e do PGRH (2016-2021) - atingir até 2027 o bom estado para todas as massas de água.



OBJ 13: Melhorar a qualidade do ar (de uma média de 14 dias com IQAr - Índice de Qualidade do Ar “fraco” ou “mau” em 2013, até um máximo de 9 dias em 2020 e 2 dias em 2030)

2009-2013	2013	2020	2030	TCCA 2030
18	14	9	2	- 10,9%

Unidade: média do nº de dias com IQAr “fraco” ou “mau”, em zonas urbanas

Ponto de partida: em 2013, o número de dias com classificação “fraco” e “mau” foi de 140 dias para o total das zonas monitorizadas. Se consideramos apenas as zonas urbanas (aglomerações) o valor é de 86 dias. Existiram 6 aglomerações monitorizadas, pelo que dividindo os 86 dias pelas 6 zonas urbanas temos a média do número de dias com IQAr fraco ou mau das aglomerações (14,3). (Fonte: IQAr (APA, 2014))

Racional das aspirações para 2020: cumprimento dos objetivos comunitários para a proteção da saúde humana para 2020.

Racional das aspirações para 2030: alinhar com os objetivos e metas de proteção da saúde e ambiente delineados para 2030 na Diretiva *Clean Air For Europe (CAFE)*^{cxv} e no Programa Ar Limpo para a Europa.^{cxvi}

OBJ 14: Valorizar a biodiversidade (Melhorar o estado de conservação das espécies e habitats protegidos pela Diretiva Habitat - de 81 espécies e 46 habitats com estado de conservação “favorável”, estabelecido por região biogeográfica em 2012, para 96 espécies e 53 habitats, em 2030, com estado de conservação “favorável”, garantindo que, em 2020, todas as espécies e habitats mantêm ou melhoram o seu estado de conservação)

2007-2012	2012	2020	2030	TCCA 2030
81 e 46	81 e 46	81 e 46	96 e 53	+ 0,9% e + 0,8%

Unidade: n.º de avaliações de espécies e n.º de avaliações de habitats com estado de conservação “favorável”, estabelecido por região biogeográfica

Ponto de partida: relatório referente ao período 2007-2012.

Racional das aspirações para 2020: a meta 1 da Estratégia Europeia para a Biodiversidade aborda a implementação plena da Diretiva Habitat e inclui metas globais ao nível da Europa. O ponto de partida para medir o seu progresso é o número de habitats e espécies com estado de conservação favorável no relatório 2001-2006. Neste relatório, Portugal apresentou 55 avaliações de espécies e 47 avaliações de habitats com estado de conservação “favorável”. Considerando que, entre 2007 e 2012 a evolução positiva (81 espécies) foi devida a uma melhoria do conhecimento e que são necessários vários anos para que o investimento em recuperação de espécies e habitats tenha efeitos mensuráveis no seu estado de conservação, a prioridade para 2020 será a consolidação de resultados, prevendo-se que no relatório de 2013-2018 Portugal apresente pelo menos 81 avaliações de espécies e 46 avaliações de habitats com estado de conservação favorável.

Racional das aspirações para 2030: se ocorrer, nos próximos quinze anos, um investimento continuado na recuperação de espécies e habitats com estado de conservação não favorável e na manutenção do estado de conservação das restantes espécies e habitats protegidas no âmbito da Diretiva Habitats, é expectável que, no relatório referente ao período de 2025-2030, Portugal apresente 96 avaliações de espécies e 53 avaliações de habitats com estado de conservação “favorável”.



Lista de acrónimos

ABS - *Access and Benefit-Sharing* (acesso a recursos genéticos e partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da sua utilização – relativo a Protocolo de Nagóia/Convenção sobre Diversidade Biológica)

ACAP - Associação Automóvel de Portugal

AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão

ADENE - Agência para a Energia

AdP - Águas de Portugal

AEA - Agência Europeia do Ambiente

AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços

AEP - Associação Empresarial de Portugal

AEPSA - Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente

AHETA - Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AML - Área Metropolitana de Lisboa

ANI - Agência Nacional de Inovação

ANIET - Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

ANQIP - Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais

AP - Administração Pública

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APB - Associação Portuguesa de Bancos

APCRI - Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento

APE - Associação Portuguesa de Energia

APETRO - Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas

APIGCEE - Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Elétrica

APPB - Associação Portuguesa de Produtores de Biocombustíveis

APREN - Associação de Energias Renováveis

APVE - Associação Portuguesa do Veículo Elétrico

ASECE - Apoio Social Extraordinário de Eletricidade ao Consumidor de Energia

ASSIMAGRA - Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins

ATIC - Associação Técnica da Indústria de Cimento

BCAA - Boas Condições Agrícolas e Ambientais

BCE - Banco Central Europeu

BCSD - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (*Business Council for Sustainable Development*)

BEI - Banco Europeu de Investimento

BP - Banco de Portugal

CADC - Comissão Bilateral das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas

CAFE - *Clean Air for Europe* (Diretiva CAFE)

CAISL - Carlucci American International School of Lisbon

CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal

CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica

CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

CCPI - *Climate Change Performance Index*

CCV - Compromisso para o Crescimento Verde

CDR - Combustíveis Derivados de Resíduos

CE - Comissão Europeia

CEGER - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

CEHIDRO - Centro de Estudos de Hidrossistemas

CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CENSE - Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade

CESAM - Centro de Estudos do Ambiente e do Mar

CEVALOR - Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal

CIM - Consumo Interno de Materiais

CIP - Confederação Empresarial de Portugal

CITAAB - Centro de Investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas

CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal

CMEC - Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual

CN - Cabeça Normal (em Inglês, *LU - Livestock Unit*)

CO₂ - Dióxido de Carbono

CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal

COV - Compostos Orgânicos Voláteis

CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

CSP - Confederação dos Serviços de Portugal

CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal



CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro
CTP - Confederação do Turismo Português
DEAE (APA) - Departamento de Estratégias e Análise Económica (Agência Portuguesa do Ambiente)
DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAE (ME) - Direção-Geral das Atividades Económicas (Ministério da Economia)
DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia
DGPM - Direção-Geral de Política do Mar
DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
DGT - Direção-Geral do Território
DQA - Diretiva Quadro da Água
DQEM - Diretiva-Quadro Estratégia Marinha
ECOPOL - *Public innovation partnership for better policies and instruments in support of eco-innovation*
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro
EFICE - Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020
EGF - Empresa Geral de Fomento
EGSRA - Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos
EIP - *European Innovation Partnership on Water*
ENAAC - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENAR - Estratégia Nacional para o Ar 2020
ENEI - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020
ENF - Estratégia Nacional para as Florestas
ENM - Estratégia Nacional para o Mar
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres
EPBSA - Empresas Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente
ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ERTMS - European Rail Traffic Management System
ESE - Empresas de Serviços de Energia
ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ENCNB - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ETA - Estação de Tratamento de Água
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETC - Equivalente a Tempo Completo
EVEF - Estudos de Viabilidade Económica e Financeira
FCT/UNL - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FENAREG - Federação Nacional de Regantes de Portugal
FEPICOP - Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas
FER - Fonte de Energia Renovável
FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNABA - Federação Nacional de Associações de Business Angels
FNUF - Fórum das Nações Unidas sobre Florestas
FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta
GCPP - Gabinete Coordenador do Programa Pólis
GEE - Gases com Efeito de Estufa
GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
GMAOTE - Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
GNL - Gás Natural Liquefeito
GNV - Gás Natural Veicular
GPL - Gases de Petróleo Liquefeito
GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
GSEA - Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente
GSEE - Gabinete do Secretário de Estado da Energia
GSEITC - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações
GSEOTCN - Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza
ha - hectares
HSE - *Health, Safety and Environment*
I&D - Investigação e Desenvolvimento
I&D&I - Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IABT - Indústrias Alimentares, Bebidas e Tabaco
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP
IB-S - Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IDE - Investimento Direto Estrangeiro
IDL - Instituto Dom Luís
IGT - Instrumentos de Gestão Territorial
IGO - Iniciativa Gulbenkian Oceanos
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT (Imposto) - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IMT (Organismo) - Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores



InCI - Instituto da Construção e do Imobiliário
INE - Instituto Nacional de Estatística
IPCC - Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas
IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
IQAr - Índice da Qualidade do Ar
IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISBSA - Inquérito ao Setor dos Bens e Serviços de Ambiente
IST - Instituto Superior Técnico
ISU - Índice de Sustentabilidade Urbana
ISV - Imposto Sobre Veículos
IT - Instituto do Território - Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território
ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
LBOGEM - Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo
LNEG - Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia
LPN - Liga para a Proteção da Natureza
LUA - Licenciamento Único Ambiental
LULUCF - *Land Use, Land-Use Change and Forestry* (uso do solo, alteração do uso do solo e floresta)
MADR - Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional
MAES - *Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services* (Mapeamento e Avaliação dos Serviços dos Ecossistemas)
MAM - Ministério da Agricultura e do Mar
MAOTE - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
ME - Ministério da Economia
MEF - Ministra de Estado e das Finanças
MoU - Memorando de Entendimento
MW - Megawatt
NOx - Óxidos de azoto
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMT - Organização Mundial de Turismo
ONG - Organizações não-Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Política Agrícola Comum
PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira
PANCD - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

PAPVL - Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral
PCP - Política Comum das Pescas
PCS - Plataforma para o Crescimento Sustentável
PDM - Plano Diretor Municipal
PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020
PENSAAR 2020 - Plano Estratégico Nacional para os Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais
PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo
PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos
PETI3+ - Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PFA - Ponto Focal para o Acompanhamento
PGF - Planos de Gestão Florestal
PGRH - Planos de Gestão de Região Hidrográfica
PIB - Produto Interno Bruto
pkm - passageiro x quilómetro
PM₁₀ - Partículas com diâmetro inferior a 10 µm
PM_{2,5} - Partículas com diâmetro inferior a 2,5 µm
PMP - Plano Mar-Portugal
PNA - Plano Nacional da Água
PNAC - Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER - Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
PNGR - Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PNUA - Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PNUEA - Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PPA - Parceria Portuguesa para a Água
QEPiC - Quadro Estratégico da Política Climática
RDFCI - Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios
REA - Relatório do Estado do Ambiente
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
RERU - Regime Excecional de Reabilitação Urbana
RGCE - Regulamento de Gestão dos Consumos de Energia
RIS3 - Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RNAAT - Regime Nacional de Agentes de Animação Turística
RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente
RNBC - Roteiro Nacional de Baixo Carbono



RU - Resíduos Urbanos
SAAVN - Sistemas Agrícolas de Alto valor Natural
SAU - Superfície Agrícola Utilizada
SCE - Sistema de Certificação Energética dos Edifícios
SEA - Secretaria de Estado do Ambiente
SEIIC - Secretaria de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade
SEITC - Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações
SEN - Sistema Elétrico Nacional
SET - Secretaria de Estado do Turismo
SEUR - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
SGCIE - Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia
SG MAOTE - Secretaria Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Sirplaste - Sociedade Industrial de Recuperados de Plástico
SNIC - Sistema Nacional de Informação Cadastral
SOx - Óxidos de enxofre
SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente
TCCA - Taxa Composta de Crescimento Anual (do inglês CAGR, *Compound Annual Growth Rate*)
TEEB - The Economics of Ecosystems and Biodiversity
Tep - Tonelada equivalente de petróleo
TEU - *twenty-foot equivalent unit* (unidade de medida de um contentor de 20 pés)
TGR - Taxa de Gestão de Resíduos
tkm - tonelada x quilómetro
TM - Tratamento Mecânico
TMB - Tratamento Mecânico e Biológico
TTIP - Acordo de Comércio e Investimento Transatlântico
UE - União Europeia / **EU** - *European Union*
UNEP - *United Nations Environment Programme*
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UTA - Unidades de Trabalho Anuais
VAB - Valor Acrescentado Bruto
ZEE - Zona Económica Exclusiva
ZER - Zonas Empresariais Responsáveis
ZIF - Zonas de Intervenção Florestal

Referências

ⁱ 5º Relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC). <http://www.ipcc.ch/report/ar5/wg3/>

ⁱⁱ Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis - PNAER 2020. <http://dre.pt/pdf1sdip/2013/04/07000/0202202091.pdf>

ⁱⁱⁱ Direção Geral de Energia e Geologia, Renováveis-Estatísticas Rápidas n.º122-dezembro 2014 <http://www.dgeg.pt/>

^{iv} Direção Geral de Energia e Geologia, <http://www.dgeg.pt/>

^v Jan Burck, et al., The Climate Change Performance Index - Results 2015, December 2014 <https://germanwatch.org/en/download/10407.pdf>

^{vi} Fonte primária: Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas, 2014 <http://www.icnf.pt/portal>; Fonte secundária: Agência Portuguesa do Ambiente, 2014. Relatório do Estado do Ambiente 2014 (REA 2014) <http://sniamb.apambiente.pt/infos/geoportaldocs/REA/rea2014.pdf>

^{vii} Agência Portuguesa do Ambiente, 2014. Relatório do Estado do Ambiente 2014 (REA 2014) <http://sniamb.apambiente.pt/infos/geoportaldocs/REA/rea2014.pdf>

^{viii} Commission Staff Working Document - Impact Assessment for a Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive 94/62/EC on packaging and packaging waste to reduce the consumption of lightweight plastic carrier bags, /* SWD/2013/0444 final */. <http://ec.europa.eu/environment/waste/packaging/legis.htm>

^{ix} Porfiriev, B., Green Economy: Realities, Prospects, and Limits to Growth. Carnegie Center, 2013. http://carnegieendowment.org/files/CP_Porfiriev_Eng_web.pdf

^x International Energy Agency 2014, World Energy Investment Outlook – Special Report <https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/world-energy-investment-outlook---special-report---.html>



^{xi} Comissão Europeia 2014, Iniciativa Emprego Verde: Explorar o potencial de criação emprego da economia verde. (COM (2014) 446 final de 02/07/2014) <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document.do?code=COM&year=2014&number=446&appLng=PT>

^{xii} Comissão Europeia 2014, Iniciativa Emprego Verde: Explorar o potencial de criação emprego da economia verde. (COM (2014) 446 final de 02/07/2014) <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/dossier/document.do?code=COM&year=2014&number=446&appLng=PT>

^{xiii} ENI - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020. https://www.fct.pt/esp_inteligente/

^{xiv} EFICE - Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020. <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-em-prego/documentos-oficiais/20131107-me-efice.aspx>

^{xv} European Environment Agency, 2013. Towards a green economy in Europe. EU environmental policy targets and objectives 2010-2050 <http://www.eea.europa.eu/publications/towards-a-green-economy-in-europe>

^{xvi} Para mais informação, ver Green Economy Initiative – Programa das Nações Unidas para o Ambiente. <http://www.unep.org/greeneconomy/AboutGEI/WhatIsGEI/tabid/29784/Default.aspx>

^{xvii} OECD, 2009. Declaration on Green Growth Adopted at the Meeting of the Council at Ministerial Level on 25 June 2009: WE, THE MINISTERS REPRESENTING THE GOVERNMENTS of Australia, Austria, Belgium, Canada, Chile, the Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Israel, Italy, Japan, Korea, Luxembourg, Mexico, the Netherlands, New Zealand, Norway, Poland, Portugal, the Slovak Republic, Slovenia, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, the United Kingdom, the United States and the European Community: DECLARE that we: STRENGTHEN our efforts to pursue green growth strategies as part of our response to the current crisis and beyond, acknowledging that “green” and “growth” can go hand-in-hand. ENCOURAGE green investment and sustainable management of natural resources C/MIN (2009)5/ADD1/FINAL. <http://www.oecd.org/env/44077822.pdf> citado em OCDE (2011): “A Caminho do Crescimento Verde: Um Sumário para os Decisores Políticos maio de 2011” [1] <http://www.oecd.org/greengrowth/48536946.pdf>

^{xviii} ONU, 2012. The future we want. Resolução 66/288 da Assembleia Geral da ONU http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E

^{xix} UNCSD, 2012. Declaração do Capital Natural. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20, Cimeira da Terra) <http://www.naturalcapitaldeclaration.org/>

^{xx} The Green Growth Group, 2013. Going for Green Growth – the case for ambitious and immediate EU low carbon action https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/253029/Green_Growth_Group_Joint_Pamphlet.pdf

^{xxi} Comissão Europeia, Roteiro de transição para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050, COM (2011) 112 final de 08.03.2011. http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com%282011%290112/_com_com%282011%290112_pt.pdf

^{xxii} DECISION No 1386/2013/EU OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 20 November 2013 on a General Union Environment Action Programme to 2020 “Living well, within the limits of our planet” <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013D1386&from=EN>

^{xxiii} EEA, 2014. Resource-efficient green economy and EU policies. <http://www.eea.europa.eu/publications/resourceefficient-green-economy-and-eu>

^{xxiv} Sheng Fulai 2010. A Green Economy: conceptual Issues. UNEP.

^{xxv} PNUA, 2011. Rumo a uma Economia Verde – Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza http://www.unep.org/greenconomy/Portals/88/documents/ger/Green_Economy_Full_report_pt.pdf. Ver também a “Síntese para Tomadores de Decisão” http://www.unep.org/greenconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_pt.pdf

^{xxvi} Valente, A. C. (2014) Novos mercados de trabalho e novas profissões – estudo prospetivo, Fórum Estudante/Consórcio Maior Empregabilidade. http://issuu.com/forumestudante/docs/novos_mercados_de_trabalho_e_novas



- xxvii Comissão Europeia, Iniciativa Emprego Verde: Explorar o potencial de criação emprego da economia verde, COM (2014) 446 final <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1422891028843&uri=CELEX:52014DC0446>
- xxviii Valente, A. C. (2014) Novos mercados de trabalho e novas profissões – estudo prospetivo, Fórum Estudante/Consórcio Maior Empregabilidade. http://issuu.com/forumestudante/docs/novos_mercados_de_trabalho_e_novas
- xxix Comissão Europeia, Roteiro de transição para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050, COM (2011) 112 FINAL de 08.03.2011 http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com%282011%290112_/com_com%282011%290112_pt.pdf
- xxx Le Grenelle Environnement (2009). <http://www.developpement-durable.gouv.fr/-Le-Grenelle-de-l-environnement-de-.html>
- xxxi Developing the Green Economy in Ireland (2009) http://www.forfas.ie/media/dete091202_green_economy.pdf
- xxxii Opportunities for Canadian energy technologies in global markets (2012) <http://www.nrcan.gc.ca/sites/www.nrcan.gc.ca/files/energy/files/pdf/2013/McK-Report-eng.pdf>
- xxxiii Low Carbon Growth Plan for Australia (2010) http://www.climateworksaustralia.org/sites/default/files/documents/publications/climateworks_lcgp_australia_full_report_mar2010.pdf
- xxxiv The Singapore Green Plan (2006) <http://www.uncsd2012.org/content/documents/The%20Singapore%20Green%20Plan%202012.pdf>
- xxxv A journey to sustainable growth - The Draft Climate-Compatible Development Plan of the Dominican Republic (2011). http://theredddesk.org/sites/default/files/resources/pdf/2012/english_climate_development_plan.pdf
- xxxvi Comissão Europeia 2012, Uma matriz destinada a preservar os recursos hídricos da Europa. (COM (2012) 673 final de 14.11.2012. <http://ec.europa.eu/environment/water/blueprint/>

xxxvii ERSAR, 2013. Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal, Volume 4 - Controlo da qualidade da água para consumo humano. <http://www.ersar.pt/website/ViewContent.aspx?Section=MenuPrincipal&FinalPath=RASARP&FolderPath=%5cRoot%5cContents%5cSito%5cRASARP&SubFolderPath>

xxxviii Associação Bandeira Azul da Europa <http://www.abae.pt/BandeiraAzul/index.php?p=awarded>

xxxix Governo de Portugal, 2014. Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020). <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=1098>

xl Governo de Portugal, 2014. Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020) http://www.apambiente.pt/_zdata/DESTAQUES/2014/Portaria_Plano_Estrategico_PERSU2020_final.pdf

xli Gabinete de Planeamento e Políticas, 2014. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 http://www.gpp.pt/pdr2020/PDR%202020_final_5fev.pdf. Gabinete de Planeamento e Políticas, Ministério da Agricultura e do Mar

xlii GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas, 2013. Agricultura, Silvicultura e Pesca – Indicadores 2012. GPP, Lisboa <http://www.gpp.pt/pbl/period/Indicadores2012.pdf>

xliii Ministério da Agricultura e do Mar, 2014. As fileiras florestais. Análise de contexto. MAM, Lisboa (Documento Interno)

xliv Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, 2013. IFN6 – Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental. Resultados preliminares. [pdf], 34 pp, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Lisboa. <http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/ficheiros/ifn/ifn6-res-prelimv1-1>

xlv Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, 2013. IFN6 – Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental. Resultados preliminares. [pdf], 34 pp, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Lisboa. <http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/ficheiros/ifn/ifn6-res-prelimv1-1>



^{xlvi} Fonte secundária: Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro. Estratégia Nacional para as Florestas <https://dre.pt/application/file/66432612>; Fonte primária: Mendes, A., 2005. Portugal. Wallingford, Oxfordshire: CABI Publishing, CAB International, páginas 331-371 da publicação Valuing Mediterranean Forests, Towards Total Economic Value de Merlo e Croitoru [http://yosemite.epa.gov/SAB/sabcvpess.nsf/e1853c0b6014d36585256dbf005c5b71/77ff695e6ea1cfe885256fdd0065ff02/\\$FILE/Ch-22+25.pdf](http://yosemite.epa.gov/SAB/sabcvpess.nsf/e1853c0b6014d36585256dbf005c5b71/77ff695e6ea1cfe885256fdd0065ff02/$FILE/Ch-22+25.pdf)

^{xlvii} Jan Burck, et al., The Climate Change Performance Index - Results 2015, December 2014 <https://germanwatch.org/en/download/10407.pdf>

^{xlviii} Informação atualizada sobre o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 2014-2020. <http://www.poseur.portugal2020.pt/>

^{xlix} Rodrigue, J-P et al. (2013). The Geography of Transport Systems, Hofstra University, Department of Global Studies & Geography, <http://people.hofstra.edu/geotrans>

ⁱ Dados Balanço Energético 2012 (DGEG, atualizado em janeiro de 2014) <http://www.dgeg.pt/>

ⁱⁱ Agência Portuguesa do Ambiente, 2014. Portuguese Informative Inventory Report 1990 – 2012 – Submitted under the UNECE Convention on Long-Range Transboundary Air Pollution. http://apambiente.pt/_zdata/DPAAC/INERPA/IIR_global_20140325.pdf

ⁱⁱⁱ Fonte primária: REA 2014 <http://sniamb.apambiente.pt/infos/geoportaldocs/REA/rea2014.pdf>; fonte secundária ERSAR, 2014; <http://www.ersar.pt/website/>

ⁱⁱⁱⁱ Iniciativa Matérias-Primas, EU. http://ec.europa.eu/enterprise/policies/raw-materials/index_pt.htm

^{liv} PNAEE 2016/PNAER 2020 – Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013 de 10 de abril. <http://dre.pt/pdf1sdip/2013/04/07000/0202202091.pdf>

^{lv} World Economic Forum, 2010. Mining & Metals Scenarios to 2030, World Economic Forum http://www3.weforum.org/docs/WEF_Scenario_MM2030_2010.pdf

^{lvi} DGEG e todas as fontes nacionais e internacionais relevantes no setor <http://www.dgeg.pt/>

^{lvii} Dados fornecidos e preparados pela DGEG <http://www.dgeg.pt/>

^{lviii} Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos-Recursos Minerais (ENRG-RM), RCM n.º 78/2012 de 11 de setembro http://ec.europa.eu/enterprise/policies/raw-materials/files/docs/mss-portugal_pt.pdf

^{lix} Estimativas MAOTE com base em dados da DGEG e do FMI

^{lx} UNCSO, 2012. Declaração do Capital Natural. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20, Cimeira da Terra) <http://www.naturalcapitaldeclaration.org/>

^{lxi} Comissão Europeia, 2013. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Infraestrutura Verde – Valorizar o Capital Natural da Europa. COM (2013) 249 final <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2013:0249:FIN>

^{lxii} Pereira H. M., T. Domingos, L. Vicente, V. Proença (eds.), 2009. Ecossistemas e bem-estar humano. Escolar Editora. Lisboa http://theoeco.fc.ul.pt/publications/Pereira_2009_Ecossistemas.pdf

^{lxiii} Haines-Young, R. and M. Potschin, 2013. Common International Classification of Ecosystem Services (CICES): Consultation on Version 4, August-December 2012. EEA Framework Contract No EEA/IEA/09/003 http://unstats.un.org/unsd/envaccouting/seearev/GCCComments/CICES_Report.pdf

^{lxiv} European Union, 2013. Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services. An analytical framework for ecosystem assessments under Action 5 of the EU Biodiversity Strategy to 2020 http://ec.europa.eu/environment/nature/knowledge/ecosystem_assessment/pdf/MAESWorkingPaper2013.pdf

^{lxv} Jurado, E., M. Rayment, M. Bonneau, A. J. McConville and G. Tucker, 2012. The EU biodiversity objectives and the labour market: benefits and identification of skill gaps in the current workforce. D. G. Environment http://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/biodiversity/Biodiversity%20and%20Jobs_final%20report.pdf



- lxvi Pereira H. M., T. Domingos, L. Vicente, V. Proença (eds.), 2009. Ecosistemas e bem-estar humano. Escolar Editora. Lisboa http://theoeco.fc.ul.pt/publications/Pereira_2009_Ecosistemas.pdf
- lxvii ICNF, 2014. Check-list-da-flora-portuguesa. ICNF. <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur/especies/flora/checklist?searchterm=check>
- lxviii Cabral M. J. (coord.), J. Almeida, P. R. Almeida, T. Dellinger, N. Ferrand de Almeida, M. E. Oliveira, J. M. Palmeirim, A. I. Queiroz, L. Rogado e M. Santos-Reis (eds.), 2006. Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, 2ª ed. Instituto da Conservação da Natureza/Assírio & Alvim. Lisboa 660pp <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur/lvv/livro-verm-vert>
- lxix ICN/MA, 1998. Primeiro relatório de Portugal a submeter à Convenção sobre a Diversidade Biológica. ICN, MA <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/resource/doc/cdb/1Rel-COP-PT>
- lxx Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2002. Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território <http://www.icnf.pt/portal/icnf/docref/encnb>
- lxxi Catarina Gil, 2013. O Setor da Construção em Portugal 2012. Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. http://www.base.gov.pt/mediaRep/inci/files/oop_docs/RelatorioConstrucao2012.pdf
- lxxii INE, 2014. Estatísticas da Construção e Habitação 2013. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210767143&PUBLICACOESmodo=2
- lxxiii Ministério da Agricultura e do Mar, 2014. Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020. MAM, Lisboa <http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/ENM.aspx>
- lxxiv Instituto Nacional de Estatística (INE), Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). 2014. Estatísticas da Pesca 2013. INE, Lisboa http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210756920&PUBLICACOESmodo=2

^{lxxv} Instituto Nacional de Estatística (INE), Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). 2014. Estatísticas da Pesca 2013. INE, Lisboa http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210756920&PUBLICACOESmodo=2

^{lxxvi} Instituto Nacional de Estatística (INE), Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). 2014. Estatísticas da Pesca 2013. INE, Lisboa http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210756920&PUBLICACOESmodo=2

^{lxxvii} Turismo de Portugal, 2013. Plano Estratégico Nacional do Turismo Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte de 2015. <http://www.turismoportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismoportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>

^{lxxviii} Blanke, J. & T. Chiesa, 2013. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2013. World Economic Forum http://www3.weforum.org/docs/WEF_TT_Competitiveness_Report_2013.pdf

^{lxxix} Turismo de Portugal, IP, 2014. Os resultados do Turismo. Turismo de Portugal. <http://www.turismoportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/osresultadosdoturismo/Pages/OsResultadosdoTurismo.aspx>

^{lxxx} Turismo de Portugal, IP, 2014. Os resultados do Turismo. Turismo de Portugal. <http://www.turismoportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/osresultadosdoturismo/Pages/OsResultadosdoTurismo.aspx>

^{lxxxi} INE, 2014. Estatísticas do Turismo 2013. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210766790&PUBLICACOES_tema=55581&PUBLICACOESmodo=2

^{lxxxii} Turismo de Portugal, 2013. Plano Estratégico Nacional do Turismo Revisão do plano dedesenvolvimento do turismo no horizonte de 2015. <http://www.turismoportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismoportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>



lxxxiii Turismo de Portugal, 2013. Plano Estratégico Nacional do Turismo Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte de 2015. <http://www.turismo.deportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>

lxxxiv Plano de Investimento para a Europa ou “Plano Juncker”. [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com_com%282014%290903_/com_com%282014%290903_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com%282014%290903_/com_com%282014%290903_pt.pdf)

lxxxv Sobre as grandes linhas orientadoras dos FEEI, ver: Comissão Europeia, 2013. Guidance on European Structural and Investment Funds 2014-2020. http://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm/en/information/legislation/guidance/

lxxxvi Informação atualizada sobre o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 2014-2020. <http://www.poseur.portugal2020.pt/>

lxxxvii Informação sobre a Estratégia Europa 2020 em Portugal http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-your-country/portugal/country-specificrecommendations/index_en.htm

lxxxviii Informação atualizada sobre o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública. http://ecoap.adene.pt/pt_PT

lxxxix Conselho de Ministros, 2010. Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=118&sub3ref=391>

xc INE (2014), Impostos e taxas com relevância ambiental 2013, INE, outubro de 2014. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=211418178&DESTAQUESmodo=2

xcI INE (2012), Impostos e taxas com relevância ambiental 2006-2011, outubro http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=133582470&DESTAQUESTema=55523&DESTAQUESmodo=2

xcII INE (2014), Impostos e taxas com relevância ambiental 2013, INE, outubro de 2014. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=211418178&DESTAQUESmodo=2

^{xciii} Skou Andersen, M., S. Speck, D. Gee and J. Martin, 2010. Further Environmental Tax Reform – Illustrative Potential in Ireland. EEA Staff Position Note (October 2010), EEA http://www.eea.europa.eu/highlights/fiscal-reform-can-create-jobs/EEA_BriefingNoteforETRWorkshop_Dublin.pdf/view

^{xciv} ENVIRONMENTAL FISCAL REFORM – ILLUSTRATIVE POTENTIAL IN PORTUGAL, EEA Staff Position Note (April 2013) SPN13/01. http://www.apambiente.pt/_zdata/DESTAQUES/2013/FiscalidadeVerde/final_Briefing%20Note%20for%20ETR%20Workshop%20Lisbon_finaldraft_rev.pdf

^{xcv} O CIS, instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional e regulamentado pela UE, mede e caracteriza as atividades de inovação nas empresas e realiza-se sob a orientação do Eurostat. É um inquérito por amostra de periodicidade bienal. <http://www.dgeec.mec.pt/np4/207/>

^{xcvi} CIS 2010 – Resumo Principais resultados (2008-2010) – Out. 2012 CIS. [http://www.dgeec.mec.pt/np4/207/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=113&fileName=Resultados_CIS_2010_Final.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/207/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=113&fileName=Resultados_CIS_2010_Final.pdf)

^{xcvii} EIO, 2012. The ecoinnovation gap: an economic opportunity for business. Funded by the European Commission, DG Environment, Brussels http://www.academia.edu/1492583/EIO_2012_The_Eco-Innovation_Gap_An_economic_opportunity_for_business._Eco-Innovation_Observatory._Funded_by_the_European_Commission_DG_Environment_Brussels

^{xcviii} OCDE, 2011. Fostering innovation for green growth http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/fostering-innovation-for-green-growth_9789264119925-en

^{xcix} Diagnóstico do Sistema Nacional de Investigação e Inovação – Fundação para a Ciência e Tecnologia. https://www.fct.pt/esp_inteligente/diagnostico

^c Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3). https://www.fct.pt/esp_inteligente/; e <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/267027/RIS3%20Guide.pdf>

^{ci} ENEI - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente 2014-2020. https://www.fct.pt/esp_inteligente/



^{cii} EFICE - Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020. <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/documentos-oficiais/20131107-me-efice.aspx>

^{ciii} Para mais informação sobre tecnologias disruptivas consultar, por exemplo, Mobilizing innovation: The evolving landscape of disruptive technologies (KPMG, 2012) <http://www.kpmg.com/global/en/issuesandinsights/articlespublications/technology-innovation-survey/pages/default.aspx>, Disruptive technologies: Advances that will transform life, business, and the global economy (McKinsey Global Institute, 2013) http://www.mckinsey.com/insights/business_technology/disruptive_technologies e Big Bang Disruption: Strategy in the Age of Devastating Innovation (Accenture Institute for High Performance, 2014) <http://www.accenture.com/microsites/bigbangdisruption/Pages/home.aspx>

^{civ} Plataforma iGeo - Informação Geográfica. <http://www.igeo.pt/>

^{cv} Regulamento do concurso “Mentes Criativas”. http://www.igeo.pt/DadosAbertos/Docs/Regulamento_Concurso_Ideias_APP.pdf

^{cvi} Livro Verde sobre a modernização da política de contratos públicos da UE - Para um mercado dos contratos públicos mais eficiente na Europa. <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0015:FIN:PT:PDF>

^{cvi} European Commission, 2014. Public procurement - Public purchasers as first customers. http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/policy/public-procurement/index_en.htm

^{cvi} The Green Growth Group (2013): “Going for Green Growth – The case for ambitious and immediate EU low carbon action” <https://www.gov.uk/government/publications/going-for-green-growth-the-case-for-ambitious-and-immediate-eu-low-carbon-action>

^{cix} Impacto macroeconómico do setor da eletricidade de origem renovável em Portugal” (Deloitte, com a colaboração da APREN – Associação de Energias Renováveis, Setembro 2014). <http://www.apren.pt/pt/destaques/impacto-macroeconomico-do-setor-da-eletricidade-de-origem-renovavel-em-portugal/>

^{cx} Comissão Europeia, Para uma economia circular: Programa para acabar com os resíduos na Europa COM (2014) 398 final (Brussels, 2.7.2014). [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1431353627895&uri=CELEX:52014DC0398R\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1431353627895&uri=CELEX:52014DC0398R(01))

^{cx}_i Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020. http://apambiente.pt/_zdata/Políticas/Resíduos/Planeamento/RCM_11-C_2015_Aprova_PNGR.pdf

^{cx}_{ii} RCM n.º20/2013 de 10 de abril (página 2027). <https://dre.pt/application/file/260476>

^{cx}_{iii} Fonte primária: REA 2014 <http://sniamb.apambiente.pt/infos/geoportaldocs/REA/rea2014.pdf>; fonte secundária ERSAR, 2014 <http://www.ersar.pt>

^{cx}_{iv} Relatórios “Questões significativas da Gestão da Água - QSIGA” (APA, 2014). <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=848>

^{cx}_v Diretiva 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2008 relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa. <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:152:0001:0044:PT:PDF>

^{cx}_{vi} Comissão Europeia, Um Programa Ar Limpo para a Europa. COM(2013) 918 final. <http://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013DC0918&from=EN>



Compromisso para o
CRESCIMENTO VERDE



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA